



César Augusto Ribeiro Nunes

SINDICALISMO, TRABALHO e MUDANÇAS: transformações do trabalho, impactos e metamorfoses na categoria de trabalhadores da Refinaria de Petróleo de Paulínia-SP (1990-2011).

Dissertação de Mestrado em Sociologia, na especialidade de Relações de Trabalho, Sindicalismo e Desigualdades Sociais, apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra para obtenção do grau de Mestre, sob orientação do Professor Doutor Elísio Guerreiro Estanque.

Coimbra, Setembro de 2012



UNIVERSIDADE DE COIMBRA



FEUC FACULDADE DE ECONOMIA
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

CÉSAR AUGUSTO RIBEIRO NUNES

**SINDICALISMO, TRABALHO e MUDANÇAS: transformações do
trabalho, impactos e metamorfoses na categoria de trabalhadores da
Refinaria de Petróleo de Paulínia-SP (1990-2011).**

**Dissertação de Mestrado em Sociologia, na especialidade de Relações de Trabalho,
Sindicalismo e Desigualdades Sociais, apresentada à Faculdade de Economia da
Universidade de Coimbra para obtenção do grau de Mestre, sob orientação do
Professor Doutor Elísio Guerreiro Estanque.**

Coimbra, 2012.

**A minha mãe,
que me deu a vida, e a partir dela
a possibilidade de conhecer o mundo.**

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Prof. Elísio Estanque, primeiro pelo fato de ter sido o primeiro a me acolher na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, e também, pela disposição em ter aceitado a orientação desta dissertação de Mestrado, mesmo diante de todas as dificuldades que nos foram apresentadas durante o último ano.

Agradeço ainda a meu pai, Prof. César Aparecido Nunes, que durante toda a minha vida tem me ensinado a expandir os meus horizontes e a buscar novas conquistas pessoais e profissionais.

Agradeço minha mãe, Profª. Cleide Aparecida Ribeiro Nunes, por toda dedicação que teve na minha formação humana e social, pelos momentos que abdicou dos seus projetos para que eu pudesse trilhar uma trajetória escolar de qualidade e sossego.

Ao meu irmão, César Adriano Ribeiro Nunes, que antes de mim conheceu um pouco a imensidão do mundo, me incentivando, depois, a seguir os mesmos passos.

Agradeço, especialmente, a minha namorada Beatriz Rigoletto Campoy, por ter estado ao meu lado em praticamente todos os dias em que estive longe de casa, me ajudando e apoiando nas tarefas, mas, principalmente, me confortando com todo o seu carinho e amor.

Agradeço, também, e imensamente, o Coronel Sr. José Cerca, mais sua esposa Maria Emília, que durante os dois anos em que estive vivendo em Portugal me proporcionaram muito daquilo que eu sentia mais falta do Brasil, especialmente a alegria de estar presente numa família acolhedora e generosa. Sem a presença de vocês todos da Família Cerca eu não teria as mesmas lembranças afetivas de Coimbra como tenho hoje em dia!

Por último, agradeço pessoalmente aos amigos que pude estar ao lado durante o curso desse Mestrado. A amizade de sempre do meu colega Fábio Luis Ferraz Ming, um companheiro de sonhos e realizações, assim como a amizade nova e para sempre duradoura da colega de moradia Marina Oliveira, sempre crítica em suas opiniões.

Pela recepção e cooperação sempre pronta e disposta, termino agradecendo os funcionários e diretores do Sindicato dos Petroleiros de Campinas-SP – SINDIPETRO, pela oportunidade que me deram de realizar parte desta pesquisa junto a seus integrantes.

**Nada há de mais poderoso
do que uma idéia que chegou no tempo certo.**

Victor Hugo

RESUMO

Estudo histórico-crítico sobre o trabalho, a economia e a política, desenvolvido a partir de fontes teóricas e empíricas, respectivamente, uma seleção de bibliografias sobre os temas Sociologia do Trabalho e Direito, bem como a realização de um estudo de caso junto ao Sindicato dos Trabalhadores Petroleiros de Campinas-SP - SINDIPETRO. Investiga as origens econômicas, políticas e sociais da atual formação do Estado brasileiro, a partir da intrínseca relação existente entre o processo de globalização neoliberal das duas últimas décadas de história recente e a contraditória transformação das relações de trabalho correspondente, própria da natureza capitalista da sociedade contemporânea. Recupera os determinantes da estruturação política e econômica que se evidenciam na passagem dos Governos da década de 1990 para a primeira década dos anos dois mil, de modo a identificar as contradições percebidas na classe trabalhadora e na sua organização sindical. Reconhece as mudanças no mundo do trabalho como conseqüências da reestruturação produtiva iniciada em 1970 nos países centrais, e que só chegou a se consolidar em 1990 no Brasil, eventos estes que estão determinando um corrosivo processo de precarização do trabalho e das condições para sua realização. Por último, como dimensão contextual, identifica os efeitos desse cenário dominado por uma nova ordem econômica mundial nas estruturas de representação da classe trabalhadora brasileira, especialmente aquela pertencente ao setor de base da produção (indústria energética). Especificamente, apresenta os resultados de uma pesquisa de caráter qualitativo que buscou compreender com mais profundidade o sistema de relações de trabalho da Refinaria de Petróleo de Paulínia-SP – REPLAN, bem como qual a interpretação real dos atores (trabalhadores sindicalistas e juristas) envolvidos nesse microcosmo do mundo do trabalho em transformação.

PALAVRAS-CHAVES: Direito do Trabalho – Marcos Regulatórios – Relação de Trabalho – Direitos Sociais Trabalhistas – Superação.

ABSTRACT

The present work is a historical-critical study on labor economics and politics, developed from theoretical and empirical sources, respectively, a selection of bibliographies on topics Sociology of Work and Law, as well as the completion of a case study by the Union of oil workers of Campinas-SP - Sindipetro. Investigates the origins of economic, political and social current lineup of the Brazilian state, from the intrinsic relationship between the neoliberal globalization process of the last two decades of recent history and contradictory transformation of labor relations corresponding the capitalist nature of contemporary society. Retrieves the determinants of political and economic structure that are evident in the passage of the Governments of the 1990s to the first decade of two thousand, in order to identify the perceived contradictions in the working class and its trade unions. Recognizes the changing world of work as consequences of the restructuring process initiated in 1970 in the central countries, and only came to be consolidated in Brazil in 1990, these events are determining a corrosive process of casualization of labor and the conditions for its realization. Finally, as a contextual dimension, identifies the effects of this scenario dominated by a new world economic order in the structures of representation of the Brazilian working class, especially those belonging to the sector of the production base (energy industry). Specifically, it presents the results of a qualitative research study that sought to understand deeply the system of labor relations Petroleum Refinery Paulínia-SP - REPLAN and what interpretation of real actors (union workers and lawyers) involved in this microcosm of the changing labor's world.

KEYWORDS: Work - Neoliberalism - Syndicalism - Law - Labour Relations - Sindipetro.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01.
CAPÍTULO 1 - ECONOMIA, POLÍTICA E TRABALHO NO BRASIL NO PERÍODO DE 1990 a 2011: Rupturas, Continuidades e proposições	08.
1.1) Tensão entre a racionalidade privatista da década de 1990 e o espólio dos direitos negados	10.
1.2) A derrota de FHC, o governo Lula e a alteração da dinâmica neoliberal	19.
CAPÍTULO 2 - SINDICALISMO, TRABALHO e MUDANÇAS: transformações do trabalho, impactos e metamorfoses na categoria de trabalhadores da indústria de base brasileira	29.
2.1) A precarização do trabalho e a flexibilização dos direitos trabalhistas	37.
CAPÍTULO 3 – SISTEMA DE RELAÇÕES DE TRABALHO: Estudo da Refinaria de Petróleo de Paulínia-SP a partir das entrevistas e relatos coletados	54.
3.1) Hipóteses de trabalho e aspectos metodológicos	63.
3.2) Análise qualitativa das entrevistas	67.
CONSIDERAÇÕES FINAIS	77.
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	90.
ANEXO I	96.
ANEXO II	98.

INTRODUÇÃO

O presente estudo situa-se no campo temático que aborda a questão das relações teóricas entre Sociologia do Trabalho e Direito, constituindo-se, ao final, como uma produção científica que pretende articular-se na abrangente reflexão atual que busca investigar o conjunto e dinâmica das mudanças observadas nas relações de trabalho capitalistas e na organização da classe trabalhadora, tendo em vista as dinâmicas implantadas pelo capital econômico neoliberal na era da globalização. Como pressuposto, identificamos as Ciências Sociais hoje como um dos mais importantes referenciais para a compreensão dos fenômenos que envolvem a dinâmica das sociedades, suas identidades, suas classes e categorias sociais. Não entenderíamos hoje nosso mundo e sociedade sem o concurso dessas Ciências e suas históricas produções. Todavia, não há uma única identidade, tomada como dogmática ou monolítica, nas Ciências Sociais, elas não são uniformes e homogêneas. Tal como nosso tempo, nosso mundo, nossa época e sociedade, há muitas classes, processos e fenômenos sociais; o mundo atingiu nesse novembro de 2011 a cifra de 7 bilhões de pessoas vivendo no planeta. Hoje, mais do que nunca, não conseguiríamos entender a diversidade e pluralidade desse mundo somente numa única identidade ou abordagem teórica.

Assim, além da diversidade, consideramos que há diferentes interesses em jogo, as classes e grupos sociais, as nações, os mercados e seus agentes, os Estados e seus representantes, cada um a seu modo tem seus interesses e defendem suas convicções. A Sociologia e o Direito também são marcados por essa realidade, pois existem diferentes enfoques e matrizes dependendo dos sujeitos que produzem a ciência e os interesses que movem essa produção. A complexidade e a contradição da realidade se materializam

igualmente na produção da ciência sociológica. Um estudo das economias dominantes fundamenta-se quase sempre numa sociologia que admite a dominação, um estudo sociológico que busca a emancipação e libertação com certeza lançará mão de uma ciência humana que aponta para a igualdade humana e o direito de todos.

Especificamente, o presente estudo busca desvendar quais são as *características e singularidades* dos recentes processos de precarização das relações de trabalho ocorridos no âmbito de atividade da categoria profissional dos petroleiros da cidade de Campinas-SP, identificar as correspondentes *alterações legais* que estas novas formas de trabalho estão produzindo na legislação trabalhista, bem como descrever e analisar os consequentes *impactos* provocados por estas medidas na esfera de *representação sindical* de uma parcela de trabalhadores ligada ao Sindicato dos Petroleiros de Campinas – SINDIPETRO. Com apoio na pesquisa empírica que mais adiante será explicitada, esta dissertação pretende investigar e esclarecer de que forma o sistema de relações laborais dos trabalhadores subordinados hoje à 3ª maior empresa de energia do mundo – Petrobrás¹ – tem sido alterado no transcorrer dos últimos 20 anos, sendo este sistema de relações laborais aqui entendidos nas seguintes dimensões sociais: organização sindical, conflitos sociais, regulação do trabalho e reconhecimento subjetivo dos trabalhadores nesse processo.

De antemão, cumpre-nos estabelecer como referencial teórico a premissa de que a formação e expansão da sociedade capitalista ocorrem na base material da vida (nas relações de produção), sendo esta caracterizada pela luta entre o capital e trabalho (Marx, 1990). O direito, por sua vez, também radica-se na base econômica da sociedade, entretanto sua existência constitui-se como dimensão social da *praxis* humana como mecanismo de legitimação e controle das relações de produção dominantes. Argumento

¹ Conforme dados da PFC Energy de Janeiro de 2011.

que corrobora nesse sentido é apresentado pelo teórico Casemiro Ferreira, para qual o surgimento da normatividade laboral e de suas posteriores mudanças legais estão ligadas desde sempre aos sistemas de relações laborais, bem como aos processos de organização da produção, constatação esta que permite concluir pela existência de um conjunto de realidades sociais e de diferentes abordagens das questões teóricas comuns à sociologia e ao direito do trabalho. O autor observa ainda, inclusive, o surgimento de: “condições político-sociais para o desenvolvimento da área de estudos da sociologia do direito do trabalho” (FERREIRA, 2005, p. 55). Em suma, a soma dos resultados obtidos pelo uso analítico do direito do trabalho com a sociologia, além de reconhecer as suas ligações históricas e recíprocas que constituem essas como disciplinas científicas, enriquece os estudos acerca dos impactos da globalização econômica nas relações e nos instrumentos normativos dos estados capitalistas, possibilitando, assim, a compreensão real dos processos de transformação do mundo do trabalho.

Nesse sentido, nos será fundamental a perspectiva sócio-jurídica, uma vez que entendemos a fase atual da globalização econômica, tomada como globalização neoliberal, como uma dinâmica que se opera em variados modos da vida social, dando origem a diferentes efeitos e impactos nas relações sociais. O destacado autor Boaventura de Sousa Santos (2002), teórico crítico da sociologia, sintetiza em um dos seus textos a necessidade de uma percepção abrangente das facetas da globalização, tendo em vista os reflexos que provoca nos campos econômicos, políticos, sociais e culturais. Na economia, por exemplo, Santos destaca as seguintes características da nova ordem global: economia dominada pelo sistema financeiro e pelo investimento à escala global, processos de produção flexíveis e multilocais, baixos custos dos transportes, revolução das tecnologias de informação e de comunicação, desregulação das economias nacionais e domínio das agências financeiras

multilaterais. Resta-nos esclarecido, portanto, o elevado grau de amplitude destas transformações, as quais serão mais adiante melhor esclarecidas, pela natureza referencial que assumem em nossa pesquisa e interpretação política.

Portanto, guiados pelo processo investigativo acima referido, dividimos o presente estudo da seguinte forma: no *primeiro capítulo*, produzimos uma recuperação dos *fatos históricos* relacionados à *economia* e à *política* no Brasil, a partir da consideração das lutas sociais e transformações operadas no mundo do trabalho que constituíram as duas últimas décadas da atualidade. Nossa *tese-guia* refere-se ao caráter contraditório derivado da recente tensão entre a racionalidade privatista da década de 1990 e o espólio dos direitos negados que se acumula na primeira década dos anos 2000. Definimos como um marco da história do Brasil a mudança de projeto político que se consubstanciou na eleição presidencial de 2002, razão pela qual relacionamos esse acontecimento com os determinantes sociais desse período. Em suma, buscamos responder algumas das questões iniciais que foram enumeradas nas hipóteses de partida desta pesquisa, assim descritas: Quais os principais aspectos econômicos, políticos e sociais do contexto neoliberal que prevaleceu na realidade brasileira da década de 1990? De que modo os eixos do sistema de relações de trabalho no Brasil foram alterados com a mudança dos quadros políticos e, por consequência, das estratégias nacionais para o setor econômico a partir de 2002?

No *segundo capítulo* nos dedicamos à *exposição conjuntural das relações de trabalho* no cenário mundial da economia neoliberal atual, marcada pelos passos e descompassos entre a matriz legal advinda dos processos de modernização dos Estados Nacionais e a flexibilização dos direitos laborais. Pretendemos, a partir da compreensão do que se chama “precarização do trabalho”, definir argumentos que nos permitam responder a questão central de nossa monografia, qual seja: de que forma se estabelece, atualmente, o

sistema de relações de trabalho da Refinaria de Petróleo de Paulínia-SP, tendo em vista, principalmente, as novas formas de organização da produção e divisão do trabalho?

Por último, no *terceiro capítulo*, com intuito se embasar empiricamente o quadro teórico descrito nos capítulos anteriores, apresentamos os *resultados de uma pesquisa de caráter qualitativo* que empreendemos junto aos advogados e trabalhadores do Sindicato dos Petroleiros de Campinas-SP – SINDIPETRO, cujo método científico adotado baseou-se na realização de entrevistas semi-direcionadas, organizadas em categorias de análise pré-determinadas. Deste modo, buscou-se compreender com mais profundidade o sistema de relações de trabalho da Refinaria de Petróleo de Paulínia-SP – REPLAN, bem como qual a interpretação real dos atores (trabalhadores sindicalistas e juristas) envolvidos nesse microcosmo do mundo do trabalho em transformação.

Não obstante, referimos que a produção de nossa pesquisa também foi realizada a partir da investigação bibliográfica, tendo em vista ser esta a fonte predominante de toda pesquisa em ciências humanas e sociais. Em recente consulta aos referenciais epistemológicos da pesquisa em nosso campo constatamos que, nos critérios atuais, quanto à dimensão das fontes uma pesquisa pode ser considerada como Pesquisa Bibliográfica quando elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos de periódicos e, atualmente, com material disponibilizado nas redes de comunicação informatizadas. A pesquisa bibliográfica consistiu, principalmente, em leitura e fichamento das obras editadas no campo da sociologia, do direito, e da economia, que guardavam ligação com o nosso tema, mas que, principalmente, guardasse coerência com o nosso referencial teórico e metodológico. Assim sendo, buscamos nas obras referenciais de Marx, Boaventura de Sousa Santos, Ricardo Antunes, Antonio Casimiro Ferreira, Elísio Estanque entre outros destacados teóricos, sistematizar suas principais categorias e

conceitos, contextualizar suas produções e efetuar uma consequente interpretação analítica ao conjunto geral da sociologia do trabalho e das relações jurídicas do trabalho.

A intenção de realizar uma pesquisa ou investigação de natureza sociológica sobre os reconhecidos impacto das eventuais mudanças na identidade de representação dos sindicatos, na percepção de seus membros e dirigentes, o interesse e vontade de lograr desvendar os possíveis sinais desses deslocamentos na compreensão da própria categoria de trabalhadores, signos estes implementados nas relações e presentes nas expressões de sua *consciência* e nos universos de *vivência*, institucional e política, numa conjuntura de intensas transformações operadas na base material das formas de produção e reprodução do capitalismo não é uma tarefa simples. Trata-se de um esforço de entender tanto os deslocamentos estruturais, aqueles operados na economia e na política, quanto as mudanças institucionais, nas formas de organizar a vida, na percepção dos movimentos dos trabalhadores, em suas identidades, suas potencialidades e disposições. Essas articulações exigem acuidade, de modo a não confundir os cenários, a não pasteurizar as diferenças, a não tomar como sintoma ou efeito o que pode ser causal e nem admitir como causa o que é aparência ou silhueta. Esse cuidado nos ocupa e nos assalta sobremaneira.

Por último, como justificativa para a escolha do SINDIPETRO como o objeto empírico a ser pesquisado, devemos ressaltar que, não obstante o indiscutível poder de produção dos derivados de petróleo e a enorme importância representativa da Refinaria de Paulínia-SP para a economia nacional, o coletivo de trabalhadores do sindicato constitui-se como uma valiosa fonte sociológica, tanto pelo trajeto histórico de disputas e conflitos sociais travados com os governos que comandam a empresa, quanto pelas difíceis e simbólicas disputas jurídicas que se percorreram durante um intenso período de enfrentamento. Em resumo, foi no *contexto econômico-político* dos anos 1990-2011,

conforme já mencionado anteriormente, que se produziu neste singular sistema de relações de trabalho uma destacada organização sindical e uma vigorosa combatividade política da classe trabalhadora petroleira.

A justificativa desse estudo se solidifica quando se trata de considerar uma pesquisa num cenário proeminente. A Região Metropolitana de Campinas-SP - RMC é hoje uma das mais destacadas circunscrições econômicas e política da conjuntura de desenvolvimento recente do Brasil. A RMC congrega um conjunto de empreendimentos econômicos estratégicos para o desenvolvimento da economia brasileira como um todo, quer pelo seu volume e intensidade, quer pela natureza geopolítica e logística de sua situação, histórica e geográfica, econômica e sócio-política. A RMC é denominada como uma das grandes *forças econômicas* em desenvolvimento no Brasil, como veremos nos estudos respectivos de contextualização de nossa pesquisa.

A nosso ver, o SINDIPETRO de Campinas-SP simboliza hoje a continuação de um *renovado*, mas não acabado, movimento social emancipatório. Em corroboração ainda a esta perspectiva justificadora do presente trabalho, é certo também que este estudo conjuga em sua amplitude as três dimensões teóricas formadoras da linha de pesquisa do programa de Mestrado em Sociologia da Universidade de Coimbra/Portugal, à qual esta dissertação se aloca institucionalmente: as relações de trabalho, as desigualdades sociais e o sindicalismo. Ademais, expressa-se a intenção de realizar esse trabalho em nome dos mais elevados propósitos da ciência, com objetivo de contribuir para a transformação da realidade e para a conquista de uma sociedade esclarecida, justa e solidária.

CAPÍTULO 1 - ECONOMIA, POLÍTICA E TRABALHO NO BRASIL NO PERÍODO DE 1990 a 2011: rupturas, continuidades e proposições.

Buscaremos delinear nesse primeiro capítulo as *raízes econômicas e políticas* que definiram a identidade sociológica desse momento histórico, de modo a constituir uma abordagem crítica acerca das transformações sociais ocorrida no Brasil deste período, procurando demonstrar em qual contexto ocorreu a recente tensão entre o a racionalidade privatista da década de 1990 e o espólio dos direitos negados que lograremos apresentar. Trata-se, em suma, da tarefa inicial deste trabalho que pretende esclarecer quais seriam as relações intrínsecas entre o capitalismo econômico, em sua atual fase de flexibilização da produção, e sua influência orgânica no processo de disputa política das últimas duas décadas. Por fim, discorreremos, especificamente, sobre os *determinantes sociais* que estão por trás da consolidação de diretrizes que apontam para a produção um novo sistema de relações de trabalho industrial no Brasil.

Temos como premissa epistemológica a consideração de que, se queremos compreender o objeto de um estudo, devemos buscá-lo em seus princípios, entendê-lo em suas origens, em seus processos de formação. De tal forma, se buscarmos compreender essa nova forma de organização da produção capitalista², é certo que nos deparemos com as mudanças vividas nas economias nacional e internacional da década de 1990, momento este que testemunhou intensos embates entre o capital e o trabalho e que deu margem para o aparecimento das primeiras medidas de flexibilização da produção econômica. O momento histórico escolhido guarda nuances políticas e desdobramentos econômicos tão

² No presente trabalho, tendo em vista a opção metodológica de realizar um estudo empírico com o Sindicato dos Petroleiros de Campinas – SINDIPETRO, ficou determinado no projeto de pesquisa que a análise aprofundada e mais qualificada sobre a nova forma de organização da produção brasileira se restringirá apenas ao modelo de produção industrial. Nesse caso, a indústria de base petrolífera.

peculiares a ponto de justificar, no início da década seguinte (ano de 2002), a eleição no Brasil do primeiro Presidente da República oriundo de um partido historicamente não-dominante, ligado às ideologias políticas de esquerda e, mais do que isso, vindo organicamente da classe social trabalhadora.

Sendo assim, torna-se imperioso que façamos, sucintamente, uma abordagem preliminar e de caráter mais amplo sobre os contextos políticos, sociais e econômicos dos anos 1990, a partir da qual poderemos descrever, mais detalhadamente, a alteração da dinâmica neoliberal brasileira da última década e que determinou uma radical ruptura transformação nas relações de trabalho da indústria de base nacional.

O recorte histórico assumido pela nossa intenção de pesquisa necessita ser justificado. Trata-se de um tempo de intensas e aceleradas mudanças econômicas, sociais e políticas operadas no cenário brasileiro, notadamente nas áreas mais desenvolvidas do seu parque industrial e no palco mais decisivo de suas forças sociais, sindicais e políticas, as mais organizadas. Um tempo de mudanças rápidas, determinantes, irreversíveis, na forma de produzir e reproduzir a vida material, de organizar as relações de trabalho e de significar sua ação na própria sociedade. Nossa intenção, desde a proposta da pesquisa até sua efetiva finalização, consistiu em tomar essa conjuntura como sintomática para a caracterização desses deslocamentos de sentido e de fundamentação econômica e política. De tal maneira lograríamos perceber até que ponto essas mudanças foram entendidas, decifradas, assimiladas e eventualmente apoiadas, incorporadas, rejeitadas ou questionadas pelos nossos sujeitos investigados.

Os dados objetivos que permitem caracterizar as mudanças efetuadas na esfera da economia podem ser amiúde encontrados nas grandes construções de análises macroeconômicas e estatísticas. Poderiam ser definidos a partir da consideração no número

de empregos diretos criados, pelas notas de ampliação do parque industrial, pelas mudanças na base salarial, pela análise dos eventuais aumentos/refluxos nos salários basilares da categoria, pela alteração das competências e exigências laborais tomadas sobre o rendimento dos trabalhadores na indústria petroquímica, pela compreensão da incidência de novas disposições a partir da implementação de novas tecnologias ao mundo da produção e distribuição do petróleo e seus derivados, entre muitas outras coordenadas. As variantes que poderiam ser percebidas nos diversos liames desses dados certamente nos dariam algumas condições de interpretação de maior fôlego, autorizando-nos a afirmar que houve um patente crescimento econômico, algumas disposições de ampliação de nível salarial, uma reconhecida exigência de melhor qualificação profissional, algumas demandas de crescimento de segurança no trabalho, ampliação de rede de serviços, manejo de novas forças ou dispositivos de comunicação e eventuais ganhos de produtividade, de consumo ou de elevação de qualidade de vida. Todas essas caracterizações seriam possíveis de serem efetuadas numa dimensão descritiva, comparativa, macro-analítica. Buscaremos efetuar a percepção dos trabalhadores desses deslocamentos e contradições, a partir dessa contextualização.

1.1 - Tensão entre a racionalidade privatista da década de 1990 e o espólio dos direitos negados.

A história econômica e política do Brasil pós-II Guerra é marcada pelo populismo democrático instável (1946-1964) seguido pela violenta e nefasta ditadura militar imposta após um sangrento golpe de Estado (1964-1985). São dois períodos sociais e políticos que demandariam considerações próprias, mas não estão em nosso núcleo investigativo central.

Todavia, são pressupostos como etapas de implementação das relações capitalistas no Brasil, intensificadas a partir de 1930. A luta pela redemocratização e recuperação do Estado de Direito, nos anos 1970 e 1980, passando pela resistência armada em guerrilhas rurais e urbanas, greves sindicais, movimentos eclesiais de base, até a formação de blocos políticos de massa, como a campanha denominada Diretas Já (1984) desembocou na conquista de eleições presidenciais livres e diretas, depois de mais de 30 anos de negação desse instrumento moderno de sufrágio republicano. Nessa eleição concorreram 08 candidatos e o segundo turno ficou polarizado entre Collor de Mello e Luis Inácio Lula da Silva. A vitória de Fernando Collor em 1989, com 35 milhões de votos, enterrava um período de transição e criaria condições de uma nova etapa econômica, política e jurídica no país.

Quando a insustentabilidade do Governo Fernando Collor de Melo (1989-1992) chegou ao seu máximo grau, no ano de 1992, a sociedade brasileira repetiu as dinâmicas de mobilização e de protestos contra os rumos que o país estava seguindo; tamanha foi a proporção e o alcance político desse embate, que resultaram em numerosas passeatas nas grandes cidades do Brasil para que fosse feito o *impeachment* do referido Presidente. Tratou-se de uma repetição pelo fato destas passeatas terem lembrado a convulsão social que se estabeleceu na década imediatamente anterior, e que culminaram com o fim do Regime Militar no ano de 1985. Depois desta data, o pedido de renúncia de Collor, um dia antes da votação do seu processo de *impeachment*, marcou o primeiro grande momento da história recente nacional em que a organização dos diversos movimentos sociais foi capaz de pressionar a esfera política estabelecida e, desta forma, influenciar no processo de mudança que se seguiria.

Na base destes movimentos sociais uma grande parte do contingente de trabalhadores estava atuando organicamente, tanto através dos seus órgãos de representação sindical quanto através dos seus partidos políticos recém criados³. Uma das principais razões para o fato disto acontecer está no dado histórico de que a década de 1990 foi palco da primeira experiência histórica do país num regime democrático de direito. Entre outros fatores, os últimos dez anos do século XX foram marcados não só pelas grandes perdas econômicas e por catástrofes políticas que determinaram o doloroso empobrecimento do país, mas também pela defesa das diversas bandeiras de movimentos sociais que, através da luta pela redemocratização do país, conquistaram um novo estatuto jurídico para a afirmação dos direitos básicos dos cidadãos. Em resumo, a luta dos movimentos sociais e das classes sociais desfavorecidas figura intacta na base do histórico processo político que culminou na promulgação da Constituição Federal de 1988, chamada de “Constituição Cidadã”⁴.

A partir de 1992, entretanto, a política nacional seria alterada drasticamente. Isto em razão dos governos dos dois Presidentes que se seguiram a Collor: Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso - FHC. O primeiro, que era vice do Presidente que acabara de renunciar para não ser *cassado*, tem como destaque a criação do Plano Real, um elaborado plano econômico que, dentre as suas tantas medidas, pretendia recuperar a moeda nacional e controlar a inflação, que não parava de crescer. A inflação agressiva e descontrolada dos anos finais da ditadura militar abalaria o alquebrado perfil político de sua sustentação. Bem sucedido em sua ação, o então Presidente conseguiu recuperar grande parte da estabilidade

³ No segundo Capítulo será mais detalhadamente descrita a participação dos Sindicatos de trabalhadores no embate político nacional, especificamente a atuação do Sindicato dos Petroleiros de Campinas – SINDIPETRO.

⁴ O apelido de “Constituição Cidadã” foi criado em razão desta norma ter em seu conteúdo um grande número de direitos e garantias sociais para os cidadãos, tais como: educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia e etc. (Arts. 5º, 6º e 7º, por exemplo).

econômica que o país necessitava, a ponto do seu Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, ser eleito o novo Presidente da República em 1994.

FHC, tal como ficou conhecido o novo presidente, oriundo da universidade, um conhecido sociólogo e renomado acadêmico, governou o país por 08 anos, uma vez que, após manobras políticas deploráveis, conseguiu aprovar no Congresso uma Emenda à Constituição permitindo a sua reeleição. De 1994 a 2002 o Brasil enfrentou algumas significativas mudanças, a partir da implantação de uma política econômica, de cunho neoliberal, que afastou, em parte, o Estado das relações econômicas. Conforme descreve João Martins Filho, a expulsão do Presidente Collor somente adiou por mais alguns anos a existência das condições políticas necessárias à implementação no país do projeto neoliberal, uma vez que este fora o: “(...) primeiro governante a propor a adesão do Brasil às políticas de desregulamentação econômica” (FILHO, 2002, p. 95).

Os fatos que marcam a chamada década do neoliberalismo brasileira estão claramente associados às medidas políticas e econômicas que projetaram o país para o cenário da globalização internacional, mas que, em contrapartida, significaram a integração subserviente do Brasil ao novo sistema neoliberal do capitalismo⁵. Quanto aos efeitos gerados por essa opção governamental no Brasil temos, conforme já referido, os mais intensos processos de empobrecimento das classes sociais menos favorecidas, dinâmica esta que somente piorou os problemas sociais já existentes e que conduziram o Brasil para a condição de tornar-se o país com uma das maiores taxas de desigualdades sociais entre ricos e pobres do planeta. A década de 1990 e o início da década seguinte marcam, portanto, o período no qual o mundo laboral foi severamente transformado, em prejuízo

⁵ Fernando Henrique Cardoso foi responsável por integrar, subservientemente, o Brasil as diretrizes elaboradas pelo Consenso de Washington, realizado no ano de 1989, por economistas de instituições baseadas na capital americana, como o FMI (Fundo Monetário Internacional), o Banco Mundial e o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos.

das garantias e seguranças proporcionadas pelo trabalho, bem como da própria classe de trabalhadores.

Não obstante estas considerações ficam evidentes as condições de que a crise do Estado brasileiro da década de 1990 não pode ser estudada somente a partir de fatos e eventos internos. De maneira correta, precisa-se considerar ainda como fatores determinantes para a implementação desta política neoliberal todo o processo brasileiro de adesão subordinada à globalização econômica controlada pelos EUA, que já vinha se desenvolvendo desde 1970. O Brasil, como economia de caráter periférico até aquele momento, foi abalado estruturalmente pelas medidas americanas de suspender a paridade do dólar e de adotar um sistema flexível de câmbio, conforme descreve Martins Filho:

No final dos anos 1980, as medidas tomadas por aquele país para aumentar as taxas de juros e revalorizar o dólar geraram “desequilíbrio generalizado dos balanços de pagamento, nova recessão mundial e choque quádruplo sobre a periferia”. No caso do Brasil, o primeiro desses choques foi a multiplicação da dívida externa; o segundo, a diminuição dos preços das *commodities*; o terceiro, o do preço da energia e, o último, “absolutamente decisivo, o do nosso afastamento do sistema financeiro internacional, depois da moratória mexicana” (FILHO, 2002, p. 94).

Em suma, embora o país apresentasse condições sociais mais favoráveis do que as últimas décadas para promover uma guinada transformadora da sua estrutura política e econômica, que buscasse corrigir os *deficits* sociais gerados pelo falido e autoritário Governo Militar, FHC optou por implementar as diretrizes decididas no *Consenso de Washington*, as quais defendem o novo ideal capitalista de desenvolvimento. Entre elas são de maior destaque a rigorosa disciplina fiscal, a redução dos gastos públicos, uma ampla reforma tributária (de acordo com as diretrizes do FMI), a utilização dos juros e do câmbio de mercado, a abertura comercial, o incentivo aos investimentos internacionais diretos a partir da eliminação das restrições, o processo de privatização das empresas públicas, a

flexibilização das leis econômicas e trabalhistas e a defesa do direito à propriedade intelectual.

Na leitura crítica e criteriosa do renomado sociólogo Florestan Fernandes, a nova estratégia dos países centrais do capitalismo, para o suposto enfrentamento da crise que marcou a década de 1970, consistia no plano de incorporar, através da *privatização*, de forma sutil e dissimulável, tudo o que foi laboriosamente montado nos países em desenvolvimento da periferia. Para que se alcançasse este resultado, estaria sob responsabilidade dos parceiros estrangeiros, pela via de agências bancárias, de firmas gigantes e da diplomacia estatal, comandar o jogo político existente no país alvo, no sentido de pôr a economia em ordem e de definir as prioridades das operações estratégicas (na economia, na sociedade, na cultura e no Estado). Quanto à estratégia de privatização, são sempre esclarecedoras as palavras do autor:

A privatização é o símbolo mágico, a senha que abre as vias de acesso garantido ao primeiro mundo. Só que, ainda neste universo transfigurado pela ciência e pela tecnologia de ponta, a modernização permanece presa às cadeias de Prometeu. O “país hospedeiro” não recebe as descobertas, os capitais e os meios para se erigir em nação pós-moderna. O que nele se expande são os componentes de espaço para que a florescente civilização invasora atinja e incorpore a periferia a seu próprio desenvolvimento. Os parceiros periféricos são desiguais e ficam com o rateio de benesses que os promove em entidades desprezíveis. Há uma mancha em suas esperanças róseas: eles compartilham o que entre em vias de obsolescência. Podem criar muitos processos e produtos ultramodernos, mas nunca serão competitivos, em escala mundial, para fazer frente às corporações gigantes em suas cidadelas estratégicas e às nações centrais (e, por enquanto, à sua superpotência, os Estados Unidos). A privatização é o novo “negócio da China” para as grandes potências. É uma ilusão medíocre para os seus imitadores baratos, condenados a colher os restos do banquete (pela associação ou pela compra de patentes e a aquisição de empréstimos). Portanto, no contexto histórico de hoje, preserva-se como forte equívoco a idéia de “decolagem para o desenvolvimento avançado” mediante a privatização. O que esta provoca são dois processos translúcidos: transferência de riqueza nacional mais ou menos gratuitamente aos parceiros preferenciais estrangeiros. Transferência de parcelas da riqueza nacional de maneira compensatória para empresas gigantes nacionais e o capital financeiro, como uma função de legitimação. O Estado recua covardemente de seus deveres de defesa nacional – em territórios, gente e riqueza acumulada. Cede-se ao usufruto da “iniciativa privada” (FERNANDES, 1995, p. 154).

Este processo neoliberal, com efeito, merece mais esclarecimentos antes de passarmos ao próximo passo analítico, que consiste em buscar *qualificar sociologicamente* a grande mudança ocorrida com a eleição de um novo candidato a Presidência, que por sua vez, representa um novo partido político no poder. Não obstante a sua proposta econômica visar o desenvolvimento das economias, torna-se visível que isto acontece por meios exploratórios da força de trabalho. Basta recordarmos o fato do trabalho e, por sua vez, do trabalhador ser completamente entregue ao mercado controlado pelo capital, o que significa o mesmo que permitir a sua exploração sem limites. Conforme explicam Nicolina Luiza de Petta e Eduardo Aparício Baez Ojeda:

A política neoliberal, apontada por Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso como caminho para a inclusão do Brasil no Primeiro Mundo, cobra dos trabalhadores de baixa renda um preço muito alto e faz a miséria crescer sensivelmente. Além disso, deixar setores essenciais como o de energia, abastecimento de água, telefonia e outros, nas mãos de empresas privadas pode se transformar em um problema sério para a população (PETTA e OJEDA, 2003, p. 300).

De fato, a entrega dos setores essenciais da produção brasileira se tornou um problema sério para a população. Ao fim do ano de 1997 o então Presidente da República terminaria o seu primeiro mandato com um resultado avassalador para os trabalhadores: a recessão imperava, o trabalho fora precarizado até seu pior estágio, o desemprego atingia índices muito altos, o país se desindustrializava e os direitos sociais eram cada vez mais negados, destituídos ou destruídos. Para o referencial pesquisador Ricardo Antunes (2005), o projeto de estabilização monetária de FHC, implementado a partir de 1994, teve como consequência evidente a desmontagem do parque produtivo brasileiro. “Privatizar, ou dar mais vida às privadas” era o que interessava para aquele projeto político que, segundo ainda o autor, levou o Brasil ao estado de refém ou dependência do cassino financeiro internacional.

Antunes (2005) ainda cita em um artigo publicado pela primeira vez em 1998⁶ que, segundo a revista inglesa *The Economist*, FHC realizou um trabalho de quatro anos semelhante ao que foi feito em doze pela Sra. Margaret Thatcher na Inglaterra. Isto, sem dúvidas, revela muito do que foi o primeiro mandato deste Presidente e quais foram os dramáticos efeitos disto para a grande maioria de pessoas pertencentes à classe trabalhadora, uma vez que Thatcher, ao lado do Presidente americano Ronald Reagan, são considerados os precursores do modelo neoliberal mundial. No mais, são complementares os argumentos do autor:

FHC foi servil para os *de fora* e truculento para os *de baixo* aqui *de dentro*, para lembrar a expressão de Florestan Fernandes. Desemprego em escala explosiva, que só em São Paulo chega a quase 20% da sua força de trabalho, precarização dos direitos (já bastante restritos) do trabalho num país que sempre cuidou bem do seu capital, desmontagem da previdência dos assalariados etc. Deslançava, então, o processo de desregulamentação do trabalho, coerente com a flexibilização produtiva, a *reengenharia*, a *lean production*, este ideário e esta pragmática que quanto mais beneficia os capitais, mais destrói ou precariza os homens e mulheres que vivem do trabalho (ANTUNES, 2005, p. 38).

A nosso ver, na década que referimos até agora não foi possível aos governos que se sucederam cumprir a grande promessa de desenvolvimento econômico e social que se delineou com a redemocratização do país, com a volta das eleições diretas e com a promulgação da nova Constituição Federal. Para o conjunto de famílias pobres e mais necessitadas, às quais o Presidente FHC direcionou algumas de suas palavras no discurso de posse⁷, os dez anos desta década, na prática, pouco contribuíram para uma real mudança das condições sociais existentes. Contraditoriamente, o sonho de desenvolvimento e de modernização estrutural somente logrou atender a necessidade objetiva do capital, qual seja: ampliação do lucro de classes ricas e de suas empresas privadas. Segundo o

⁶ O artigo intitula-se “FHC – 2º ato – o bico do tucano” e foi publicado no jornal *PT em Movimento*, São Paulo, 17-23 out. 1998.

⁷ Conforme recorda João Bosco Bezerra Bonfim, em seu discurso de posse como Presidente da República, proferido em 1994, Fernando Henrique Cardoso assim falou aos brasileiros: “Vou governar para todos. Mas, se for preciso acabar com privilégios de poucos para fazer justiça à imensa maioria dos brasileiros, que ninguém duvide: eu estarei ao lado da maioria” (BOMFIM, S/D, p. 377).

economista Márcio Pochmann (2007), esse período trágico para a classe trabalhadora nacional contabilizou o seguinte saldo:

O Brasil abandonou a perspectiva do planejamento estratégico e o diálogo com o futuro, ficando prisioneiro do curtíssimo prazo. Isso nos impõe à lógica de financeirização da riqueza e, por consequência, a dualidade da flexibilização rumo à precarização ou ao desemprego.

(...)

O Brasil, nos últimos 25 anos, perdeu 2,5 milhões funcionários públicos. Quinhentos mil deles foram engolidos pela privatização – houve a transferência de 15% do setor produtivo estatal para o setor privado. Cerca de dois milhões de postos desapareceram em razão da terceirização e da racionalização privatista do setor público (POCHMANN, 2007, s/p.).

O Estado empobreceu, e economia agonizou e a sociedade foi massacrada. Os direitos sociais que inspiraram toda a reforma do Estado e da política, depois de 3 sucessivos governantes neoliberais, transformaram-se num espólio de direitos claramente negados. Dizemos negados porque eles existiram e foram conquistados, ainda que no plano formal, em cenários sociais e políticos anteriores.

No campo do Direito, a década de 1990 marcaria um cenário de novos marcos jurídicos, advindos dos processos de participação e consolidação da democracia recém estabelecida. Quer isto dizer, o contexto das transformações econômico-sociais e políticas já descritas, inegavelmente, permitiu às classes pobres e marginalizadas novos direitos civis, políticos e sociais. No entanto, o que nos parece mais relevante não foi a institucionalização destas garantias em normas legais, mas sim o crescimento dos movimentos sociais de base, o alargamento do conflito social para outras esferas sociais, para além da tradicional esfera do trabalho e das relações de produção, bem como a consolidação de forças políticas contrárias ao regime privatista do neoliberalismo.

Em resumo, como resultado final da tensão entre a racionalidade privatista e o espólio dos direitos negados, dramaticamente, contabilizou-se uma grande diferença em termos de conquistas conseguidas pelas classes sociais que representam o pólo das classes ricas e dominantes. Ademais, a alteração deste quadro de disputa, por sua vez, teve na

contabilização destes dez anos as condições necessárias para se realizar, conforme descrevemos a seguir.

1.2 - A derrota de FHC, o governo Lula e a alteração da dinâmica neoliberal.

Nos quatro anos que compuseram o seu segundo mandato, FHC não foi capaz de superar as adversidades externas, muito menos sanar os problemas sociais internos. Um indicativo real de seu fracasso foi o fato de seu partido, Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB, não ter conseguido eleger um sucessor nas eleições de 2002, vencida pelo candidato da oposição. Se separado em duas grandes dimensões sociais, as causas da derrota de FHC e, conseqüentemente, do projeto político que ele representava, são compreendidas da seguinte forma: manutenção de uma política econômica destrutiva e repressão aos movimentos sociais (ANTUNES, 2005).

A sequência da série de privatizações dos bens e órgãos públicos, a manutenção de um salário mínimo muito aquém da real necessidade de sobrevivência digna do trabalhador, a já marcante entrega e subordinação aos interesses do capital estrangeiro, bem como a política de desmonte e sucateamento das esferas educacionais, previdenciárias, energéticas e de saúde, para ficarmos nas principais, multiplicaram os seus efeitos perversos a gama de trabalhadores e trabalhadoras brasileiros, levando o Brasil ao patamar de desigualdade entre ricos e pobres nunca antes registrado. Para o mundo fundamental do trabalho e de suas relações sociais, o governo do PSDB reservou o que existia de mais maléfico: *desregulamentação* legal, *flexibilização* produtiva e *precarização* das relações de trabalho.

Some-se a isso o resgate da truculência e da virulência contra os movimentos sociais de que trata o autor Ricardo Antunes. Numa sábia reflexão sobre as continuidades e descontinuidades entre a concepção “atrasada” de segurança militar da época da ditadura, com a defesa “moderna” da repressão do tucanato⁸, assevera o autor:

Poder-se-ia começar traçando as similitudes entre as lembranças de como a ditadura militar com sua Lei de Segurança Nacional (LSN) tratou o então vigoroso movimento grevista do AC Paulista, entre 1978 e 1980, e compará-las com a “modernização” da LSN e a satanização em curso pela “inteligência” do poder ante a pujança do MST. E continuar lembrando da reação ditatorial perante o ressurgimento do movimento estudantil em meados dos anos de 1970 e compará-la com a ação repressiva dos governos tucanos em relação aos professores e aos funcionários públicos (ANTUNES, 2005, p. 42-43).

Ainda em temas estratégicos como o campo da reforma da previdência e da política energética nacional, FHC mais uma vez escancarou a sua faceta neoliberal e atacou os direitos de milhões e milhões que vivem do trabalho. Antunes (2005), mais uma vez, é esclarecedor ao afirmar que estes projetos somente trouxeram perdas aos trabalhadores. No que diz respeito ao primeiro tema estratégico, o Presidente FHC promoveu a substituição do chamado tempo de trabalho pelo tempo de contribuição. Ou seja, para atingir o tempo necessário que garante o direito de uma aposentadoria pelo sistema público de previdência, o trabalhador não poderia mais considerar o seu tempo trabalhado, mas somente o período em que trabalhou contribuindo para o sistema. Em outras palavras, o enorme contingente de pessoas que trabalha ou que trabalhou no chamado universo da informalidade nada pode fazer para conquistar esse direito fundamental. Quanto ao projeto de modernização das estruturas produtivas, foi no governo de FHC que se iniciaram as manobras de privatização da maior indústria petrolífera nacional – a PETROBRÁS. Sobre este assunto, voltaremos a tratar mais detalhadamente no capítulo seguinte.

⁸ Tucanato é a expressão usada comumente nas disputas políticas brasileiras para se referir ao partido e aos membros do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira). Este termo foi cunhado em razão do símbolo deste partido corresponder a figura de um tucano, ave característica da fauna brasileira.

Sem sombra de dúvidas, o cenário que acabamos de descrever revela, substancialmente, os motivos do fracasso político e econômico dos 08 anos de governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, tamanha a sucessão de equívocos, mas principalmente, de opções políticas seguidas rigidamente. Evidentemente que, ao considerarmos essas medidas como equívocos tomamos o ponto de vista das camadas sociais e dos trabalhadores prejudicados por tais decisões. Na pauta das intenções e decisões dos grupos políticos e econômicos que deram sustentação ao governo FHC essas medidas eram tomadas como corretas, necessárias e altamente relevantes ou eficazes. Conforme buscamos demonstrar até agora, FHC foi o responsável de maior destaque pela incorporação do Brasil à dinâmica neoliberal internacional, cuja marca principal foi a integração subserviente ao capital estrangeiro.

Por sua vez, o projeto político que se inicia a partir de 2002⁹ mudaria o ritmo de corrosão da vida e de espoliação dos direitos sociais daqueles que sobrevivem do trabalho, desacelerando os mecanismos que apontavam para a total mercadorização da força de trabalho e abrindo espaço para a retomada do crescimento econômico, com o relativo sucesso que tem sido noticiado em todos os meios de comunicação até o início de 2011. A derrota de FHC e a chegada ao poder do primeiro candidato “nascido e crescido” no seio da classe trabalhadora consubstanciam a esfera de transformação real defendida e criada pelos movimentos sociais, com vistas à interrupção desta escalada destrutiva dos direitos mais fundamentais do ser humano. Ainda neste sentido, foi somente com a vitória de Lula que o Brasil pode, finalmente, assistir a institucionalização das demandas sociais, bem como o protagonismo político dos novos sujeitos sociais. A ocupação das agendas do Estado pelas demandas urgentes da sociedade e o conseqüente ordenamento jurídico de

⁹ Nas eleições de 2002 à Presidência o Brasil elegeu com uma votação recorde o candidato Luiz Inácio Lula da Silva, militante, ex-sindicalista e um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores – PT.

muitas destas exigências é um dos indicativos das contribuições dos movimentos sociais, no processo de correção dos desvios provocados no já duradouro projeto de redemocratização do país e na propositura de caminhos que ensejam a emancipação.

Mas, afinal, em que medida pode-se afirmar que os oito anos do Governo Lula foram responsáveis por alterar a dinâmica neoliberal que marcaram os oito anos de Governo FHC? Sem dúvidas, o exame desta questão não é tarefa fácil de ser realizado, principalmente em vista das grandes discussões ideológicas que ela diretamente envolve. Para nós, no entanto, o fundamental é perceber, aproveitando os eixos já analisados na política do Presidente FHC, por que as medidas adotadas pelos dois governos, na prática, são produtoras de grandes diferenças estruturais na comparação dos respectivos mandatos, e ainda, como este cenário discrepante de realidade social pode ser um elemento determinante no estudo nas duas próximas micro-reflexões: o mundo do trabalho (capítulo 2) e o sistema de trabalho da Refinaria de Petróleo de Paulínia – REPLAN (capítulo 3).

De antemão, é imperioso considerarmos que a vitória eleitoral da esquerda em 2002 não representou um fato acidental, ou mesmo um acontecimento gerado por uma conjuntura específica e momentânea. Não se pode esquecer que o candidato vitorioso, Lula, representa todo um movimento social que tem origem muito antes de 2002, especificamente o período que já referimos e que está situado na década de 1980. Conforme recorda o estudioso Emir Sader:

Foi um período de fortalecimento do movimento social e do campo popular, em que houve a fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), do Partido dos Trabalhadores (PT), do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), além da mobilização popular que precedeu a Assembléia Constituinte – uma expressão da força então adquirida pelo movimento democrático. A campanha pelas eleições diretas, as mobilizações sindicais e dos trabalhadores sem terra revelavam como a luta de resistência à ditadura mantinha a iniciativa com grande respaldo popular (SADER, 2010, p. 22).

Não obstante, para chegar ao poder pela primeira vez, Lula teve ainda que superar as três seguidas derrotas que obteve em campanhas presidenciais passadas, fato este que só foi possível mediante a realização de algumas concessões e alianças políticas estratégicas. Ainda que isto tenha sido um fator de constrangimento junto à militância e aos setores populares de apoio, foi com a construção deste contexto que: “(...) a vitória eleitoral e política de Lula e do PT teve um significado real e simbólico muito expressivo. Bastaria dizer que se trata, pela primeira vez, de uma candidatura de origem operária, talvez a mais importante de toda a história social do Brasil, que chega ao poder” (ANTUNES, 2005, p. 134).

Em linhas gerais, todos os setores da sociedade brasileira não podiam deixar de reconhecer a grande novidade que era a vitória de Lula. Apesar da euforia, o desafio que se impunha não era fácil de resolver, e as mudanças planejadas não poderiam tardar a ocorrer. No texto inequívoco mais uma vez de Emir Sader, as principais características do novo governo podem assim ser descritas:

O governo Lula manteve alguns elementos das políticas do governo anterior e rejeitou outros, configurando um quadro contraditório. Na sua primeira fase, primaram os elementos de continuidade, mantendo-se um rígido ajuste fiscal, que possibilitou os superávits primários e a independência de fato do Banco Central. O governo assumiu formas contraditórias. Adotou políticas sociais e política externa claramente inovadoras e, ao mesmo tempo, manteve tanto a política econômico-financeira como a política agrícola tradicional. O campo popular elegeu um governo diretamente vinculado a ele, porém refletindo suas contradições e a do período político no qual se vivia. Dois momentos foram traumáticos para as relações do governo com sua base popular de apoio. O primeiro deles ocorreu quando houve a reforma da Previdência, praticamente a primeira iniciativa política do governo que se chocou diretamente com as posições do movimento social organizado. Isso se deu no marco do ajuste fiscal, na primeira fase do governo, em que os contingenciamentos de recursos freavam a realização das políticas sociais em favor da estabilidade monetária, refletida nos superávits primários (SADER, 2010, p. 27).

No que diz respeito a outras políticas, o Governo de Lula logrou alcançar mudanças significativas em relação às condições anteriormente vigentes, principalmente na política internacional, na política educacional e, por último, na política social. Nas políticas

externas o Brasil foi responsável por lançar uma proposta mundial de combate à fome e à pobreza, conquistou importantes vitórias junto à Organização Mundial do Comércio – OMC, em relação à demanda pela redução de subsídios concedidos pelos países mais ricos a produtos que o Brasil também exporta, além de expandir os contratos comerciais com os países da Ásia, África, América do Sul e Europa. Ademais, foi no governo Lula que o Brasil privilegiou a integração regional, contrariamente a FHC, que preferiu os tratados de livre comércio. Lula promoveu a formação do Grupo dos 20, o denominado G20, assim como estabeleceu alianças com os países do sul, com a China, com a Índia e com a África do Sul.

Na política educacional, Lula tem como maior legado o projeto lançado em 2004 - programa PROUNI¹⁰ - que conquistou destacável posição nas políticas de *inclusão social* do Governo. Por esse programa, tornou-se possível aos alunos de baixa renda e com deficiência física poder cursar faculdades privadas com o recebimento de bolsas de estudos concedidas pelo Governo Federal. Ademais, no campo da inclusão social o Governo do Presidente Lula aprimorou todos os *programas de distribuição de renda* e os unificou no chamado Bolsa Família. Em 2006 mais de 11,1 milhões de famílias foram beneficiadas, o equivalente a 45 milhões de pessoas, de modo que em 4 anos o índice de miséria no país caiu 27,7%. Este fato fez com que a Organização das Nações Unidas – ONU recomendasse a outros países em desenvolvimento a sua adoção.

Como suporte técnico e institucional destas políticas sociais de grande impacto, Lula foi responsável por outra transformação significativa, qual seja, a criação de Secretarias Especiais no núcleo da esfera institucional de Governo, responsáveis por fomentar e implantar políticas públicas para as mulheres, para promover a defesa dos

¹⁰ Em 2005 o número de bolsas criadas (entre parciais e integrais) para alunos que cursaram o ensino médio no setor público brasileiro alcançou o total de 112.275. Em 2008 já era mais que o dobro, 225.005 bolsas, número este que chegou a 254.598 em 2011 (fonte: Sisprouni – 17/06/2011 e Prouni 2005 – 2º./2011).

Direitos Humanos, para promover a igualdade racial e para a melhoria das condições portuárias. Com essas medidas, o Presidente fortaleceu os mecanismos formais e institucionais de acesso dos movimentos sociais ao Poder, razão pela qual o seu governo pode ser considerado o mais democrático da história nacional.

Apesar de todas essas consideráveis conquistas, parece-nos que o desempenho alcançado no campo da macroeconomia tenha sido o resultado de maior destaque do Governo Lula, tanto na esfera interna, quanto na esfera externa. Sem dúvida alguma, o conjunto dos países centrais do capitalismo global passou a observar o ritmo de crescimento econômico do Brasil com mais atenção. Já nos anos iniciais de seu governo, retomou a elevação econômica, com destaque para a estabilidade observada, principalmente, nos índices de inflação. Em acintosa queda a inflação de 2002 atingia 12,53%, passando para 9,3% em 2003, 7,6% em 2004, 5,69% em 2005 e 3,14% em 2006.

Recordamos, ainda, que em estudo divulgado em março de 2011, denominado Carta de Conjuntura nº. 12, desenvolvido pelo Grupo de Análises e Previsões (GAP) do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, o Brasil apresentava o seguinte diagnóstico no último ano de mandato do Presidente Lula:

De acordo com os dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Produto Interno Bruto (PIB) registrou crescimento de 0,7% na passagem entre o terceiro e o quarto trimestres de 2010, na série livre de influências sazonais. Com este resultado, que correspondeu a um avanço de 5,0% sobre o quarto trimestre de 2009, o PIB encerrou o ano com uma expansão acumulada de 7,5%, sendo esta a maior desde 1986 (ver gráfico 1.1). Por trás deste bom desempenho, deve ser destacado o forte dinamismo apresentado pela absorção interna, que avançou 6,7% na comparação entre o quarto trimestre de 2010 e o mesmo período do ano anterior e 10,3% no acumulado do ano. Se por um lado a formação bruta de capital fixo (FBCF) cresceu 21,8%, elevando a taxa de investimento líquido para 18,4%, por outro, o consumo das famílias também acelerou em relação a 2009, encerrando o ano com uma expansão de 7,0%. Com isso, uma parte da demanda doméstica acabou sendo atendida pelo consumo de bens importados, contribuindo para a ampliação do vazamento externo (IPEA, 2011, p. 5).

De fato, o que revela esse aumento do número no consumo de famílias brasileiras pode ser visto e atestado por outra publicação estatística de relevante conteúdo, nesse caso referida pelo autor Marcelo Neri¹¹, ainda no ano de 2008: “A miséria entre abril de 2004 quando atingia 30.45% e abril de 2008 passa a 18.39%. isto corresponde a uma queda de – 39% neste grupo etário de 15 a 60 anos contra uma queda de – 32.11% para a população como um todo” (NERI, 2008, p. 21). Por fim e não menos importantes foram os dados sobre o emprego, também divulgado pelo IPEA naquele mesmo estudo:

De fato, o ano de 2010 foi excepcionalmente bom para o mercado de trabalho brasileiro, onde foram constatados vários recordes históricos nas séries que retratam a trajetória do emprego no país. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa de desocupação de 5,3% registrada em dezembro passado se mostrou no menor patamar já apurado pela Pesquisa Mensal de Emprego (PME) e foi fundamental para explicar a redução de 1,4 ponto percentual (p.p.) na taxa média de desocupação entre 2009 e 2010. Mantendo-se a mesma base de comparação, na média, os salários aceleraram 3,8% ao longo do ano passado, já descontada a inflação do período (IPEA, 2011, p. 19).

Diante destes dados, podemos afirmar em linhas gerais que, na medida em que o Brasil retomou o seu crescimento econômico a partir da eleição do presidente Lula em 2002, observou-se também uma associação direta entre a retomada dos níveis de crescimento do mercado e das oportunidades de trabalho em regime de carteira assinada. Isto explica, portanto, a grande mudança do plano social brasileiro, ou seja, a diminuição da pobreza e a melhora na distribuição da riqueza no conjunto de toda a sociedade. Não por acaso, perante a constituição desta nova condição macroeconômica, na década de 2000, voltou-se a consolidar no quadro cultural da sociedade nacional a condição do trabalho assalariado como uma das principais fontes de garantia de vida melhor e mais

¹¹ Para a análise destes dados, considerar a seguinte metodologia do autor: “Em função da nossa classificação se basear em renda de trabalho, restringimos a análise a renda familiar, per capita e total, ao grupo em idade ativa de 15 a 60 anos de idade, esta restrição adicional nos ajuda a tornar os níveis mais próximos do que se esperaria numa análise de pobreza e em especial a análise entre das transições entre estratos sociais mais permanentes. Para criar a chamada classe E usamos a linha de miséria de 135 Reais mês por pessoa a preços da Grande São Paulo de hoje conforme já tradicionalmente usado no Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas” (NERI, p. 21).

digna, principalmente o trabalho que foi expandido nitidamente nas empresas e órgãos comandados pelo poder público.

Assim sendo, podemos compreender que a posição destacada no cenário mundial do Brasil no ano de 2011, além de revelar a economia como a sexta maior em termos de Produto Interno Bruto (PIB), também justifica a afirmação de que o Brasil já não é mais um país de maioria pobre ou de baixa renda, mas sim um país de grande maioria da população pertencente à classe média. A justificativa disto encontra-se descrita no estudo do autor Marcelo Neri (2008), segundo o qual, em 2002: a elite, grupo de 10% da população, possuía quase 50% da riqueza *per capita* do trabalho; diferentemente dos pobres e miseráveis, cuja acumulação chegava a 9,95% da riqueza nacional, e da outra metade, da classe intermediária, cuja riqueza estava agrupada no valor total de 39,78% da riqueza. Em 2008, por outro lado, o quadro já estava modificado, indicando as seguintes diferenças estatísticas: as elites, grupo que antes era de 12,99% da população passa para 15,52%; a classe Média, de 44,19% da população passa para 51,89% (crescimento de 17,03% no total da população); e, por último, as classes mais pobres, que passam do grupo de 42,82% da população para 32,59%.

Como último elemento de compreensão de todo o contexto político-econômico e social do Governo de Lula, falta-nos discorrer sobre outra dimensão estrutural de interesse desta pesquisa, ou seja, o *mundo do trabalho*. Para tanto, será reservada esta tarefa ao próximo capítulo, uma vez que poucas diferenças podem ser apresentadas entre os Governos de FHC e Lula. Conforme escreveu o sociólogo Ricardo Antunes em sua obra “Adeus ao Trabalho” (2007), os direitos conquistados com muita militância e luta pela classe trabalhadora vão sendo eliminados do ordenamento jurídico dos últimos anos. No mais, procuraremos desenvolver esta tarefa aliando a compreensão das transformações que

o mundo do trabalho tem apresentado nos últimos 20 anos com os impactos e metamorfoses que isto provoca na categoria de trabalhadores da Indústria de base brasileira. Em outras palavras, intentaremos mostrar quais são as características e identidades da realidade social vivida pela parcela de trabalhadores que ocupa a atividade produtiva da Petrobrás, a base de nosso estudo empírico, tendo em vista todas as dinâmicas políticas e econômicas descritas neste primeiro capítulo.

CAPÍTULO 2 - SINDICALISMO, TRABALHO e MUDANÇAS: transformações do trabalho, impactos e metamorfoses na categoria de trabalhadores da indústria de base brasileira.

Depois de delineada uma interpretação histórica e contextual acerca das raízes econômicas e políticas que, em nossa concepção, definiram a identidade sociológica do momento histórico compreendido nas duas últimas décadas, percebemos que a tese predominante se apresenta válida, em vista da contraditória, ainda que patente, consolidação de diretrizes que apontam para a produção um novo sistema de relações de trabalho industrial no Brasil. Dando sequência ao raciocínio histórico buscaremos caracterizar, no presente capítulo, as *transformações ocorridas no mundo do trabalho*, os impactos gerados a classe trabalhadora, bem como as metamorfoses que a categoria específica de trabalhadores das indústrias de base brasileira está sofrendo. Esta análise, por sua vez, terá como “pano de fundo” a consideração da dialética criada entre as contradições próprias da economia brasileira que já apresentamos e a emergência dos direitos sociais trabalhistas, hoje em dia constantes da pauta de qualquer sindicato nacional.

Antes, porém, são necessárias algumas explicações sobre o modo como se desenvolveu e, principalmente, se estabeleceu o capitalismo industrial brasileiro, para, em seguida, situarmos historicamente a mudança do modelo produtivo escancarado pelo projeto neoliberal dos governos de 1990. Nesse sentido, é sabido que os primeiros atos da grande industrialização da produção nacional estão ligados ao processo social que ficou conhecido como a Revolução burguesa de 1930¹², momento em que o país alterou sua

¹² Getúlio Vargas (1882-1954) protagonizou a política brasileira na ruptura empreendida pela burguesia industrial contra os interesses aristocratas e agrários da classe política detentora de terras e produção agrícola

velha ordem social oligárquica e arcaica para assumir, ainda que de maneira desigual e inorgânica, a matriz produtiva própria do modelo moderno capitalista. Sob a liderança de Getúlio Vargas, que começara sua carreira no Estado do Rio Grande do Sul, essa etapa representou o fim do modelo agrário-exportador e o início da hegemonia do modelo urbano-industrial. Outra qualificação se erige ao definirmos a estatura institucional e política do Sindicato dos Petroleiros, um sindicato de trajetória histórica e sindical marcada por estrutural presença e atuação, em todos os campos, econômico, social, político e sindical, propriamente dito. Essa categoria sindical guarda estreitas e históricas identidades com as motivações e determinações da Era Vargas, que estabeleceu as bases da industrialização e urbanização brasileiras modernas, no cenário dos anos 1950 do século XX, identificadas com a conseqüente identidade do capitalismo desenvolvimentista que lhe sustentara. A questão energética era, como continua a ser, estratégica para os projetos nacionais de desenvolvimento e para o Brasil não foi diferente. Vargas determinara a identidade nacionalista e populista de seu projeto de industrialização e acabaria por imprimir uma identidade similar nos sindicatos e forças, institucionais e sociais, erigidos em sua órbita e em seu universo de influências.

No estudo detalhado do teórico Francisco de Oliveira (1988), a industrialização da produção que referimos seguiu as seguintes etapas de formação: num primeiro momento, começou-se a produzir internamente os bens de consumo não-duráveis, destinados ao consumo das classes populares, tendo em vista o aproveitamento dos recursos naturais existentes no país. Isto se explica, segundo o autor, da seguinte forma: “(...) foram as necessidades da acumulação e não as do consumo que orientaram o processo de industrialização: a ‘substituição de importações’ é apenas a forma dada pela crise cambial,

(hegemonia política até os anos 1930). Getúlio Vargas lidera a tomada do Estado pelas frações industriais e sua determinação em produzir a Revolução burguesa no Brasil. Getúlio governa o Brasil de 1930 a 1945 e depois de 1950 a 1954. Suas idéias e sua concepção política permanecem além de sua morte.

a condição necessária porém não suficiente” (OLIVEIRA, 1988, p. 28). No momento seguinte, passou-se a produzir em território nacional os bens de consumo duráveis, com objetivo de atender agora as classes altas. Dessa forma, os principais ramos industriais escolhidos para serem desenvolvidos neste momento foram os setores automobilístico e de produção de eletrodomésticos, tamanho o efeito multiplicador que estes bens acarretam nos demais setores da economia. De fato, para se produzir um carro, por exemplo, estimulam-se muitas outras empresas, pois são estas que vão fabricar os diversos componentes do veículo, como rodas, pneus, faróis, vidros, etc.

O mesmo Getúlio Vargas, já em seu segundo governo, na década de 1950 (1950-1954), foi também o Presidente responsável pelo grande salto dado pelo Brasil no que diz respeito ao desenvolvimento do setor energético nacional, identificado pelo aumento da produção estatal de petróleo. Depois de uma acirrada disputa entre políticos que representavam os interesses do capital externo com outros que defendiam a bandeira do nacional-desenvolvimentismo¹³, o então Presidente da República assinou, na data de 03 de outubro de 1953, a Lei nº. 2.004, que criava a empresa pública Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRÁS. A partir deste ato, ficou garantido a essa empresa estatal o monopólio do minério estratégico que garantia o crescimento econômico dos países situados no capitalismo industrial. Importante ressaltar, conforme discorre o autor Celso Carvalho Jr. (2008), que no momento em que propôs o projeto de criação da PETROBRÁS, em 1951, Vargas pretendia a criação de uma empresa de capital misto, sendo, portanto, controlado pelo Estado (responsável pela pesquisa, lavra, refinação, comércio e transporte do petróleo e seus derivados), mas também assegurando a participação do capital privado noutras

¹³ A disputa política que dividia os interesses sobre a exploração do petróleo no Brasil extrapolou a instancias governamentais e ganhou as ruas das cidades. Por diversas vezes, a população deu novas demonstrações de força para pressionar o Governo Federal quando se mobilizou em passeatas e protestos que ficaram conhecidos pela expressão “O Petróleo é Nosso”.

atividades. Não obstante, é certo que a pressão popular foi forte o bastante para fazer o Presidente recuar nesta medida, razão pela qual Getúlio Vargas finalmente optou pelo monopólio estatal. Conforme descreve Celso Carvalho Jr.:

Desse modo, nasceu uma das maiores empresas do país e um símbolo dos ideais nacionalistas. Resultado de uma decisão política, a criação da Petrobras corresponde a um dos raros momentos da nossa história em que o interesse dos movimentos populares, sindicatos, partidos de esquerda e organizações nacionalistas prevaleceu sobre os propósitos dos grupos estrangeiros, empresários nacionais e políticos conservadores (CARVALHO JR. 2008, p. 01).

Não coincidentemente, é certo que o crescimento desta empresa que, nos tempos atuais, chegou ao patamar de ser avaliada como uma das maiores empresas do mundo, deu-se simultaneamente ao crescimento dos outros setores industriais brasileiros, o que permite a identificação de alguns pontos comuns entre todos eles. Para essa pesquisa, por sua vez, é indispensável recordar que tanto a indústria automobilística, já referida, quanto a maioria das indústrias instaladas pela PETROBRÁS ao longo das décadas de 1950-1980 foram sendo constituídas sob o mesmo modelo de produção industrial, cuja matriz esteve situada e consagrada nos EUA pelo empresário Henry Ford (1862-1947), qual seja: o modelo fordista. Esta observação é relevante para o estudo, uma vez que nos permite utilizar de teorias e textos já consolidados pela Sociologia do Trabalho (ANTUNES, 2007; ALVES, 2011, ESTANQUE, 1999, 2012; NETO, 2003; PINTO, 2007), os quais esclarecem acerca das mudanças promovidas na estrutura produtiva do capitalismo a partir de 1970.

Assim, conforme já discorreu a sociologia do trabalho, a industrialização do capitalismo a partir da incorporação do sistema de trabalho fordista promove a chamada independência do capital em relação ao trabalho vivo¹⁴, uma vez que uma das principais características deste sistema seja a incorporação no processo de trabalho de um elevado

¹⁴ Conforme didaticamente referiu o autor Adam Schaff (1992), em sua descrição das etapas da revolução técnico-científica, a industrialização da produção nos países centrais da economia capitalista representa a substituição da força física do homem, tendo em vista a introdução da máquina no sistema de produção.

número de máquinas. Em suma, a introdução da maquinaria permite ao capitalista substituir parte da mão-de-obra humana, fazendo com que: “(...) o processo de produção seja agora uma aplicação tecnológica da ciência. O ritmo do processo de trabalho, a qualidade do produto, não têm nada mais a ver com o trabalho humano e sua ferramenta, mas sim com as especificações, com a qualidade, com a natureza da máquina” (NETO, 2003, p. 19).

Na leitura ainda de Benedito de Moraes Neto (2003) o modelo fordista surgiu como a tentativa bem sucedida de produção em massa das indústrias FORD americana, cujos principais características se resumem ao emprego extensivo de mão-de-obra não-qualificada; um conjunto de métodos de produção fundamentado em sequências lineares de trabalho fragmentado simplificado; longas horas de trabalho manual rotinizado e, ainda; comando fortemente hierarquizado do processo de trabalho. Para o teórico Geraldo Augusto Pinto, somado a tudo isto, foi determinante para a indústria de Ford a introdução da esteira automatizada, uma vez que somente assim foi possível padronizar os produtos e produzi-los em grande escala. Complementa:

Henry Ford adaptou o sistema de carretilhas utilizado nos matadouros, para esquartejar as peças das reses, para a produção e montagem dos veículos de sua fábrica. A grande inovação de seu projeto era, a abem da verdade, a utilização da esteira para produzir em grande escala e o uso do cronômetro no controle e definição de metas de velocidade e produtividade para os operários (PINTO, 2007, p. 33).

Ademais, ampliando-se as características para uma dimensão além da fábrica/indústria, são esclarecedores os apontamento de Elísio Estanque sobre o fordismo:

Crescente desenvolvimento industrial e concentração do capital e da produção; maior conjugação estratégica entre a indústria, as instituições financeiras e as políticas estatais; reforço da racionalidade econômica e o incremento da inovação tecnológica; ampliação das interdependências e deslocamentos de capitais à escala mundial, etc. A par destes aspectos, assistiu-se ao reforço da intervenção sindical e política da força de trabalho; ao surgimento mais eficazes de mediação e concertação de interesses de classe; ao aumento do poder de negociação; ao

aumento do consumo de massa; a uma maior estabilidade da relação salarial, etc. (ESTANQUE, 1999, p. 190).

Com apoio nesta leitura de Estanque, que atrela a transformação técnica do trabalho à modificação de ordem social promovida pelo modelo fordista, é interessante perceber que o sistema de produção em tela não transformou somente os mecanismos industriais, pelo contrário, esse sistema de indústria faz surgir também nas sociedades capitalistas um novo sujeito social ativo, ou em outras palavras, o operário e a luta coletiva dos trabalhadores. Em resumo, fazer um resgate histórico do *fordismo* e suas transformações no mundo do trabalho implica, sem dúvidas, reconhecer o crescimento e protagonismo político da classe de trabalhadores que compõe o outro lado da relação com o empresário/industrial deste período. No entanto, apesar de reconhecermos a participação sindical das classes trabalhadoras brasileiras durante estes 50/60 anos de industrialização brasileira, quando se operaram as transformações do modelo fordista, devemos salientar que isto não aconteceu do mesmo modo como registrado em outras partes do mundo, em particular os “trinta anos gloriosos” do capitalismo europeu. Na Europa, diferente do que aconteceu no Brasil, os países (principalmente os do norte) buscaram reunir as vantagens tecnológicas desenvolvidas pelos EUA com a implementação de políticas sociais de proteção as classes mais necessitadas. Conforme descreve Estanque:

Efetivamente a relação salarial fordista de produção, que se generalizou no pós-guerra – embora, evidentemente segundo dinâmicas nacionais muito distintas consoante as regiões e os regimes de cada país –, é indissociável do papel do Estado, pois ela traduziu a passagem de uma relação de trabalho concorrencial e puramente mercantil para um modelo juridicamente regulado, dando lugar à ideia de que: “a garantia de emprego e a noção de emprego – o contrato indeterminado – e a proteção social estão na origem da chamada cidadania social na Europa ocidental do pós-guerra (Oliveira e Carvalho, 2010: 27)” (ESTANQUE, 2012, p. 13).

No Brasil, especificamente, a industrialização do país foi executada por interesses dos sucessivos governos autoritários, primeiro com Getúlio Vargas e depois com os presidentes Militares do Regime de 1964-1985. Por consequência, a Constituição Federal

de 1934 previu o sistema da pluralidade sindical, no entanto a organização sindical brasileira moldou-se no corporativismo italiano assim como nos lembra Nascimento:

Como observam os historiadores, o art. 138 da norma constitucional é transcrição da cláusula III da *Carta del Lavoro*: “A associação profissional ou sindical é livre. Porém, apenas o sindicato regularmente reconhecido pelo Estado tem o direito de representar legalmente os que participarem da categoria de produção para que foi constituído, de defender-lhes os direitos perante o Estado e as outras associações profissionais, de estipular contratos coletivos de trabalho obrigatórios para todos os seus associados, de impor-lhes contribuições e de exercer, em relação a eles, funções delegadas de poder público (NASCIMENTO, 2004, p. 73).

Para esse autor, como tese de destaque, os sindicatos deviam permanecer sob o controle do Estado exercendo, como a lei declarava, as funções originariamente de competência Estatal e por este transferida às organizações de trabalhadores. Todo esse mecanismo refletia a posição do Estado comandado por Getúlio, o qual atuava como garantidor da relação de compra e venda da força de trabalho. Podemos concluir que as primeiras normas de direito do trabalho no Brasil basearam-se em institutos que caracterizavam a forma autoritária de organização sindical, principalmente em razão do reconhecimento da natureza pública das funções sindicais, do prévio enquadramento sindical elaborado pelo Governo, do princípio de sindicato único, da criação da contribuição sindical e do intervencionismo (Nascimento, 2004). A matriz e modelo de controle e aparelhamento sindical, manejado pelo Estado e pelas lideranças populistas que se erigiram em fiadores do processo de industrialização, permanecia quase sem alterações nas décadas seguintes à criação e consolidação das bases capitalistas de produção.

Apenas na década de 1980, com a retomada das bandeiras de reivindicação e de formação de oposição ao Regime Militar, é que podemos considerar um novo tempo para a história dos sindicatos nacionais. O grupo de maior destaque nesse sentido foi o de

trabalhadores do setor automobilístico da região do ABC paulista¹⁵. Os metalúrgicos daquelas empresas, sob a liderança de Luiz Inácio da Silva, apelidado de LULA, até então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, promoviam a realização de grandes assembleias e greves pela reposição do valor de salários, reconhecimento das organizações sindicais e retorno do regime democrático. Podemos acrescentar que o movimento operário também ganhou força após 1979, com a reforma partidária, tendo em vista que esta possibilitou a criação de mais partidos no país, com destaque para a criação do primeiro partido político nascido dentro da dinâmica e determinação da classe operária: o Partido dos Trabalhadores (PT).

Fortemente influenciados por este movimento político da década de 1980, os principais sindicatos de petroleiros até então existentes no Brasil iniciaram um sistemático e organizado processo de renovação. Como fato referencial destas transformações, apontamos a criação da CUT (Central Única dos Trabalhadores) no ano de 1983, após uma histórica greve da categoria de petroleiros ocorrida em julho daquele ano. Conforme se recuperam das descrições históricas que encontramos no site da FUP¹⁶ (Federação Única dos Petroleiros¹⁷), em 1983 os trabalhadores das refinarias de Paulínia (São Paulo) e Mataripe (Bahia), em ações conjugadas com os metalúrgicos, metroviários, bancário e outras categorias do ABC paulista, interromperam suas atividades para protestar contra um pacote de medidas econômicas impostas pelo General e Presidente João Batista Figueiredo, o qual, segundo consta em inúmeros estudos documentais de época, atacava diretamente os direitos dos trabalhadores. Neste emblemático episódio, o exército invadiu as refinarias e

¹⁵ ABC paulista é a designação prática para referir-se as cidade de Santo André, São Bernardo e São Caetano, todas localizadas na Região Metropolitana da grande São Paulo.

¹⁶ Disponível em: http://www.fup.org.br/nossas_lutas_rompendo.htm.

¹⁷ A Federação Única dos Petroleiros corresponde hoje a mais desenvolvida entidade representativa de trabalhadores deste setor a atuar no território nacional. A mesma foi reconhecida pela Direção da Petrobrás como representante legal dos sindicatos de petroleiros de todo o Brasil no acordo coletivo assinado no ano de 1996.

os soldados tomaram conta dos sindicatos que protestavam contra o Governo, medidas estas que foram tomadas com mais a demissão de 153 trabalhadores. Depois destes acontecimentos, muitas lideranças sindicais tiveram os direitos cassados pelo Governo Militar, entre eles Luiz Inácio Lula da Silva¹⁸.

Por último, quanto à descrição do significado desta década de lutas entre os governos autoritários e a classe de trabalhadores organizada, no que diz respeito às mudanças no modo de produção capitalista, é possível identificar que o Regime Militar decreta o fim do processo de industrialização de base, iniciado por Getúlio Vargas, a partir da construção de grandes obras nos variados setores estratégicos da economia. Tem-se, portanto, que a construção da Transamazônica, da hidroelétrica de Itaipu, da ponte Rio-Niterói, do Aeroporto de Cumbica e das Usinas Angra I e II foram os últimos atos de uma orientação econômica capitalista de favorecimento dos setores de base, mas que já não seria mais o alvo da economia a partir do final de 1980 com as mudanças ocorridas na ordem capitalista mundial.

Trata-se, ainda, de reconhecer que, no itinerário das lutas e conquistas de direitos dos trabalhadores esteve sempre presente a atuação dos sindicatos, notadamente os mais organizados e maiores, de representação nacional e de funcionalidade estratégica, tal como se configura o sindicalismo petroleiro.

2.1 – A precarização do trabalho e a flexibilização dos direitos trabalhistas.

Como já mencionado neste trabalho, entendemos o contexto político e econômico da década de 1990 como o período de estabelecimento da dinâmica neoliberal no Brasil.

¹⁸ No ano de 2000, após um processo de dezessete anos, a justiça brasileira julgou procedente uma ação de indenização coletiva movida por sindicalistas que tiveram a perda do emprego, assim como os direitos políticos cassados, tendo em vista os acontecimentos conflituosos de 1983.

Não obstante as mudanças sociais já discutidas anteriormente, resta-nos ainda como tarefa elementar apresentar quais as transformações da lógica produtiva executadas no atual estágio da globalização econômica¹⁹, e ainda, de que forma estas mudanças alteram radicalmente os modos de estabelecimento e regulação das relações laborais. Sobre o tema, Míriam de Toni resume que os impactos da globalização no âmbito da produção ocorrem pela substituição dos modelos clássicos (taylorismo e fordismo) pelos sistemas flexíveis de produção (japonês, sueco e italiano), e complementa:

(...) pode-se dizer que, se as transformações têm apontado para a constituição de um segmento de trabalhadores com características próximas ao do “novo trabalhador polivalente”, elas também ampliam formas precárias e não-padronizadas de relações de trabalho (TONI, 2003, p. 249).

Ademais, é verdade, ainda, e impossível de não se mencionar, o fato desta referida *reestruturação produtiva* trazer consigo um perigoso efeito a dimensão estrutural das atuais sociedades capitalistas, que certamente tem provocado a piora das condições de subsistência de inúmeros indivíduos da classe trabalhadora, fatos estes cada vez mais frequentes e perceptíveis, uma vez que os principais órgãos de pesquisa da atualidade sinalizam aumentos elevados na taxa de desempregados ao redor do globo²⁰.

De acordo com o estudo do sociólogo Giovanni Alves a reestruturação de que tratamos corresponde a um turbilhão de inovações tecnológico-organizacionais que se desenvolveram nas últimas décadas, alterando, assim, o modo de produção das empresas para uma forma nova, flexível, fluída e difusa. Por este motivo, continua o autor, o termo

¹⁹ Encontramos num importante estudo da OIT (2005) a descrição estatística das principais características da globalização, as quais podem ser resumidas da seguinte forma: 1) rápido crescimento do comércio mundial; 2) aumento do IDE (Investimento Direto Estrangeiro) a partir de 1980; 3) intensificação dos fluxos financeiros; 4) revolução das TIC (Tecnologias de Informação e Comunicação); 5) aumento das interdependências entre os Estados e os agentes econômicos; 6) Evolução das políticas econômicas.

²⁰ De acordo com dados da OIT (2010), em 2009 o mundo já contabilizava 212 milhões de pessoas desempregadas, um número muito elevado se considerarmos que o Brasil, em 2010, contabilizou uma população de 196 milhões de pessoas, ocupando, portanto, a quinta posição dos estados mais populosos do mundo.

flexível tem sido a denominação comum dos teóricos para referir a nova empresa capitalista, conforme se observa a seguir:

Sob a era da mundialização do capital, a partir da Quarta Revolução Tecnológica, caracterizada pela revolução informacional (ALVES, 2007), e sob a ofensiva neoliberal, que caracterizou as últimas décadas do século XX, a categoria da “flexibilidade” se desdobrou e adquiriu múltiplas determinações no interior do processo de trabalho capitalista, assumindo, deste modo, novas proporções, intensidade e amplitude. A flexibilidade torna-se, no sentido geral, um atributo da própria organização social da produção, assumindo uma série de particularizações concretas, com múltiplas (e ricas) determinações. Por exemplo, Salerno salienta oito dimensões da flexibilidade – a flexibilidade estratégica, flexibilidade de gama, de volume, de adaptação sazonal, de adaptação a falhas, de adaptação a erros de previsão, flexibilidade social intra-empresa e flexibilidade social extra-empresa (SALERNO, 1995)). Entretanto, é a flexibilidade da força de trabalho, isto é, aquela flexibilidade relativa à legislação e regulamentação social e sindical, que continua sendo estratégica para a acumulação do capital. Por exemplo, um aspecto muito discutido é o que diz respeito à flexibilidade nos contratos de trabalho, ou seja, a possibilidade de variar o emprego (volume), os salários, horários e o local de realização do trabalho dentro e fora da empresa (por exemplo, mudança de linha dentro de uma fábrica, ou mesmo mudança entre fábricas). Ou ainda, aquela relativa aos regulamentos internos, à representação sindical interna, ao sistema de remuneração e a recompensas, etc. (SALERNO, 1995) (ALVES, 2011, p. 4).

Portanto, a flexibilização que tem preenchido o mundo do trabalho pode ser entendida como um conjunto de flexibilizações, que envolve não só alterações do sistema produtivo das empresas capitalistas, mas também novas dinâmicas nos processos e relações de trabalho, no mercado e até nos produtos e padrões de consumo (Alves, 2011; Harvey *apud* Antunes, 2000). Conforme se constata com a leitura do texto de Ricardo Antunes, uma das novas tendências produtivas de maior impacto e de mais amplo sucesso de propagação pelas realidades industriais corresponde ao *toyotismo*, ou em outras palavras, o modo de produção industrial criado pela Empresa Toyota do Japão. Com apoio numa destacada revolução tecnológica que passa a ser incorporada no seio da produção:

(...) a produção sobre o toyotismo é voltada e conduzida diretamente pela demanda. A produção é variada, diversificada e pronta para suprir o consumo. É este quem determina o que será produzido, e não o contrário, como se procede na produção *em série* e *de massa* do fordismo. Desse modo, a produção sustenta-se na existência do *estoque mínimo*. O melhor aproveitamento possível do tempo de produção (incluindo-se também o transporte, o controle de qualidade e o estoque), é garantido pelo *just in time*. O *kanban*, placas que são utilizadas para a reposição de peças, é fundamental, à medida que se inverte o processo: é do final,

após a venda, que se inicia a reposição de estoques, e o *kanban* é a senha utilizada que alude à necessidade de reposição das peças/produtos. Daí o fato de, em sua origem, o *kanban* estar associado ao modelo de funcionamento dos supermercados, que repõem os produtos, nas prateleiras, depois da venda (ANTUNES, 2000, p. 34).

Não obstante, devemos ter em mente que todas essas novas “tecnologias da produção” estão já são identificadas como uma nova fase do processo de acumulação do capital, que em sua totalidade não se restringe apenas às mudanças operadas no setor produtivo do Capitalismo, mas também a todo o complexo sistema da economia mundializada, hoje caracterizada pelas imbricações entre as dimensões financeiras e produtivas (Moraes, 2011). Como já dito neste trabalho, a partir da década de 1970, nos países centrais, tem-se implementado pelos sucessivos governos as políticas caracterizadoras do neoliberalismo, baseada na dupla e contraditória estruturação dos Estados nacionais: “mínimo” quando diz respeito às políticas sociais e “máximo” quando diz respeito ao interesse de salvaguardar o mercado de capital (privatizações, aberturas comerciais e desregulamentações jurídicas). Isto por que as alternativas lucrativas de empresas e multinacionais não se resumem mais somente a produção de bens; hoje os objetivos de produzir dinheiro estão se transferindo para as atividades financeiras, em que o capital se constituiu como uma ficção.

O capital, por sua vez, se torna cada vez mais móvel. Mais, inclusive, que as próprias pessoas. As fronteiras que um dia já foram físicas (territórios) e legais (normas alfandegárias) atualmente deixaram de existir como obstáculos a acumulação de capital, persistindo apenas para o controle de entrada e saída dos indivíduos. Com a perda de capacidades do Estado de controlar estas atividades, remodelam-se as dinâmicas de atuação dos bancos, tamanha a concorrência em que os mesmos se encontram nesta nova economia mundializada. Na leitura apurada de Moraes, o processo de liberalização econômica que referimos, além de alterar a cultura tradicional dos bancos pelo mundo,

modifica ainda as organizações e a gestão das empresas que passam a atuar no mercado financeiro. Complementa:

Andrade e Rossetti (2006, p. 71-2) apontam para cinco fatores que se destacaram no processo de despersonalização da propriedade das empresas, ou seja, o processo de pulverização das ações, que fizeram necessário um novo tipo de gestão: 1) a propriedade desligou-se da administração, ou seja, os fundadores das empresas deixaram de ser deuses donos com o avanço das sociedades anônimas de capital aberto e o desenvolvimento do mercado de capitais; 2) Os fundadores-proprietários foram sendo substituídos por executivos contratados; 3) Passou a haver conflito entre os agentes principais das corporações, seus acionistas, e os agentes condutores das operações – os executivos-chefes – já que estes últimos começam a criar estratégias para se auto-beneficiarem, com o aumento dos próprios salários, por exemplo; 4) Várias inadequações e conflitos de interesses passaram a ser observados no interior das companhias; e 5) Somente através da adoção da governança corporativa é que foi possível reaproximar proprietários da gestão (MORAES, 2011, p. 54/55).

Em resumo, o exemplo de bancos e empresas que rapidamente apresentamos serve de base para atestarmos que as mudanças da esfera produtiva do capitalismo neoliberal estão interligadas também as mudanças da esfera financeira que se percebem na atualidade. A propósito ainda deste tema, podemos afirmar que a ascensão do capital financeiro tem sido seguida, segundo Chesnais (Chesnais *apud* Moraes, 2011), por formas ditas agressivas e brutais de busca pelo aumento da produtividade em nível microeconômico, ou seja, o trabalho. Nesse sentido recaímos na análise que já iniciamos sobre a flexibilização do trabalho, mas que agora será mais aprofundada para revelar em que condições e sobre quais parâmetros jurídicos ela tem se constituído.

De antemão, é importante elucidarmos que o pressuposto teórico nesta tese adotado tem a mesma construção em todos os autores até aqui citados, qual seja: a *globalização econômica* do neoliberalismo tem sido um movimento de grande amplitude social, no qual um dos principais efeitos tem sido a *precarização das relações e condições de trabalho*, inclusive com a destruição de muitas das bases de vida das classes trabalhadoras – aspectos legais (direito do trabalho) e sociais (segurança social) –, tamanha a perversidade com que

atua na relação exploratória do capital pelo trabalho. Em linhas gerais, aponta Jaime Osório:

A superexploração remete a “uma forma de exploração em que não se respeita o valor da força de trabalho”. E isso pode se dar, como vimos, de maneira direta sobre o seu valor diário, via apropriação de salários. Ou então, de maneira indireta, via prolongamento da jornada ou intensificação do trabalho, que, ainda quando venham acompanhadas de aumentos salariais, acabam afetando o valor total da força de trabalho e, por intermédio disso, o seu valor diário (OSORIO, 2009, *apud* MORAES, 2011, p. 49).

Com efeito, é imperioso ressaltar que o sentido empreendido para a precarização do trabalho aqui referido não se constrói a partir de uma relação direta entre flexibilização e superexploração. A despeito desta consideração, são sempre pertinentes os estudos da autora Llona Kovács e sua tese sobre “trajetórias de flexibilidade”²¹. Nessa esteira, escreve o autor Ricardo Antunes, citando Lojkin, que para a classe trabalhadora o capitalismo neoliberal tem exigido uma qualificação para as novas tecnologias, ao passo que ao mesmo tempo disponibiliza outros postos, cada vez em maior número, de natureza desqualificada. Explica:

Há, portanto, mutações no universo da classe trabalhadora, que varia de ramo para ramo, de setor para setor etc. desqualificou-se em vários ramos, diminuiu em outros, como no mineiro, metalúrgico e construção naval, praticamente desapareceu em setores que foram inteiramente informatizados, como nos gráficos, e requalificou-se em outros, como na siderurgia, onde se pode presenciar a “formação de um segmento particular de ‘operários técnicos’ de alta responsabilidade, portadores de características profissionais e referências culturais sensivelmente diversas do restante do pessoal operário. Eles se encontram, a nível de altos-fornos, aciaria, vaza contínua... Observa-se o fenômeno similar na indústria automobilística, com a criação dos ‘coordenadores técnicos’ encarregados de assegurar os reparos e a manutenção de instalações altamente automatizadas, assistidos por profissionais de nível inferior e de especialidades diferentes” (ANTUNES, 2007, p. 58/60).

²¹ Nesse sentido os resultados de uma pesquisa de Llona Kovács, para qual: “Como há diversos tipos de trajetórias de flexibilidade, não podemos identificar a flexibilidade de emprego com a precariedade, tão pouco aceitar a tese da crescente oportunidade para todos. Podemos encontrar trabalhadores com uma forte posição no mercado de trabalho (detentores de qualificações muito procuradas), apesar da instabilidade e carácter temporário das suas relações de emprego. As formas flexíveis de emprego são ambíguas” (KOVÁCS, 2008, p. 3).

Não obstante, para a realização desta pesquisa, ficou estabelecida a observação mais aprofundada (pesquisa empírica) de um dos contextos mais específicos da nova ordem econômica mundial, qual seja: a indústria de base que compõe o setor energético nacional. Por esse motivo, julgamos ter reunido elementos suficientes para comprovar e demonstrar que neste específico ramo da indústria existe sim um crescente processo de precarização do trabalho, conforme restará explicitado a seguir. Antes, porém, são necessárias as palavras do sociólogo Casemiro Ferreira, que nos orienta para a compreensão do que é *precarização*:

(...) Na atualidade vivemos um período em que a função produtiva do trabalho permanece fundamental. No entanto, a questionar a importância do trabalho assalariado estão as formas de auto-emprego e de trabalho independente. Por essa via se transforma a função produtiva do trabalho assalariado, mas não a função produtiva do trabalho. Em qualquer dos casos, as transformações na função produtiva do trabalho problematizam o alcance e as fronteiras típicas do direito do trabalho. A função de distribuição é posta em causa pelos elevados índices de desemprego e pela precarização do emprego existente, estando cada vez mais dependente das “exigências” de competitividade e das “normas de regulação” que procuram indexar a evolução dos rendimentos e salários à evolução da produtividade. A fragmentação da função distributiva através do salário ou dos mecanismos de proteção social tem como consequência o bloqueio desta função como fonte de acesso ao direito do trabalho e ao direito social (FERREIRA, 2002, p. 272/273).

No que tange aos aspectos formais relacionados às relações de trabalho, tem-se comumente caracterizado de precarização das condições de trabalho os chamados novos modelos de contrato típico pactuado entre empregador e empregado, os quais mais recentemente são expandidos as modalidades de *contrato por tempo parcial* ou *contrato temporário*, *subcontratação* e, por último, as famigeradas *terceirização* e *quarteirização*. Inegavelmente, é possível afirmar com alto grau de certeza que a grande maioria destas terceirizações e quarteirizações laborais passam a ser usadas para atender somente dois objetivos: primeiro, ou a estratégia de camuflagem das entidades empregadoras, casos em que fica impossível ao empregado obter êxito nos momentos em que aciona juridicamente a empresa para qual trabalha, ou ainda, como medida de diminuição dos custos de

produção, obtido pela contratação de empresas prestadoras de serviços que se utilizam de empregados temporários e mau remunerados.

De fato, estes e outros processos estão fazendo cair por terra uma das características mais típicas da relação tradicional de trabalho, conforme defende mais uma vez Casimiro Ferreira (2002). Para o autor, as novas formas de contratação de trabalhadores representam a decomposição do direito laboral, principalmente em razão da quebra das convenções típicas ligadas ao contrato de trabalho, pois se pensarmos que a regulação jurídica das relações de trabalho foram montadas tomando por base o trabalho subordinado assalariado e típico, a *crise da tipicidade* ou da *tipificação* implica reconhecer que existe também uma crise das possibilidades reguladoras do próprio direito do trabalho.

Ademais, expandindo esta análise para a doutrina mais específica da própria ciência jurídica²², podemos encontrar teóricos que debatem no mesmo sentido daquele autor, como é o caso de Maurício Godinho Delgado, renomado professor de Direito do Trabalho e um dos atuais Ministros Tribunal Superior do Trabalho – TST de Brasília-DF:

Para o Direito do Trabalho terceirização é o fenômeno pelo qual se dissocia a relação econômica do trabalho da relação trabalhista que lhe seria correspondente. Por tal fenômeno insere-se o trabalhador no processo produtivo do tomador de serviços sem que se entendam a estes os laços trabalhistas, que se preservam fixados com uma entidade interveniente. A terceirização provoca

²² No ano de 2011, a partir de uma iniciativa da Central Única dos Trabalhadores – CUT, da Central de Trabalhadores do Brasil – CTB, do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho da Universidade de Campinas-SP – CESITE/UNICAMP e, ainda, a participação de juízes e Procuradores do Ministério Público Federal foi criado o “Fórum em Defesa dos Direitos dos Trabalhadores Ameaçados pela Terceirização”, cuja proposta é discutir e propor ações contra as possibilidades de o Congresso Nacional aprovar Projetos de Lei (PL) que ampliam a terceirização e promovam uma verdadeira reforma trabalhista, extremamente prejudicial aos trabalhadores. Consta, por exemplo, no Manifesto produzido pelo Fórum: “E, a respeito dos projetos de lei em andamento no Parlamento brasileiro ou em construção em outros espaços institucionais, que se lute para que toda e qualquer regulamentação que venha a ser aprovada esteja necessariamente alicerçada nos seguintes pilares: Que vede a locação de trabalhadores e trabalhadoras!; Que imediatamente proíba a Terceirização nas atividades permanentemente necessárias à Tomadora; Que imediatamente assegure a responsabilidade solidária das empresas envolvidas na Terceirização, tanto no setor privado quanto no público!; Que garanta plena igualdade de direitos e condições de trabalho entre empregados diretamente contratados e trabalhadores terceirizados, com inclusão de mecanismos que impossibilitem a fraude a direitos!; Que assegure a prevalência da norma mais favorável entre os instrumentos coletivos de trabalho que incidam sobre uma mesma empresa!; Que assegure a representação sindical pelo sindicato preponderante!”.

uma relação trilateral em face da contratação de força de trabalho no mercado capitalista: o obreiro, prestador de serviços, que realiza suas atividades materiais e intelectuais junto à empresa tomadora de serviços; a empresa terceirizante, que contrata este obreiro, firmando com ele os vínculos jurídicos trabalhistas pertinentes; a empresa tomadora de serviços, que recebe a prestação de labor, mas não assume a posição clássica de empregadora desse trabalhador envolvido. O *modelo trilateral* de relação socioeconômica e jurídica que surge com o processo terceirizante é francamente distinto do clássico modelo empregatício, que se funda em relação de caráter essencialmente *bilateral*. Essa dissociação entre relação econômica de trabalho (firmada com a empresa tomadora) e relação jurídica empregatícia (firmada com a empresa terceirizante) traz graves desajustes em contraponto aos clássicos objetivos tutelares e redistributivos que sempre caracterizaram o Direito do Trabalho ao longo de sua história (DELGADO, 2008, p. 430).

Já o Juiz do Trabalho e professor também de Direito do Trabalho Jorge Luiz Souto Maior, aspectos mais críticos devem ser percebidos em relação à terceirização do trabalho²³. Discorre o magistrado:

(...) a terceirização tem contribuído para dificultar, na prática, a identificação do real empregador daquele que procura a Justiça para resgatar um pouco da dignidade perdida ao perceber que prestou serviço e não sabe sequer de quem cobrar seus direitos. A Justiça do Trabalho que tradicionalmente já se podia identificar do ex-empregado, dada a razoável incidência desta situação, passou a ser a Justiça do ‘ex-empregado de alguém, só não se sabe quem’ (MAIOR, 2008, p. 145).

Como se observa, a terceirização representa uma grande mudança na relação de contratação entre empregado e empregador. De fato, esse fenômeno faz parte de um cenário maior e mais profundo relativo às novas formas de contratação, cuja realidade os autores da sociologia e do Direito dedicam-se e compreender. Numa dessas iniciativas, chama-nos a atenção as conclusões de Ulrich Beck (2008), especificamente a sua obra “*Un nuevo mundo feliz – La precaridad del trabajo em la era de la globalización*”. Para o autor, a maioria das economias mundiais da atualidade vive o fenômeno da “*brasileñización de occidente*”, ou seja, o crescimento dos trabalhos precários, a abundância de vendedores ambulantes, de pequenos comerciantes e artesãos, pessoas que

²³ Na mesma linha de raciocínio, a Desembargadora Federal Dra. Ana Maria Vasconcellos (2004) entende que a flexibilização dos direitos trabalhistas não pode ser considerada como remédio para combater os males do mundo econômico, uma vez que isto seria responsabilizar uma classe de pessoas que nada fez para o país alcançar os níveis elevados de desemprego e precarização do trabalho.

se oferecem como assistentes domésticos e até mesmo os chamados nômades laborais, quer dizer, a massa de trabalhadores que não possuem atividade profissional fixa.

Na sequência, diz o teórico que a situação de desregulamentação das relações trabalhistas tem começado a atingir também os países centrais da Europa, notadamente a Alemanha, sendo urgente, portanto, o estudo da economia política do risco a partir de suas consequências contraditórias para a economia, para a política e para a sociedade. Beck continua o raciocínio ao elaborar cinco teses para compreensão da economia política do risco:

1. En la economía política de la inseguridad, el nuevo juego (y declive) del poder de expresa entre unos agentes vinculados a un territorio (gobiernos, parlamentos, sindicatos) y unos agentes económicos desvinculados de todo territorio (el capital, las finanzas y el comercio).
2. En esto se basa la impresión de que el margen de maniobra de los Estados se reduce al dilema de o bien <<pagar>> la creciente pobreza con un mayor índice de paro (como ocurre en la mayoría de los países europeos) o bien tolerar un índice escandaloso de pobreza a cambio de algo menos de paro (como ocurre en EE.UU.).
3. Esto está relacionado con el hecho de que la sociedad laboral se acerca a su fin a medida que las personas son substituidas por tecnologías inteligentes. La creciente tasa de paro no se puede seguir achacando a crisis económicas cíclicas, sino a los éxitos de un capitalismo tecnológicamente avanzado. Esto significa también que ha fracasado el viejo instrumental económico-político y que todo trabajo remunerado se ve amenazado por el miedo a la sustituibilidad.
4. La economía política de la inseguridad describe con ello un efecto dominó. Lo que en los buenos tiempos se complementaba y reforzaba de manera recíproca (pleno empleo, pensiones más seguras, elevados ingresos fiscales, márgenes de maniobra de la política estatal) se ve ahora en recíproco peligro: el trabajo se torna precario; los cimientos del Estado asistencial se vienen abajo; las biografías personales se tornan frágiles; la pobreza de la vejez se programa anticipadamente; de las arcas vacías municipales no se puede sacar dinero para financiar el volumen cada vez más hinchado de la asistencia pública.
5. Por su parte, las estrategias ortodoxas pasan a la defensiva. Por doquier se reclama <<flexibilidad>>, o, con otras palabras, que los empresarios puedan despedir más fácilmente a sus trabajadores. <<flexibilidad>> significa también que el Estado y la economía traspasan los riesgos e los individuos. Los contratos actuales con en su mayoría de corta duración y más fácilmente rescindibles: <<confórmate, pues tus conocimientos y diplomas ya no sirven, y nadie te puede decir lo que tienes que aprender para poder ser útil en el futuro>> (BECK, 2000, p. 10).

Por fim, referimos uma das mais recentes publicações veiculadas pela Subseção do DIEESE/CUT Nacional, especificamente as Secretarias de Relações do Trabalho e de Saúde da CUT, uma vez que o trabalho apresentado se configura como uma prova muito

clara da presença de discussões, debates formulações e proposições da classe trabalhadora acerca desse tema da terceirização. Trata-se do dossiê “Terceirização e Desenvolvimento – uma conta que não fecha” (2011), um estudo que pretende alertar sobre os impactos dessas novas modalidades gestoras de mão de obra que tem atingido rapidamente o rol de direitos históricos conquistado pelos trabalhadores. Em síntese, o estudo aponta para os *calotes* das empresas terceirizadas, para as condições de saúde, segurança e principalmente, insegurança que se observam nessas empresas, inclusive com altos índices de mortes, bem como para os ataques aos direitos e às condições de igualdade de quem trabalha. Conforme descrevem:

Para se ter uma idéia, em uma pesquisa realizada pela FUP (Federação Única dos Petroleiros) em 2010, 98% das empresas foi motivada a terceirizar devido ao menor preço e apenas 2% devido à especialização técnica.

Com a terceirização:

, as empresas procuram otimizar seus lucros, em menor grau pelo crescimento da produtividade, pelo desenvolvimento de produtos com maior valor agregado, com maior tecnologia ou ainda devido à especialização dos serviços ou produção. Buscam como estratégia central, otimizar seus lucros e reduzir preços, em especial, através de baixíssimos salários, altas jornadas e pouco ou nenhum investimento em melhoria das condições de trabalho. Não deveria ser essa nossa opção de desenvolvimento econômico.

dos trabalhadores é desrespeitada, criando a figura de um “cidadão de segunda classe” com destaque para as questões relacionadas à vida do trabalhadores(as), aos golpes das empresas que fecham do dia para a noite e não pagam as verbas rescisórias aos seus trabalhadores empregados e às altas e extenuantes jornadas de trabalho (DIEESE/CUT, 2011, p. 3).

Alguns dados estatísticos deste levantamento são importantes e imprescindíveis de serem trazidos à tona nessa pesquisa: Primeiro: a remuneração - A diferença de remuneração em dezembro de 2010 ficou em menos 27,1% para os trabalhadores terceirizados nas empresas avaliadas, conforme tabela abaixo²⁴:

²⁴ Segundo a tabela, os trabalhadores terceirizados realizam três horas de jornada semanal a mais do que o outro grupo de trabalhadores, sem se considerar, ademais, nestes dados os números de horas que são classificadas como horas-extras, ou ainda, que são contabilizadas nos chamados bancos de horas. No mais, o tempo de permanência no emprego também revela diferenças que chamam a atenção na pesquisa, pois

Tabela 1 - Condições de trabalho e terceirização Condições de trabalho

	Setores tipicamente Contratantes	Setores tipicamente Terceirizadas	Diferença Terceirizados/ Contratante
Remuneração de dezembro (R\$)	1.824,2	1.329,4	-27,1
Tempo de emprego (anos)	5,8	2,6	-55,5
Jornada semanal contratada (horas)	40h	43h	7,1

Fonte: Rais, 2010. Elaboração DIEESE/CUT Nacional, 2011. Nota: setores agregados segundo Classe/CNAE 2.0. Não estão contidos os setores da agricultura. Esses dados foram obtidos na RAIS 2010 *On line*.

Em seguida, quando analisamos a *remuneração* destes trabalhadores de empresas prestadoras de serviços que atuam como sub-contratadas, temos mais uma modalidade de precarização das condições de trabalho: a faixa salarial. Quase a metade desta mão-de-obra recebe 1 ou 2 salários mínimos, não havendo, além disso, registro de trabalhador terceirizado que receba mais de 6 salários mínimos, como vê-se:

Tabela 2 - Distribuição percentual dos trabalhadores diretos e terceirizados por faixa salarial, 2010 Faixa Salarial.

	Terceiros	Diretos
De 1 a 2 salários mínimos (de R\$546,00 a 1.090,00)	48%	29%

enquanto um trabalhador do setor contratante fica, em média, 5,8 anos naquela vaga, o terceirizado fica apenas 2,6.

De 2 a 3 salários mínimos (de R\$1.091,00 a R\$1.635,00)	36%	23%
De 3 a 4 salários mínimos (de R\$ 1.636,00 a R\$2.180,00)	12%	13%
De 4 a 6 salários mínimos (de R\$2.181,00 a R\$3.270,00)	4%	17%
Acima de 6 a 8 salários mínimos (de R\$3.271,00 a R\$4.360,00)	0	10%
Acima de 8 salários mínimos (acima de R\$4.361,00)	0	8%
Total	100%	100%

Fonte: Pesquisa de Percepção dos Trabalhadores em Setores e empresas selecionados, CUT, 2010-2011.

Especificamente sobre a categoria de trabalhadores que desenvolvemos a pesquisa empírica deste trabalho, os números que foram registrados pelo DIEESE/CUT consideram levantamento sobre o número de mortes ocorridas no interior das empresas da Petrobrás, bem como as diferenças de vantagens percebidas entre o trabalhador dito direto e o terceirizado, conforme segue:

Dados da FUP – Federação Única dos Petroleiros da CUT indicam que de 1995 até 2010 foram registradas 283 mortes por acidentes de trabalho no sistema Petrobrás, das quais 228 ocorreram com trabalhadores terceirizados. De um ano para cá, o número de mortes já ultrapassa 300, além de um número também elevado de mutilações e adoecimentos. Somente em agosto de 2011 oito trabalhadores morreram vítimas de acidentes de trabalho na estatal, todos aos acidentes envolvendo trabalhadores terceirizados (DIEESE/CUT, 2011, p. 15).

Quanto às diferenças de garantias e direitos dos trabalhadores que desenvolvem atividades laborais no Sistema Petrobrás, destaca-se o seguinte quadro comparativo:

Tab. 3 - Comparativo de direitos na Petrobrás entre trabalhadores diretos e terceiros

	DIRETOS	TERCEIRA
Formação acadêmica	Superior completo	Superior completo
Exigências da função	Prestou concurso para nível médio	Nível médio

Salário médio	R\$ 2.800,00	R\$ 1.300,00
Auxílio refeição	R\$ 600,00	R\$ 291,00
PLR	R\$ 17.000,00	Não recebe
Horas extras	100- 150%	Segue a lei (50% - 100%)
Transporte Funcionário	Paga 6% (recebe antecipado)	Funcionário paga 6% (recebe atrasado)
Auxílio educação	Dependentes e após 28 anos se for solteiro	Não tem

Fonte: Relatório de Pesquisa, IOS, 2011.

Pelo exposto, resta-nos evidente que a posição dos sindicatos brasileiros e, principalmente, dos sindicatos de trabalhadores que atuam nas empresas da Petrobrás assume-se claramente uma atitude contrária ao processo de terceirização das atividades de produção, tamanho os perigos e riscos enfrentados pela precarização das condições de trabalho em que estão submetidas estas pessoas ligadas às empresas terceirizadas. A propósito destas situações, como último elemento teórico que abordaremos neste segundo capítulo sobre as transformações do trabalho e seus impactos e metamorfoses na categoria de trabalhadores da indústria de base brasileira, devemos apontar ainda a forma como estas mudanças ocorridas na esfera produtiva do capitalismo tem alterado nos últimos vinte anos as situações tradicionais de organização e atuação sindical da classe trabalhadora.

Cumpramos esclarecer, de antemão, que o principal efeito hoje debatido pelos teóricos da sociologia e, especificamente, da sociologia do trabalho, diz respeito àquilo que

Ariovaldo de Oliveira Santos (2006) chama de “erosão do sindicalismo”²⁵. Na leitura atenta e crítica deste autor, o traço mais marcante do atual momento dos sindicalismos nacionais dos países centrais tem sido a atitude política defensiva frente ao conflito travado com o capital, resumido em sua incapacidade de resistir ao processo de flexibilização já descrito. Um dos exemplos emblemáticos para este autor foram os fatos sociais ocorridos no ano de 2004, quando trabalhadores de uma fábrica de componentes automotivos da filial francesa ligada à Bosch assinaram um acordo coletivo para aumentar a jornada semanal de trabalho de 35 horas sem o respectivo aumento de salários ou contrapartida adequada, uma verdadeira contradição quando recuperamos as histórias de lutas e enfrentamentos desta classe organizada de pessoas.

O conjunto de fatores utilizados por esses autores que descrevem a *crise do sindicalismo* compõe em parte os fatores citados por Hermes Costa (2005) em seu estudo sobre o tema, possível de ser resumido nas seguintes características: crise de agregação, crise de lealdade e crise de representatividade. A primeira é descrita como uma perda de interesse dos trabalhadores pela própria classe operária, tendo em vista as novas formas de organizar o espaço produtivo e de formar as relações de trabalho. A segunda crise está relacionada a ausência de solidariedade dos trabalhadores ao sindicato, muito por conta dos mecanismos de *individualização* de interesses novos e distantes da realidade produtiva, bem como pela força da lógica neoliberal de transformar as relações de trabalho pela via unilateral, ou seja, pela mão do patrão. Por último, a crise de representatividade está clarificada na diminuição do número de trabalhadores sindicalizados e pelas dificuldades de mobilização destes. Na sequência do texto, conclui o autor: “(...) as crises de

²⁵ No Brasil, particularmente, podemos afirmar que algumas das características da chamada “erosão do sindicalismo” não se executam como nos países centrais, devido aos contextos políticos e econômicos que se diferenciam muito nas últimas duas décadas, bem como a tradição dos sindicatos que se formaram fora e dentro do território nacional. Algumas dessas diferenças, ademais, serão mais aprofundadas no próximo capítulo.

agregação, lealdade e representação estão a minar a capacidade de atuação dos sindicatos tanto no plano nacional (e subníveis dentro deste) como no plano transnacional (e subníveis dentro deste)” (COSTA, 2005, p. 112). É sabido, portanto, que o sindicalismo como órgão de defesa dos interesses da classe trabalhadora necessita se reorganizar e reverter o quadro crítico no qual se encontra.

Dentro do plano nacional de mobilização e atuação dos sindicatos de trabalhadores percebe-se, por exemplo, outra questão que merece ser referida nesta pesquisa, uma vez que demarca uma especificidade daquele sindicato que escolhemos pesquisar empiricamente. Trata-se, pois, das disparidades observadas entre a dinâmica política dos sindicatos de trabalhadores públicos e os sindicatos de trabalhadores do setor privado. Como auxílio ao entendimento desta matéria, recorreremos mais uma vez às reflexões do autor Ariovaldo de Oliveira Santos (2006), que indica as mudanças na mobilização dos trabalhadores do setor público e privado. Para esse autor, ambas as esferas de organização da classe trabalhadora sofrem ataques do capital, com destaque para o primeiro setor, hoje em notório enfrentamento face aos governos liberais de diversos países. Na criteriosa narração do autor é possível elucidar a referida dinâmica:

Do ponto de vista tático, o capital, por meio de seu organismo de classe, com seus respectivos aparelhos, tem operado um duplo movimento. De um lado ataca, em momentos distintos, os trabalhadores do setor público e privado no que concerne à cassação dos direitos, a fim de evitar uma unificação dos trabalhadores de ambas as esferas: de outro, estabelece, onde a resistência se revela mais intensa por parte dos trabalhadores, legislações paralelas que favorecem, sob o pretexto de inclusão social, a generalização de formas precárias de trabalho, como é o caso dos contratos de inserção profissional (CIPs), geralmente destinados aos jovens como forma de acesso ao primeiro emprego (SANTOS, 2006, p. 452).

Nessa esteira, podemos situar o Sindicato dos Trabalhadores Petroleiros de Campinas-SP – SINDIPETRO num dos contextos mais agudos de enfrentamento em face às políticas neoliberais que se desenvolveram no Brasil dos últimos anos, uma vez que os

trabalhadores por ele representados desempenham suas atividades numa refinaria da maior empresa pública do Brasil.

Este recorte social será aprofundado no capítulo seguinte, dedicado ao estudo da Refinaria de Petróleo da Petrobrás localizada na cidade de Paulínia-SP, especialmente a partir de uma análise empírica realizada junto aos trabalhadores e advogados que estão na direção deste destacado sindicato brasileiro.

CAPÍTULO 3 – SISTEMA DE RELAÇÕES DE TRABALHO: Estudo da Refinaria de Petróleo de Paulínia-SP a partir das entrevistas e relatos coletados.

Quando se consideram as transformações sócio-econômicas dos últimos 20 anos no Brasil, é possível delinear diferentes modos de ocorrência destas mudanças, cada qual associada a um diferente espaço do território nacional e seu respectivo modo de estruturação da produção. A cidade de Campinas-SP, nesse sentido, desenvolveu-se de forma intensa e peculiar nos últimos anos, impulsionada sempre por uma dinâmica que visava atender ao cumprimento das medidas defendidas pelo neoliberalismo, ou seja, a promoção da privatização dos setores públicos, a “mercantilização” das relações sociais como um todo e a liberalização da economia e das relações comerciais. Em suma, pode-se garantir que foi somente por via de uma grande inserção de capital financeiro que a cidade pode financiar os seus recentes e arrojados projetos sociais, dentre os quais se destacam as reformas urbanas, a ampliação dos sistemas de saneamento básico, a construção e a privatização das estradas, o estabelecimento de grandes empresas e de grandes centros comerciais, a expansão imobiliária, bem como a expansão dos serviços telefônicos e de fornecimento de energia elétrica.

Curiosamente, na campanha eleitoral do ano de 2010, quando foram escolhidos os novos Governadores Estaduais, Deputados, Senadores e Presidente da República, um dos grandes temas que estiveram presentes nos debates políticos entre os partidos dizia respeito ao projeto de construção do *Trem-Bala*, tal como foi denominado pela imprensa e tal como assumiu lugar no discurso comum das pessoas, essa que foi saudada como a maior e mais destacada iniciativa do governo federal no campo dos transportes ferroviários. O projeto, que para a história do Brasil se tornou um dos mais arrojados e modernos da história, uma

vez que não existem trens de alta velocidade no Brasil, tinha como objetivo ligar as capitais dos dois principais Estados: Rio de Janeiro e São Paulo. Entretanto, devido os interesses econômicos e estratégias políticas que acompanhavam todo esse processo, ficou determinado a extensão da linha do trem até a cidade de Campinas-SP, resultando no final numa previsão de R\$ 33 bilhões de Reais para serem investidos. De fato, a escolha da cidade de Campinas-SP como uma das bases de referência para a construção do trem-bala brasileiro demonstrou a posição de destaque desta cidade no cenário nacional, tamanha a sua relevância para a economia e para o mercado consumidor brasileiro.

Já no ano 2000, especificamente, fora criada por Lei a Região Metropolitana de Campinas-SP (RMC), hoje composta por 19 municípios localizados ao redor dos limites da cidade de Campinas-SP (IBGE, 2010). EM resumo, o ato de criação da RMC também foi considerado um marco histórico para se compreender quais os interesses que estão agindo sobre as capacidades sociais, econômicas e políticas desta cidade, na medida em que a região já ocupa, atualmente, a nona posição no *ranking* das maiores regiões metropolitanas do Brasil, com aproximadamente 2.845.035 habitantes (dados de 2011 da Agencia Metropolitana de Campinas - Agencamp) e um produto Interno Bruto – PIB de quase R\$ 86 bilhões somados na última contabilização de 2009. Este valor representa 2,7% do PIB nacional e 7,90% do PIB estadual.

A Região Administrativa de Campinas-SP, por sua vez, registra índices de emprego e rendimento, que a posicionam como uma das maiores e mais ricas cidades do Brasil, conforme se pode observar, por exemplo, nos seguintes dados: Participação dos Empregos Formais da Indústria no Total de Empregos Formais (%) – 32% em 2010²⁶; Participação dos Empregos Formais dos Serviços no Total de Empregos Formais (%) – 40,5% em

²⁶ Compreende a proporção de empregos formais da indústria em relação ao total de empregos formais (Agencamp).

2010²⁷; Rendimento Médio dos Empregos Formais da Indústria (em reais correntes) – R\$ 2.237,38²⁸; PIB per capita (em Reais correntes) – R\$ 27.118,60²⁹.

Ademais, Campinas-SP hoje em dia conta com 32 hospitais, 52.509 empresas³⁰, uma grande frota de quase 700 mil veículos licenciados até dezembro de 2009 (ocupando a 3ª posição no ranking das 14 maiores cidades do Brasil), além do principal aeroporto de cargas nacional e o maior da América Latina (porta de exportação para mais de 180 países) – o Aeroporto de Viracopos. Além disso, a cidade destaca-se ainda por sua imagem de pólo acadêmico e tecnológico, pois se encontram instaladas as instituições de nível superior como a UNICAMP, a PUC-CAMPINAS, o MACKENZIE, o Cpqd, o laboratório de Luz SINCROTON, entre outras. Em 2009 o número de estudantes de nível superior em Campinas-SP já alcançava 67.196 e o número de estudantes de pós-graduação 7.643. Quanto aos centros tecnológicos presentes em Campinas-SP, são internacionalmente reconhecidas a CIATEC - Companhia de Desenvolvimento do Pólo de Alta Tecnologia de Campinas, a CATI - Coordenadoria de Assistência Técnica Integral, o CENPRA - Centro de Pesquisas Renato Archer (CTI), o Centro de Pesquisas Avançadas Wernher Von Braun, o Centro de Nanociência e Nanotecnologia César Lattes, o CPqD - Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações, a Codetec - Companhia de Desenvolvimento Tecnológico, bem como a EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

Em um dos setores da economia local da RMC destaca-se na cidade de Paulínia-SP, município vizinho à cidade de Campinas-SP, a existência de um dos pólos produtivos mais importantes e de função estratégica da grande empresa brasileira do setor energético –

²⁷ Compreende a proporção de empregos formais dos serviços em relação ao total de empregos formais (Agencamp).

²⁸ Soma dos rendimentos individuais em dezembro de cada ano, dividida pelo número de empregos formais, exclusive aqueles sem remuneração no mês (Agencamp).

²⁹ Total dos bens e serviços produzidos pelas unidades produtoras, ou seja, a soma dos valores adicionados acrescida dos impostos, dividido pela população da respectiva agregação geográfica (Agencamp).

³⁰ 50 das 500 maiores empresas do mundo possuem uma filial na Região Metropolitana de Campinas-SP – RMC (Agencamp).

Petrobrás, no qual está montada e operando a maior refinaria de petróleo do Brasil (Refinaria de Paulínia – REPLAN). Segundo informações divulgadas pela própria empresa em seu endereço eletrônico oficial, esta refinaria foi inaugurada em fevereiro de 1972, está instalada numa área total de 9,1 Km² e atinge como números totais o montante de contribuições em impostos no valor de R\$ 12,8 bilhões por ano. Nesse mesmo ano, iniciaram-se também as discussões para a criação de uma Associação de petroleiros, entretanto, com forte influência do comando da Petrobrás, ou seja, um órgão de representatividade dos trabalhadores ligado à estrutura institucional da empresa. Segundo as palavras do líder sindical daquele momento, Sr. Jacó Bittar³¹:

(...) a primeira etapa para a fundação do sindicato, monta a associação e transforma em Sindicato. Foi isso que nós fizemos, entre a primeira reunião da Associação e a assinatura da carta foram nove meses, e aí teve a primeira diretoria. O sindicato surgiu com uma direção moderada em que os membros eram quase chefia. Eram os caras antigos que você conhecia para articular (...), o sindicato iniciou com uma postura combativa em termos, nos primeiros três anos, de setenta e três a setenta e seis, uma posição bem sedentária, próxima ao Sesi. Existiam pessoas que vieram lá do Rio de Janeiro que tinham contato direto com o pessoal do Sesi. O Sindicato estava sendo preparada para ser mais um dentro da estrutura sindical brasileira, um sindicato institucional” (Jacó Bittar, entrevista em 20 de setembro de 1995) (LUCENA, 1997, p. 26)

A grande mudança no perfil do sindicato só viria a acontecer anos mais tarde, em 1983, em pleno auge da ditadura militar brasileira. Em flagrante contestação a Lei de Segurança Nacional, que fora criada pelos Generais do Regime, os trabalhadores das refinarias de Paulínia-SP “cruzaram os braços” e realizaram a primeira paralisação na produção daquela refinaria, uma greve sem precedentes na história brasileira. Após sete dias, a greve foi interrompida com demissão de 153 trabalhadores ligados à Refinaria de Paulínia-SP mais a cassação do SINDIPETRO. Para Lucena os trabalhadores: “foram submetidos a diversas humilhações, entre elas, filas de identificação na porta da REPLAN,

³¹ Jacó Bittar foi um dos grandes líderes sindicais dos petroleiros de Campinas-SP, tendo sido também um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores – PT na década de 1980. Em Campinas-SP, especificamente, Jacó Bittar entrou para a história como o primeiro Prefeito Municipal eleito por um partido de esquerda (1988).

palestras de ‘conscientização empresarial’, onde eram discutidas as conseqüências do movimento” (LUCENA, 1997, p. 47).

Diante desses acontecimentos, podemos afirmar que a greve de 1983 mudou por completo a história da categoria, assim como a história e atuação do Sindicato que os representava. Nesse evento, tem-se o rompimento com o chamado “velho sindicalismo”, aquele subordinado ao controle do Estado, uma vez que a lei declarava as funções originariamente de competência estatal e por este transferida às organizações de trabalhadores. Todo esse mecanismo refletia a posição do Estado autoritário, o qual atuava como garantidor da relação de compra e venda da força de trabalho. Depois de 1983, no entanto, rompeu-se com a forma autoritária de organização sindical, com o prévio enquadramento sindical elaborado pelo Governo e com o intervencionismo (Nascimento, 2004). Complementa Lucena:

A partir daí iniciou-se um processo de resistência, com os atores retornando ao sindicato para disputar o seu controle com o interventor. Os petroleiros sabiam que apesar da intervenção, o interventor não possuía poderes ilimitados dentro do sindicato. Ele não poderia vender nenhum bem da entidade, muito menos contratar ou demitir funcionários. As despesas eram fiscalizadas de forma a criar uma situação insustentável para sua permanência na entidade (LUCENA, 1997, p. 50)

Após a greve de 1983, o movimento sindical dos petroleiros se reorganizou e buscou novas reivindicações. Durante a campanha salarial de 1987, quando se supunha que o fim da Ditadura Militar acontecida dois anos antes haveria de ter guardado consigo todo o autoritarismo e truculência que lhe foi peculiar para com os trabalhadores, novos eventos decorrentes de uma greve marcaram novamente a história do SINDIPETRO, dessa vez enfrentando não somente os interesses do governo que comandava a empresa, mas também a força policial e militar designada para conter os protestos. De fato, a greve de 1987 simbolizou uma página triste e trágica para a classe de trabalhadores de Paulínia-SP, tendo em vista a ocupação dos carros blindados do exército e das tropas de choque da

Polícia Militar no interior da Refinaria. Esses fatos hoje extrapolam seu sentido de enfrentamento sindical ou laboral para assumirem significações de maior amplitude, constando como momentos de luta pela recuperação do estado de Direito no Brasil e de recuperação da vida e ordem democrática coletiva.

Já na década de 1990, com a consolidação das políticas neoliberais que marcaram os governos de Collor, Itamar e FHC, o sindicato dos trabalhadores da Petrobrás enfrentaria os maiores desafios até então vividos. Conforme recorda a Federação Única dos Trabalhadores – FUP³², Fernando Collor, no dia seguinte à sua posse, anuncia a extinção de duas das maiores subsidiárias da Petrobrás: Interbrás e Petromisa. Já em 1992, com o Programa Nacional de Desestatização, uma a uma as companhias controladas pela Petroquisa foram sendo privatizadas³³. Não obstante, depois de seguidas medidas iguais a estas, FHC envia em 1995 um Projeto de Emenda à Constituição Federal cujo propósito era eliminar o monopólio da Petrobrás sobre a exploração e produção do petróleo. Tal medida política, associada aos impasses que foram resultado das negociações daquele ano entre a Direção da REPLAN e o SINDIPETRO, deu origem mais uma vez a uma paralisação nas atividades da empresa, desta vez numa dimensão que envolveu não só as duas partes interessadas como também a intermediação da maior Corte Trabalhista do Brasil, o Tribunal Superior do Trabalho.

Na oportunidade, a decisão do TST sobre o conflito observado na REPLAN fez com que os Ministros julgassem abusiva a greve dos petroleiros, considerando-se inválido o acordo assinado entre o Governo e a Federação Única dos Petroleiros – FUP. Ademais, na decisão da Justiça Superior ficou determinada a imediata volta ao trabalho dos grevistas,

³² A Federação Única dos Petroleiros – FUP foi reconhecida como representante legal dos sindicatos da categoria dos petroleiros no acordo coletivo assinado no ano de 1996.

³³ A subsidiária, que congregava 36 empresas do setor, após o desmonte promovido por Collor, tem hoje participação em apenas 15% do mercado, segundo dados da FUP.

bem como a demissão daqueles que descumprissem tal ordem judicial. Fixou-se, inclusive, uma multa de cem mil Reais por dia parado a cada um dos sindicatos envolvidos na greve.

No mais, mesmo diante de muita luta e contestação dos trabalhadores, em julho de 1997 foi aprovado no Congresso Nacional a Lei nº. 9.478³⁴ que, além de acabar com o monopólio da Petrobrás, abriria o mercado e flexibilizaria a empresa, possibilitando, enfim, a sua privatização. Em agosto de 2000, no fim de seu segundo mandato, o Presidente FHC se desfaria de 31,7% das ações da Petrobrás, leiloando boa parte do patrimônio público na Bolsa de Valores de Nova Iorque. Com isto, temos consolidado nas empresas da Petrobrás o já descrito processo de reestruturação produtiva que caracteriza o neoliberalismo globalizado, conforme analisa Lucena quanto à especificidade da Refinaria de Paulínia-SP:

Todo o projeto de mudanças tecnológicas organizacionais foi feito de forma unilateral.

(...)

Além de todo o investimento em tecnologia e gestão do trabalho, a direção da empresa aumentou o processo de terceirização das atividades. Nos anos 70, todo o serviço de manutenção e instrumentação era realizado por funcionários da Petrobrás. Nas décadas subseqüentes isso mudou, com as chamadas empresas empreiteiras realizando todo esse trabalho. Logo, o número de trabalhadores empreiteiros passou a ser maior que o da estatal. Convivem num mesmo espaço de trabalho dois segmentos, uns com algumas garantias do Fordismo e outros totalmente miseráveis.

As condições de trabalho dos terceirizados são subumanas, com higiene precária, alimentação de baixa qualidade, alta rotatividade no emprego, desmandos dos chefes imediatos, e remunerações, em geral, inferiores aos dos funcionários da Petrobrás. Sua representação sindical é fragmentada, com diversos sindicatos em um mesmo local de trabalho, de metalúrgicos, químicos, construção civil e outros (LUCENA, 1997, p. 83/84).

Mais adiante, nos anos 2000, período em que o Governo do Brasil passa por uma grande mudança (eleição do Presidente Lula), podemos observar também uma mudança na postura do sindicalismo dos trabalhadores da REPLAN, que acompanhou, sem dúvidas, a

³⁴ Importante ressaltar que mesmo a aprovação desta Lei, no ano de 1997, nunca chegou-se a executar-se por completo o processo de privatização da Petrobrás. Até a data de hoje a empresa continua sendo uma empresa estatal, apesar da: “(...) divisão da Petrobrás em várias subsidiárias, a abertura de capitais, a venda de ativos, os leilões de reservas de petróleo e gás” (SEGATTO, 2008, p. 63/64).

mudança de outros sindicatos de enorme expressão do Brasil. Isto se explica, segundo autores da sociologia, pelo fato desses órgãos terem se acomodado com a presença de uma liderança política nascida no movimento sindical ter assumido o cargo executivo de maior importância para a política nacional. Acomodação, no entanto, que não se resume ao fim das disputas e ao fim das contestações face ao governo. Devemos recordar, conforme já mencionado, que a mudança de governo ocorrida em 2002 não significou o fim do neoliberalismo no Brasil, mas apenas a sua reforma ou mimetização. Ademais, é indiscutível que essa análise mereça uma contextualização maior, pois a primeira década dos anos 2000 revela situações como a retomada do crescimento econômico do país, a recuperação nas taxas de emprego, que foram muito afetadas ao longo dos anos 1990, a queda acentuada, especificamente, no desemprego das regiões metropolitanas brasileiras, e ainda, e melhora nas possibilidades de negociação entre os movimentos grevistas e as esferas do Estado, uma vez que pela primeira vez na história eram pessoas de origem no próprio movimento sindical que estavam ocupando posições de comando dessas empresas públicas (Galvão; Boito e Marcelino, 2011).

Esse cenário, no entanto, não impediu o sindicalismo de realizar novas greves, assim como discordar das políticas governamentais. Pode-se dizer, inclusive, que nos anos mais recentes (a partir de 2004), o número de greves tem aumentado no Brasil, conforme descreve Andréia Galvão, Armando Boito e Paula Marcelino:

O Brasil vem assistindo, pelo menos desde 2004, à recuperação da atividade sindical e grevista. Na base, a ação grevista vem se mantendo num nível razoavelmente alto e a grande maioria das greves têm permitido ganhos reais de salários; na cúpula do movimento, a disputa política acirrou-se com o surgimento de cinco novas centrais sindicais. Essa recuperação da luta sindical pode ser tomada como um indicador da vitalidade do sindicalismo como movimento social. Acreditamos que, se tomarmos a atividade grevista como indicador, poderemos afirmar que o sindicalismo brasileiro encontra-se, na década de dois mil, em fase de recuperação (GALVÃO, BOITO e MARCELINO, 2011, p. 156).

Ainda na análise dos autores, essas recentes greves estão ocorrendo e demarcando uma grande diferença em relação às greves de 1980/1990. Hoje o movimento sindical recorre à greve com caráter ofensivo, para alcançar melhores condições de trabalho e mais direitos para a classe de trabalhadores, e não para reivindicar direitos subtraídos ou supostamente resgatar perdas de condições já existentes. No mais, tais greves estão sendo mais bem sucedidas do que no passado, forçando o movimento sindical a ter projetos mais ambiciosos no momento de negociar com a parte contrária. Nesse último aspecto, se destacam as categorias que possuem mais tempo de mobilização e organização, por exemplo, metalúrgicos e petroleiros.

Em suma, são importantes as considerações de Armando Boito e Paula Marcelino:

A década de 2000, com as alterações que trouxe nas conjunturas econômica, política e ideológica, pôde, justamente por isso, propiciar uma recuperação da atividade sindical no Brasil. Como vimos, essa recuperação não foi abalada, pelo menos até o presente momento, pela crise econômica de 2008. Segundo os dados do Dieese, verifica-se um aumento da proporção de greves no último trimestre de 2008, quando comparada a igual período dos anos anteriores; e essas greves mantiveram as mesmas características apontadas no quinquênio todo: foram greves ofensivas, por conquistas de novos direitos e (ou) ampliação dos já assegurados. As projeções do Dieese apontam que o ano de 2009 deve fechar com um número de greves próximo ao de 2008. Até junho de 2009, aquela instituição de pesquisa sindical registrou 250 greves e, embora a crise possa ter tido alguma responsabilidade no aumento do número de greves defensivas nos setores mais atingidos por demissões e dificuldades (autopeças e frigoríficos, por exemplo), um balanço prévio, com dados referentes a 100 greves, indica que, comparando-se com 2008, mais categorias conseguiram, pelo menos, a reposição inflacionária. A crise não parece ter afetado negativamente, pelo menos até esse ano de 2009, a atividade grevista e as negociações salariais (BOITO e MARCELINO, 2010, s/p).

Adiante, no subcapítulo que se segue, logramos apresentar o as principais descrições metodológicas e, principalmente, os resultados de um estudo empírico realizado junto a Refinaria de Petróleo de Paulínia-SP, a partir do qual foram planejadas e feitas algumas *entrevistas com advogados e trabalhadores* da empresa que ocupam cargos na esfera administrativa do Sindicato dos Petroleiros de Campinas-SP – SINDIPETRO. Nesse ponto em específico, buscamos alcançar o propósito estabelecido no projeto de pesquisa

que visava compreender qual a leitura, a interpretação e os valores atribuídos aos fatos sociais que marcam diretamente os sujeitos sociais que ocupam posições chave na relação de intermediação dos interesses governamentais em disputa com a classe trabalhadora, nessa conjuntura de mudanças.

3.1 – Hipóteses de trabalho e aspectos metodológicos.

O modelo de análise escolhido para o desenvolvimento da presente pesquisa buscou, de modo geral, sempre respeitar uma rigorosa articulação entre os elementos econômicos e políticos que compõem as estruturas macrossociais da realidade brasileira e o contexto particular e restrito que dá origem ao sistema de relações laborais da Refinaria de Petróleo de Paulínia-SP. Em resumo, constitui-se como tarefa fundamental elucidar como o processo histórico, de caráter contraditório, estruturou as práticas e o modo de produção daquela empresa. Com efeito, como *primeira hipótese* para a formulação do presente estudo sociológico considerou-se a seguinte premissa: na medida em que o Brasil retomou o seu crescimento econômico a partir da eleição do presidente Lula em 2002, observou-se também uma associação direta entre a retomada dos níveis de crescimento do mercado e das oportunidades de trabalho em regime de carteira assinada. O efeito direto desta mudança se resume, essencialmente, na diminuição da pobreza e na melhora na distribuição da riqueza no conjunto de toda a sociedade (NERI, 2008).

Não por acaso, perante a constituição desta nova condição macroeconômica do Brasil, o grupo de trabalhadores hoje organizados em torno dos grandes e históricos sindicatos dos diversos setores da economia nacional voltam a ser chamados para uma nova etapa de protagonismo político. Por essa razão, o conflito social entre o capital e o

trabalho ganha novos contornos nos últimos 20 anos, embora isto não impeça o fim de propostas e de medidas de cunho flexível para a regulação jurídica das novas e cada vez mais precárias condições de trabalho. Portanto, interpretar esta nova e contraditória fase das relações de trabalho que compõem os variados sistemas laborais que dela derivam pode ser, se assim for possível determinar, uma medida de acautelamento diante da situação de maior ameaça às garantias e direitos da classe trabalhadora que hoje estão a formar o grupo de indivíduos responsáveis por movimentar o crescente e complexo setor da indústria de base nacional.

Em seguida, como desenvolvimento de uma *segunda hipótese* de partida deste projeto, tem-se em conta as dimensões políticas e econômicas dos últimos 20 anos do Brasil e a forma como esta conjuntura interfere na relação entre o sindicato de trabalhadores da Refinaria de Petróleo de Paulínia-SP, bem como sobre as dinâmicas funcionais que estão a vigorar no seu sistema de relações de trabalho. Conforme demonstrado, a história de luta do Sindicato dos Petroleiros de Campinas-SP - SINDIPETRO, em grande parte, sempre esteve relacionada aos grandes temas do conflito político que perdurou durante as décadas de 1980/1990, quase sempre circunscritos às questões como direito à greve, à representação sindical, a resistência à quebra do monopólio de empresa, as lutas contra sua proposta de privatização, etc. Entretanto, a partir de 2002, como restou minimamente esclarecido nesta pesquisa, a mudança do Governo Federal e os consequentes projetos econômicos e sociais que foram colocados em prática transformaram notavelmente as estruturas produtivas do Brasil, dinâmica esta que resultou no crescimento da economia e na comprovada diminuição das desigualdades sociais vividas no país.

Ademais, contraditoriamente ao bom momento da economia que apresenta um forte crescimento, visualiza-se a transformação estrutural das condições de trabalho no interior das grandes empresas de base, observada, por exemplo, na Refinaria de Paulínia-SP, a partir dos recentes processos de *terceirização* das atividades, *racionalização* e *planificação* administrativa e maior segmentação dos contingentes de trabalhadores situados nos diferentes níveis hierarquizados da empresa (trabalhadores manuais, altos e médios escalões, gerentes). Por essa razão, constitui-se hoje como o maior desafio para que o sindicato local continue a ser não só o símbolo, mas também o instrumento de poder mais capacitado para defender os interesses dos seus trabalhadores, reconstitua-se como meio eficaz na luta e superação das tendências flexibilizadoras do sistema de relações laborais adotados pelas empresas no neoliberalismo.

Por último, constitui-se também como *terceira hipótese* de partida a questão das considerações relacionadas à dimensão analítica das subjetividades e formas de representação que se criam na parcela de trabalhadores presentes no seio da refinaria. Como referido, na medida em que a passagem dos últimos 20 anos significou uma singular transformação do cenário político e econômico nacional, uma radical mudança dos planos de organização e execução do trabalho acompanhou a “atualização” das indústrias nacionais de base. Em síntese, estas importantes empresas passam agora a ser baseadas na flexibilização das jornadas de trabalho, dos regimes de contratação entre outras medidas já identificadas. Dessa maneira, considera-se que compreender as *perceptibilidades* dos trabalhadores diante deste movimento, bem como as suas formas de atuar no flexível e precarizado sistema de relações do trabalho, configure atualmente como a tarefa mais urgente para esclarecer de que modo o coletivo de trabalhadores, unidos numa mesma

identidade, permaneça como instrumento eficaz de resistência ao sistema de exploração capitalista.

Especificamente para a operacionalização desta última tarefa, volta-se a investigação para o cenário particular e restrito do sistema de relações laborais da refinaria de petróleo localizada em Paulínia-SP, no qual participam um vigoroso grupo de trabalhadores e seu respectivo sindicato. Como instrumento de coleta de dados, optamos por realizar junto aos dois principais advogados do Sindicato, bem como junto a mais quatro integrantes do corpo diretivo do órgão, trabalhadores da Petrobrás, entrevistas semi-diretivas com questões organizadas a partir de categorias de análise, fundadas na abordagem teórica referenciada que orienta esta pesquisa, com espaços para o desenvolvimento do tema pelos entrevistados.

Trata-se, portanto, da opção por uma ferramenta metodológica que supostamente melhor se adequasse ao nosso objetivo científico, qual seja, obter o ponto de vista dos atores sociais indicados, bem como suas percepções da realidade acerca das mudanças ocorridas no mundo do trabalho e no sindicalismo brasileiro ao longo dos últimos anos. Cabe referir, nesse sentido, as indicações de Howard Becker: “Nós podemos encontrar, embora não com uma perfeita precisão, mas melhor que zero, o que as pessoas pensam que estão fazendo, que significado elas dão às coisas, eventos e pessoas em suas vidas e experiências”³⁵ (BECKER, 2007, p. 04).

³⁵ Tradução livre de: “We can find out, not with perfect accuracy, but better than zero, what people think they are doing, what meanings they give to the objects and events and people in their lives and experiences”.

3.2 – Análise qualitativa das entrevistas.

Ao todo foram realizadas seis entrevistas semi-diretivas com atores sociais inseridos no âmbito do sistema de relações de trabalho da Refinaria de Petróleo de Paulínia-SP. Ademais, este conjunto de entrevistas pode ser dividido em dois subgrupos diferenciados, uma vez que duas delas foram realizadas com os advogados do Sindicato dos Petroleiros de Campinas-SP (Entrevistados 1 e 2), indivíduos que não são funcionários da Petrobrás, mas que atuam como profissionais da área jurídica em defesa dos interesses dos trabalhadores, sendo as outras quatro entrevistas aplicadas a petroleiros que, atualmente, ocupam posições de comando dentro do SINDIPETRO (Entrevistados 3 a 6). Optou-se por selecionar para as entrevistas tais trabalhadores que pertencessem ao Sindicato justamente pelo fato de reconhecermos esta organização como uma organização representativa da classe laboral da Petrobrás, hoje uma instância independente dos governos e chefias que comandam a empresa. Por último, é imperioso ressaltar que todas as entrevistas e encontros realizados na sede do SINDIPETRO foram autorizados pelos responsáveis legais do Sindicato, conforme todas as exigências que acompanham qualquer pesquisa científica desta natureza.

Quanto à elaboração da ferramenta metodológica primordial, a entrevista, esta foi dividida em cinco partes, de modo a operacionalizar a posterior fase analítica dos conteúdos e discursos. Dessa forma, tanto as entrevistas realizadas com os advogados quanto as entrevistas realizadas com os sindicalistas foram constituídas a partir da seguinte forma: Parte Um: Referenciais analíticos e interpretativos dos entrevistados sobre as mudanças e/ou transformações políticas, econômicas e empresariais e suas repercussões no mundo laboral; Parte Dois: Articulações entre mudanças econômicas e transformações na

dinâmica sindical; Parte Três: Relações de trabalho e Direitos; Parte Quatro: Questões subjetivas, e; Parte Cinco: Dados Gerais para contextualização.

A título introdutório, podemos observar que das seis entrevistas apenas um dos entrevistados possui uma idade pouco avançada, fato revelador para a contextualização da nossa abordagem junto aos entrevistados. Desse modo, podemos descrever que, com exceção de um jovem sindicalista de 26 anos, que começou a trabalhar na Petrobrás no ano de 2007, todos os outros possuem mais de 19 anos de experiência no trabalho, um dado muito favorável para os propósitos de nossa pesquisa, a qual está temporalmente situada nas duas últimas décadas recentes. Em suma, dos outros cinco entrevistados, dois são sindicalistas que começaram a trabalhar na década de 1970, dois são, coincidentemente, advogados do sindicato desde a década de 1980, e o último, trabalhador desde 1993. Ademais, dos quatro trabalhadores da empresa que ocupam cargos no Sindicato, todos se tornaram sindicalizados quase que imediatamente ao início de suas atividades, uma vez que apenas um deles se sindicalizou com uma margem de dois anos após começar a trabalhar. Por último, quanto às atividades exercidas pelos entrevistados, nenhum deles alcançou grande progressão na carreira, de modo a ocupar cargos do alto escalão da empresa, ficando restritos às funções técnicas de eletricitista, de químico, de profissional de manutenção, de guarda e de especialista na área de aquisição de materiais.

Quanto ao conteúdo daquilo que responderam os entrevistados sobre as mudanças e/ou transformações políticas, econômicas e empresariais que repercutiram no mundo do trabalho ao longo dos últimos dez a quinze anos, podemos identificar uma unanimidade no sentido de que as *relações de trabalho* não são mais desenvolvidas como nas décadas passadas. No entanto, quando buscamos comparar o teor das respostas, identificamos

variadas formas de compreensão dessas mudanças, sendo elas de caráter muito mais específico do que gerais, conforme observa-se a seguir:

Sim, houve muitas mudanças né. Primeiramente houve precarização das relações de trabalho, principalmente a terceirização, quarteirização. Sempre o capital visando diminuir, reduzir o valor dos salários. Por outro lado as empresas sempre aumentando muito a automatização, a redução do contingente de trabalhadores e havendo migração para a área de serviços né. No direito do trabalho houve a flexibilização de muitos, muitos temas né, redução de direitos, até a compreensão mesmo do poder judiciário em relação aos princípios que norteiam, princípios protetivos do direito do trabalho se alterou, reduzindo esta proteção, aumentando o rigor das decisões que não são mais tão pró trabalhador quanto já foram há dez quinze anos atrás. Era muito mais comum a justiça do trabalho dar amparo a um trabalhador do que hoje (ENTREVISTADO 1 - ADVOGADO).

Nos últimos 10, 15 anos houve grandes transformações, a meu ver, no mundo do trabalho, nas relações de trabalho, considerando as condições de trabalho, a questão da remuneração, do salário, enfim. Eu tenho compreensão de que houveram muitas e grandes mudanças. (ENTREVISTADO 3 - SINDICALISTA).

Eu acho que mudou e mudou muito entendeu, mudou bastante, por conta de que o trabalhador hoje ele tem que ser mais qualificado, não pode ser aquele trabalhador antigo, tipo artesanal, o trabalhador tem que ter uma condição muito mais de conhecimento, experiência, se não ele está ferrado. O mundo do trabalho hoje exclui os menos qualificados, eu acho que mudou demais da conta (ENTREVISTADO 4 - SINDICALISTA).

Com certeza mudou, pelo menos no Brasil sim, não posso analisar em termos mundiais, mas no Brasil mudou era muito mais difícil você conseguir alguma coisa em uma reivindicação de categoria no máximo a gente conseguia chegar próximo a recuperar as perdas, hoje a gente já trabalha com uma possibilidade sempre de estar avançando de estar conquistando benefícios e não de estar perdendo (ENTREVISTADO 6 - SINDICALISTA).

Não obstante, quando voltamos à análise para suscitar as mudanças que ocorreram, especificamente, nas condições de saúde e higiene no trabalho, nas carreiras e promoções ou formação profissional, dentro ou fora da empresa, podemos perceber maior sintonia entre os discursos, principalmente no fato de ter havido melhora das condições de saúde e higiene do trabalho. Já no que diz respeito aos outros dois aspectos, os trabalhadores e advogados apenas concordam que a empresa passou por um processo de reestruturação do seu quadro de funcionários, causando prejuízo à classe trabalhadora, ou por conta das deficiências apresentadas pelo novo modelo, ou por conta da introdução da mão de obra terceirizada nas atividades de produção. Descreve-se:

(...) não só a REPLAN, mas a PETROBRÁS em geral nunca terceirizou tanto quanto hoje. Hoje a terceirização, o contingente de terceirizados, eu não sei qual e a proporção, mas deve ser umas duas ou três vezes a do contingente de empregados da PETROBRÁS dentro da REPLAN. Com relação a higiene e saúde do trabalhador houve melhoras de tanto os Sindicatos e o Ministério Público do trabalho tomarem medidas, solicitar as fiscalizações. Hoje existe um controle maior a exposição ao benzeno dentro da refinaria, que é um agente extremamente cancerígeno. Então neste aspecto houve melhoras. Em termos de carreiras e promoções, houve em 98 houve uma alteração muito importante dentro da REPLAN, que foi a modificação de todos os cargos por setor. Os operadores viraram todos operadores, o pessoal técnico de laboratório todo passou a ser técnico de laboratório, e a ideia da empresa era fazer um treinamento único para que todos desenvolvessem todas as habilidades e pudessem prestar serviço em qualquer setor da REPLAN ou de qualquer outra refinaria da PETROBRÁS (ENTREVISTADO 1 - ADVOGADO).

Em relação a carreira a PETROBRAS tem um plano de carreira que já foi pelo espaço a muito tempo e ela ainda continua acreditando, tanto que existem centenas de processos, milhares de processos pedindo a concessão de aumento por mérito, pedindo equiparação salarial, o plano de cargo já foi para o espaço, já acabou a muito tempo e isso e uma grande discussão que tem na categoria em relação ao plano de cargo pelo menos no lado jurídico tem resultado muitas ações (ENTREVISTADO 2 - ADVOGADO).

Hoje o trabalhador da fábrica não traz nem a toalha mais, ele recebe o uniforme equivalente à semana toda, troca diária com manutenção e limpeza por conta da empresa. Isso, acho que em termos de higiene é uma mudança significativa que para mim e uma mudança radical quando você não traz mais a contaminação do trabalho para a sua família, para dentro de casa (ENTREVISTADO 4 - SINDICALISTA).

(...) para falar a verdade, assim, a gente vê o início da década de 90 um arrocho salarial, intensificação da terceirização também, muita gente aposentou e não teve reposição destes trabalhadores e para isso teve que aumentar a terceirização. E teve a situação também a partir de que teve o afundamento da plataforma da P36, acidente na Bacia de Campos, acidente em Morretos. Foram todos no mesmo ano (ENTREVISTADO 5 - SINDICALISTA).

No passado a gente tinha um plano de promoções que nos atendia razoavelmente bem, anos 1990. Especificamente em 1997 Fernando Henrique retira direitos dos novos, aí não tinha plano de carreira, não tinha os direitos que a maioria tinha. E aí em 2007 a gente recupera um novo plano de cargos, não tão bom quanto no passado e agora no ano 2011 a gente recupera um bem similar, até melhor do que era o plano de carreiras no passado (ENTREVISTADO 6 - SINDICALISTA).

Importante salientar que os dois grupos de entrevistados não associam nenhuma melhoria nas condições de trabalho a iniciativas da empresa, pois sempre que mencionam a causa das melhoras observadas na saúde e na higiene do trabalho, por exemplo, no caso dos uniformes, estas são compreendidas como que resultantes da reivindicação da classe trabalhadora, ou ainda, da intervenção do Ministério Público e da Justiça do Trabalho. Por

outro lado, quando o assunto esteve relacionado às reformas e modificações do Plano de Cargos, restou evidente que tais iniciativas foram tomadas pela empresa sem a participação dos trabalhadores, resultando em prejuízos a estes últimos. Entretanto, quando perguntados sobre as condições salariais dos trabalhadores da Petrobrás, todos os atores apresentam em seus discursos uma posição de destaque em termos de reconhecimento do nível de salário dos petroleiros, se comparado com outras categorias do mercado de trabalho. Na opinião daqueles que atuam e conhecem o sistema de relações de trabalho da Refinaria de Paulínia-SP, pelo menos em termos salariais, o quadro macroeconômico de crescimento do Brasil nos últimos 15 anos tem também repercutido nas possibilidades de aumento da classe de petroleiros. Não que isto deixe de depender, claro, da luta do sindicato e dos processos de negociação com os governos.

Outro fator característico das duas últimas décadas, e também percebido por todos os entrevistados, perfaz o processo de reestruturação produtiva do capitalismo na sua fase neoliberal, tendo em vista a ocorrência das novas tecnologias que substituem a força de trabalho humana e que também precariza, muitas vezes, as condições de trabalho daqueles que permanecem alocados ao mercado. Podemos considerar, portanto, que aquilo que tem sido chamado de *modernização* da Petrobrás, na visão do Sindicato dos Petroleiros de Campinas-SP, significa a *precarização* das relações de trabalho:

Eu vou dar um exemplo, em alguns setores lá da REPLAN eles automatizaram, fizeram a automação, e lá tinha uns cinco empregados que faziam o trabalho, tiraram dois e deixaram três (ENTREVISTADO 1 - ADVOGADO).

Bom, ela está criando uma camada de trabalhadores diferenciados que são os petroleiros, e tem uma precarização absurda que são 1000 petroleiros contra 50000 de empreiteiras que não tem os mesmos direitos que os petroleiros. Tem trabalhador de terceirizada que está lá há 20 anos com 20 registros em carteira sem sair do posto de trabalho, e esses trabalhadores não tem os mesmos direitos que os petroleiros (ENTREVISTADO 2 - ADVOGADO).

(...) um dos prejuízos que é muito significativo é o acúmulo de trabalho em torno de cada trabalhador considerando o aspecto da automação. O processo da automação trouxe uma situação eu diria extremamente prejudicial aos

trabalhadores, fazendo com que muitos trabalhadores assumam muitas tarefas que antes eram divididas entre muito mais gente (ENTREVISTADO 3 - SINDICALISTA).

Por exemplo, sucatearam a manutenção. O técnico de manutenção hoje em dia ele fica no escritório. Virou fiscal de contrato, ele não trabalha mais na área, a engenharia está em um ritmo próprio disso também e eu acho que, assim, tem muito investimento em equipamento e não em uma política realmente efetiva para estar melhorando a segurança do trabalhador, teve precarização neste sentido (ENTREVISTADO 5 - SINDICALISTA).

Especialmente quanto ao tema das transformações no modo de atuação do Sindicato dos Petroleiros de Campinas-SP ao longo dos últimos anos, os entrevistados também concordaram que isto realmente aconteceu na realidade, tendo em vista, principalmente, a mudança de orientação política que ocorreu a partir de 2002, com a eleição do Presidente Lula e a chegada ao poder do Partido dos Trabalhadores - PT. Segundo o conteúdo de seus discursos, a principal razão para a mudança na postura do Sindicato frente às disputas e embates com o governo tem sido a melhora nas ocasiões de negociação, classificada pelos atores como mais abertas e acessíveis para o sindicato. Em outras palavras, os assuntos que na década de 1990 só podiam ser resolvidos com o “confronto direto”, hoje estão sendo resolvidos na instância da negociação direta. Entretanto, na compreensão desses sujeitos, existem da mesma forma mudanças que prejudicam a atuação do sindicato, estas geradas pela dificuldade de mobilização dos trabalhadores, cada vez mais diversificados em termos culturais e profissionais. Disseram os entrevistados:

Com a mudança do PT ter tomado posse da Presidência da República, muitos ex-dirigentes sindicais passaram a ter funções gerenciais dentro da própria PETROBRÁS, principalmente do Rio de Janeiro. Isso gerou uma mudança no comportamento do sindicato porque hoje o acesso à negociação ficou um pouco mais fácil, sem a demanda de ter que ficar puxando greve o tempo inteiro, ameaças (...) (ENTREVISTADO 1 - ADVOGADO).

A mudança foi radical. Antigamente havia um envolvimento da categoria com as questões políticas, com as outras categorias, com as oposições sindicais, com o partido político, com as centrais sindicais. Hoje a gente vê uma atuação dos sindicatos voltada muito mais para as questões específicas da categoria, então eles estão mais preparados, discutem mais as questões da categoria. Mas teve

uma mudança em relação às questões da sociedade, antigamente tinha um envolvimento dos petroleiros com todas as oposições sindicais e com os partidos e hoje eles estão voltados mais especificamente para a categoria petroleira, esta mudança é visível (ENTREVISTADO 2 - ADVOGADO).

A empresa nos últimos anos, nos últimos quinze ou vinte anos, em razão da própria organização dos trabalhadores, ela tendeu a se organizar melhor a se preparar melhor para combater o movimento dos trabalhadores e, por consequência, dificultar o processo de mobilização que por vezes se revertia em conquistas para os trabalhadores (ENTREVISTADO 3 - SINDICALISTA).

Hoje, por exemplo, uma das mudanças mais competentes que eu vejo é a maneira de comunicação. Eu sou do tempo dentro da fábrica que a gente não tinha nem celular para comunicar, era carta, outras maneiras ou telefone fixo. Hoje a meninada se comunica via e-mail, via internet, então a comunicação é muito mais rápida e o trabalhador não fica só preso a informação do sindicato, ele tem informação da empresa via essa informática. (...) Então muitas vezes o sindicato acaba chegando atrasado em relação à informação, porque a empresa foi mais ágil neste processo (ENTREVISTADO 4 - SINDICALISTA).

Sim, a gente vem de um momento onde a gente tinha governo Fernando Henrique, neoliberal, onde você não tinha espaço nenhum para ser discutido o sindicalismo, então era totalmente oprimido, as demissões eram mais frequentes. Você tem novamente arrocho salarial, o governo não procurava discutir as coisas através de negociação, teve a greve histórica de 1995 e algumas outras e hoje em dia, assim, não que o sindicato vá andar junto com o governo, porque senão ele até perde o sentido, mas, principalmente com o governo Lula, a gente passa a ter um companheiro de luta lá na presidência do país, o que é um pouco diferente. Já não é o caso da Dilma, que não é tão próxima do movimento sindical, o Lula era mais (ENTREVISTADO 5 - SINDICALISTA).

Apesar da diminuição no ritmo do conflito entre o governo e o sindicato relatado nas respostas, podemos comprovar em outras questões formuladas aos entrevistados que a marca elementar da relação capital e trabalho, essência do capitalismo, permanece existindo, qual seja, o conflito. Para todos os atores, parece ser evidente e até certo ponto normal o fato de um governo mais aberto ao diálogo não promover o fim do conflito entre trabalhadores e empresa. Em outras palavras, sinalizam os entrevistados que isto é impossível de acontecer, basta observar, por exemplo, os relatos a seguir:

O capital e o trabalho não conseguem conviver harmonicamente o tempo todo. Esses conflitos normalmente são resolvidos entre sindicato e empresa com mediação do sindicato e do Ministério Público do Trabalho ou até mesmo da FUP, que é a fundação dos petroleiros lá do Rio de Janeiro (ENTREVISTADO 1 - ADVOGADO).

Há, evidentemente, este diálogo sem perder nunca esta perspectiva de capital-trabalho, que mesmo sendo companheiros eles têm uma obrigação, um compromisso que não é só com a empresa, mas com os acionistas, que não são

trabalhadores, são gente que investiu no mercado de capitais para poder ter lucro. Então, mesmo dentro deste conflito, hoje está mais fácil de se negociar do que antigamente (ENTREVISTADO 4 - SINDICALISTA).

Olha, na gerência eu acho que, eu acho que o ritmo é de conflito sim. Por exemplo, a gente tem perseguição indireta, não é mais de mandar o cara embora, mas você não vê o cara progredir na carreira enquanto um puxa saco progride muito mais rapidamente, de forma injustificada. Os gerentes também não procuram, tem gerente que ainda é da época da Ditadura, o cara não procura negociar, acha que tem que ser tudo daquela forma, como era antes, não procura progredir junto. É na intitulação de posse de gerente que também é feita por trabalhadores, entre aspas né, que são pessoas que são aliadas com a chefia. Então eu não vejo uma proximidade com a gerência a ponto de querer resolver o problema do trabalhador (ENTREVISTADO 5 - SINDICALISTA).

Ainda é um clima de conflito, até porque eu acho que na PETROBRÁS não mudou muita coisa não. Apesar de a gente ouvir que são sindicalistas, hoje dentro da empresa, aquele debate todo, nós temos hoje 3000 gerentes que são ainda da época mesmo de carreira, são ainda da época do militarismo, dos anos de Fernando Henrique, Sarney, Itamar e tudo mais. E temos aí 30/40 que já foram do movimento do sindicato, mas a gente sabe que quem manda lá também é um coletivo e se esse coletivo não for ouvido inviabiliza a empresa (ENTREVISTADO 6 - SINDICALISTA).

Nesse sentido, podemos reconhecer no discurso dos entrevistados que o Sindicato dos Petroleiros de Campinas-SP, apesar das mudanças vividas no mundo do trabalho, continua sendo o principal instrumento de, em primeiro lugar, constituir-se como *órgão de representação* da classe trabalhadora, ainda que essa mesma classe já não seja mais homogênea e tão facilmente mobilizada como foi no passado, e, segundo, *instrumento de força política* para enfrentar o outro pólo da relação de trabalho, representada, no caso da REPLAN, pelo Governo Federal e pelas Gerências da Petrobrás. Afinal, a negociação coletiva desenvolvida pelo Sindicato não perdeu seu espaço no modificado sistema de relações de trabalho estabelecido pelo neoliberalismo. Ao contrário, podemos até afirmar que a negociação do sindicato prevalece como a principal arma de *defesa* e, na última década, arma de *ataque* para a *conquista* de melhores condições de trabalho. Ao passo em que a precarização está sendo acompanhada pela flexibilização dos direitos do trabalho, parece ser um exercício fatigante e até pouco produtivo buscar a defesa dos interesses pela via do Poder Judiciário, conforme disseram alguns entrevistados:

Geralmente na PETROBRÁS nos conflitos pontuais de um trabalhador com a empresa são discutidos na justiça do trabalho.

(...)

A PETROBRÁS e a campeã de não fazer acordos na Justiça do Trabalho, na verdade e uma das campeãs, dificilmente sai acordo. Eu diria assim em 22, 23 anos que eu trabalho com o Sindicato dos Petroleiros eu devo ter feito uns quatro, cinco acordos de processo individual (ENTREVISTADO 1 - ADVOGADO).

Não, não existe formalmente uma comissão de conciliação, o sindicato detecta um tipo de problema, por exemplo, um assédio moral, e o sindicato vai para cima, conversa, marca reunião, discute com as partes envolvidas, mas não na formalidade, é tudo na informalidade.

Na verdade a justiça do trabalho quando se fala em PETROBRÁS ela discute apenas conflitos individuais, onde o trabalhador busca equiparação salarial, avanço de nível, assédio moral, um benefício de incluir um dependente na assistência médica que a empresa fornece, mas é muito restrito ao campo individualizado (ENTREVISTADO 2 - ADVOGADO).

(...) felizmente a gente, a categoria, tem conseguido obter resultado nos seus processos de negociação, embora havendo esta via do conflito, tem conseguido resolver e chegar a entendimentos satisfatórios sem o envolvimento da justiça do trabalho. Mas isso não é uma regra, é uma posição que tem se pautado muitas vezes, porém em algumas outras ocasiões ou em certas situações não se resolvem por esta via e acaba sendo necessário o envolvimento da justiça do trabalho (ENTREVISTADO 3 - SINDICALISTA).

O sindicato sempre usa um instrumento que é a negociação para resolver administrativamente, mas nem sempre isso é possível. Existem algumas questões que são demandas que há desentendimento entre a direção da empresa e o sindicato dos trabalhadores, entendimento se aquilo é direito ou não (ENTREVISTADO 4 - SINDICALISTA).

A gente procura sempre que possível e necessário. A gente entra com as ações trabalhistas né e mantém a crítica porque eu acho que o sistema judiciário brasileiro ele é muito lento e a gente tem processos que... por exemplo, o exemplo de Paulínia, jamais que a juíza de lá, por exemplo, dá causa ganha contra a refinaria. Porque a refinaria mantém um monte de projetos lá e financiamentos, então acaba sendo um pouco bairrista. Então o maior problema que a gente tem hoje no legislativo e judiciário, que seja, é a lentidão para resolver os problemas. Mas a gente aciona porque ainda é uma das únicas ferramentas que a gente tem (ENTREVISTADO 5 - SINDICALISTA).

Sim, a gente tenta um acordo e tenta negociar até o fim, agora, tem impasses e a gente monta sim nossos processos jurídicos e até a forçar como ferramenta em ganhando algumas causas. Tentar estender elas para todos, como ferramenta mesmo para a negociação. Quando não tem negociação, a gente vai até o fim, perde, ganha (ENTREVISTADO 6 - SINDICALISTA).

Para o Sindipetro da REPLAN o que mudou nos últimos anos não foi o conflito em si, mas as relações de trabalho e o modo de produção da Refinaria. Hoje o sindicato precisa se adaptar, principalmente, às novas tecnologias - tanto àquelas que modificam a produção, quanto àquelas que modificam a vida das pessoas (novos meios de comunicação, por

exemplo). No mais, o sindicato tem como desafio desvendar todas as incógnitas que acompanham o perfil do *novo trabalhador petroleiro*, mais qualificado, porém, mais precarizado (terceirizado).

Seriam muitas as possibilidades de interpretação dos discursos e reflexões coletados nas entrevistas. Vimos que a cada questão, a cada tópico, os diferentes sujeitos entrevistados recorriam à memória, apresentavam-se conscientes das mudanças vertiginosas e cientes do delicado momento e conjuntura em que vivemos. Pareciam sempre convictos dos instrumentos históricos de luta de sua categoria e de sua classe social e política. Apontaram aqui e acolá tópicos que mereceriam análise mais acurada, o descrédito na Justiça para a resolução de suas demandas, a amplitude do espaço político na conjuntura atual, os desafios do impacto das novas tecnologias nos mundo da produção, para ficar em alguns. Mas, em todas as suas respostas prevalece uma consciência de que as mudanças favoráveis aos interesses dos trabalhadores deverão ser conquistas dos próprios trabalhadores, além do reconhecimento original que o conflito capital e trabalho é intrínseca e inexoravelmente irresoluto na esfera do capitalismo.

Essas considerações permitem concluir que o conjunto dos trabalhadores do Sindipetro, através de seus órgãos de classe e representação sindical acompanha a marcha das contradições desse rearranjo produtivo do capital, com suas expressões clássicas e seus embates, preparados para a percepção desses movimentos. Tais enfrentamentos dar-se-ão dispostos no tempo histórico, do qual esse tempo presente é somente o começo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa que logramos concluir, em seu bojo, dedicou-se à busca de esclarecimentos e à investigação do tema das relações de trabalho na sociedade brasileira contemporânea. Para tanto, partimos dos pressupostos teóricos de que o trabalho corresponde a um fato social que permite a produção da existência humana, sendo certo ainda que a sociedade se estrutura em função do modo como se dão as relações de trabalho entre os indivíduos. Nesse sentido, impressionante constatar a força das definições de Marx e de Engels sobre a natureza e identidade do trabalho humano:

O trabalho é a fonte de toda riqueza, afirmam os economistas. Assim é, com efeito, ao lado da natureza encarregada de fornecer os materiais que ele converte em riqueza. O trabalho, porém, é muitíssimo mais do que isso. É a condição básica e fundamental de toda a vida humana. É em tal grau que, até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem (ENGELS, 1876, p. 1).

O trabalho é, em primeiro lugar, um processo de que participam igualmente o homem e a natureza, e no qual o homem espontaneamente inicia, regula e controla as relações materiais entre si próprio e a natureza. Ele se opõe à natureza como uma de suas próprias forças, pondo em movimento braços e pernas, as forças naturais de seu corpo, a fim de apropriar-se das produções da natureza de forma ajustada a suas próprias necessidades. Pois, atuando assim sobre o mundo exterior e modificando-o, ao mesmo tempo ele modifica a sua própria natureza. Ele desenvolve seus poderes inativos e compele-os a agir em obediência à sua própria autoridade (MARX, 1996, p. 197-198).

Ainda discorrendo sobre este tema, são complementares as descrições apresentadas pelo destacado autor Demerval Saviani, no sentido de o trabalho seja definido como pressuposto antropológico, como dimensão objetual que se transforma num produto e como mediação social, em que são consideradas, sempre, as condições objetivas de produção do homem. Discorre:

Ora, o ato de agir sobre a natureza transformando-a em função das necessidades humanas é o que conhecemos com o nome de trabalho. Podemos, pois, dizer que a essência do homem é o trabalho. A essência humana não é, então, dada ao homem; não é uma dádiva divina ou natural; não é algo que precede a existência do homem. Ao contrário, a essência humana é produzida pelos próprios homens. O que o homem é, é-o pelo trabalho. A essência do homem é um feito humano. É

um trabalho que se desenvolve, se aprofunda e se complexifica ao longo do tempo: é um processo histórico.

É, portanto, na existência efetiva dos homens, nas contradições de seu movimento real, e não numa essência externa a essa existência, que se descobre o que o homem é: "tal e como os indivíduos manifestam sua vida, assim são. O que são coincide, por conseguinte, com sua produção, tanto com *o que* produzem como com o modo *como* produzem" (*idem, ibidem*).

Se a existência humana não é garantida pela natureza, não é uma dádiva natural, mas tem de ser produzida pelos próprios homens, sendo, pois, um produto do trabalho, isso significa que o homem não nasce homem. Ele forma-se homem. Ele não nasce sabendo produzir-se como homem. Ele necessita aprender a ser homem, precisa aprender a produzir sua própria existência. Portanto, a produção do homem é, ao mesmo tempo, a formação do homem, isto é, um processo educativo. A origem da educação coincide, então, com a origem do homem mesmo (SAVIANI, 2007, p. 2).

Assim, quando voltamos o estudo para compreender o atual desenvolvimento do sistema de trabalho da Refinaria de Petróleo de Paulínia-SP, a maior refinaria da América Latina comandada pela Petrobrás, nos deparamos, da mesma forma, com o processo histórico das relações capitalistas que alteraram radicalmente o modelo econômico e político do nosso Estado, representado pela dualidade social percebida nas décadas de 1990 e primeira década dos anos 2000. Nesse momento, o Brasil passou por uma mudança estrutural: enquanto a década de 1990 evidenciou a consolidação e o auge das políticas privatistas e neoliberais dos governos de Collor, Itamar e Fernando Henrique Cardoso, a década subsequente marcou uma correção na velocidade de implementação destas iniciativas, tendo em vista a eleição dos Presidentes Lula e Dilma, ambos do Partido dos Trabalhadores – PT.

No vasto campo das relações de trabalho, as implicações neoliberais promoveram, entre variadas consequências, a flexibilização do rígido conjunto de normas que regulamentavam a relação tradicional de trabalho, ao passo em que fizeram surgir, em substituição, novos dispositivos de direito do trabalho, muito mais favoráveis ao capital do que ao trabalho. De fato, o cenário fático que se forma a partir da globalização neoliberal não é positivo para a classe trabalhadora. As dimensões do capitalismo mundial atual revelam que os mandamentos neoliberais só fizeram piorar a condição de vida do

trabalhador, pois instaurar-se-ia em todo o globo a chamada *crise do emprego*. Acompanhando a crise, relatamos que o neoliberalismo trouxe conseqüências como o aumento do número de desempregados, a descoletivização dos trabalhadores, bem como a precarização das condições de trabalho, notadamente observadas no aspecto singular das medidas de terceirização da mão de obra.

Contraditoriamente, a passagem das décadas de 1980 para 1990 também foram as conjunturas temporais que destacaram e condensaram um novo e amplo processo cultural de participação popular, consubstanciada pela diversificada eclosão de movimentos sociais e populares no Brasil. Nesse contexto, ganharam projeção e força política os movimentos vanguardistas da defesa dos Direitos Humanos, no âmbito da luta pelo fim da Ditadura Militar, da luta pela terra e pela reforma agrária, das lutas pelas novas formas de defesa do meio ambiente, da criação de políticas que garantissem a igualdade de gênero, o fim da discriminação e da violência contra os grupos minoritários, entre outras frentes e superações históricas. Os anos 1980, a longa e penosa década neoliberal de 1990 e os desafiantes e promissores dos primeiros onze anos desse novo milênio já constituem suficiente temporalidade e historicidade para configurar uma nova marcha dos direitos humanos e sociais no Brasil.

Em Boaventura de Sousa Santos encontraremos argumentos para a defesa dos direitos humanos multiculturais, tendência seguida pelos movimentos sociais no Brasil, na formulação dos novos direitos, fundados em questões de gênero, étnicas, sociais, ligadas à educação e ao respeito às diferenças, como analisa o autor:

(...) A questão dos direitos humanos transcende o direito na zona de contacto (...) o que está em jogo é o encontro entre direitos humanos enquanto específica concepção cultural da dignidade humana e outras concepções alternativas que com ela rivalizam. (...) Uma tal reconstrução transcultural tem por premissa uma política de reconhecimento da diferença capaz de estabelecer ligações entre, por um lado, as incrustações locais e a inspiração e capacidade organizativa das

iniciativas vindas da base, e por outro lado, a intelegibilidade translocal e a emancipação (SANTOS, 2003, p. 44).

O autor destaca que a redescoberta democrática do mundo do trabalho é uma premissa para que se consolidem as sociabilidades e os direitos cosmopolitas, advogando que, à medida que há uma separação entre os eixos econômico e social, em virtude do avanço neoliberal, há também menores condições de estímulo à cidadania e de garantia de direitos. Boaventura defende que cabe aos movimentos sindicais, operários, a retomada das experiências de solidariedade e de organização, para fazer frente ao avanço do neoliberalismo e à perda de direitos sociais básicos, sendo necessário que estes reinventem estratégias de antagonismo social. Acentua, ainda, que o direito é um dos campos que podem estimular e exercitar a emancipação social, nestes termos:

(...) A luta por um direito internacional novo, mais democrático e mais participativo, faz, por conseguinte, parte integrante da luta nacional em prol de uma democracia redistributiva. (...) poderá o direito ser emancipatório? (...) Pôde assim, conferir-se credibilidade a uma ampla variedade de lutas, iniciativas, movimentos e organizações, quer de âmbito local, quer de âmbito nacional ou global, em que o direito figura como um dos recursos utilizados para fins emancipatórios. (SANTOS, 2003, p. 68-69).

Caminha na direção de pontuar que o direito, por si só, não pode ser emancipatório ou não emancipatório, pois esta possibilidade cabe aos movimentos, organizações e grupos subalternos que buscam conquistar espaços legais para as suas reivindicações e agendas de lutas. A nosso ver, no centro desta possibilidade, se encontra a luta dos trabalhadores e trabalhadoras de todo o mundo, uma vez que na atual conjuntura a reorganização da produção capitalista, em escala global, não consegue evitar os respectivos desdobramentos sociopolíticos que criam condições de possibilitar novas *praxis* da classe trabalhadora (Rupert, 2007). Para este autor, ainda que as tendências tenham provocado certa fragmentação da classe trabalhadora, principalmente entre operários de indústrias que trabalham em firmas nacionais versus aqueles que trabalham em firmas voltadas para a

produção em escala global, hoje em dia, como nunca antes visto, torna-se possível falar realmente de uma estrutura de classe global e da possibilidade de lutas políticas que podem contestar o sistema da globalização neoliberal. Complementa:

No contexto desta transnacionalização da produção capitalista, uma crítica transformadora permite conceber o surgimento de uma práxis política radical e global, até mesmo nas indústrias do Norte e, particularmente, nos Estados Unidos. Numa época em que a produção e o emprego têm mobilidade global, é cada vez mais difícil para esses operários relativamente privilegiados considerarem ponto pacífico o padrão de vida de que desfrutam até agora. As empresas multinacionais, procurando minimizar os custos gerais, podem impor cortes draconianos nos salários ou benefícios desses operários, podem tentar enfraquecer seus sindicatos ou simplesmente podem fazer as malas e mudar para um “clima comercial mais hospitaleiro”, isto é, um clima no qual existe uma força de trabalho submissa, não sindicalizada e que aceite salários baixos. (...) Isto, por sua vez, pode levar à politização explícita do conflito de classe e abrir novos horizontes de ação política que não precisam ser limitados pelas fronteiras convencionais entre político/econômico, Estado/sociedade, nacional/internacional (RUPERT, 2007, p. 155-156).

Resta entender a possibilidade real e empreender a viabilidade política dessa empreitada histórica. Trata-se de uma alternativa posta pela contradição do capital que, compreendida em sua totalidade, poderá ser contra-hegemonicamente manejada pelos subalternos ou pelas classes socialmente oprimidas. No Brasil tais condições nunca estiveram tão objetivas e historicamente possíveis de serem realizadas. Em verdade, os setores organizados dos trabalhadores já lograram grandes êxitos nos últimos anos, embora muito ainda haja por se conquistar em termos de direitos sociais e de melhores condições materiais de vida. No mais, é inevitável a conclusão de que a última década de crescimento do país, em que se observaram a diminuição das desigualdades e da pobreza, tenha um significado diferente daquele apresentado neste trabalho: não existe uma tendência histórica de que as opressões permanecerão para sempre.

Particularmente ao grupo de indivíduos que compõe, em parte, o Sindicato dos Petroleiros de Campinas-SP – SINDIPETRO restou inequívoco que a passagem dos últimos anos pode ser comemorada como décadas de vitórias e conquistas da classe

trabalhadora. Entretanto, as mudanças do sistema de relações de trabalho daquele microcosmo social não projetam, em nenhum aspecto, o fim do conflito entre o capital e o trabalho. Conforme foi possível identificar, existem novos desafios impostos pela reestruturação produtiva da empresa, que já não se combinam com o modelo de atuação do sindicato do final do século passado. Na leitura de Elísio Estanque sobre o sindicalismo de Portugal, a qual pode perfeitamente ser aplicada à realidade brasileira: “Como é sabido, o movimento sindical tende a deixar de ser predominantemente de base operária, à medida que as sociedades se terciarizam, e esta é uma tendência que se observa também em Portugal” (ESTANQUE, 2006, p. 92). No mesmo sentido, salienta Paula Marcelino:

Terceirização e estrutura sindical, portanto, se inter-relacionam e compõem juntamente com todas as demais investidas do capital sobre o trabalho – desemprego, combate ideológico ao sindicalismo, políticas econômicas de recessão, introdução de tecnologias e formas de gestão poupadoras de força de trabalho, etc. – um quadro nada favorável para ação sindical. Entretanto, a luta política, colocada, por vezes, por interesses que são imediatos e de ordem econômica, pode sobredeterminar a fragmentação concreta dos trabalhadores e construir a classe no sentido forte do termo. Mas, para que isso ocorra, é preciso que o sindicalismo, para o qual o horizonte é uma sociedade sem exploração, tenha como compreensão na luta cotidiana que a classe trabalhadora não se constituirá automaticamente, que a luta por interesses específicos de cada categoria não pode descurar do norte maior que é a luta unificada contra o capitalismo e qualquer forma de exploração do trabalho alheio. A luta contra a terceirização do trabalho é, nesse contexto, fundamental (MARCELINO, 2008, p. 312-313).

Em síntese, observamos que a terceirização tem sido uma das estruturas produtivas do neoliberalismo que mais promove a corrosão do trabalho e do sindicalismo. Com efeito, parece-nos que o Sindicato dos Petroleiros de Campinas-SP – SINDIPETRO já lograram sucesso na tarefa de interpretar esta nova e contraditória fase das relações de trabalho que se formam na Refinaria de Paulínia-SP. Basta agora aos atores sociais daquele sindicato mover sua ação individual e coletiva no sentido de transformar a realidade em que se situam, tarefa esta que, como visto, só será possível de ocorrer mediante o enfrentamento de forças adversas, interessadas na manutenção do seu *status quo* privilegiado, enraizadas

não só naquele peculiar sistema de trabalho, como também em toda a esfera do Estado e do Direito do Trabalho.

Com tais considerações intencionamos caracterizar o conjunto das transformações estruturais, econômicas, políticas e sociais implementadas pelo desenvolvimento das relações de produção, em sua fase globalizante, na RMC, no transcorrer do período recortado como relevante para nossas investigações. Essa intensa e dinâmica fase de rearranjo das forças do capital nessa praça estratégica de aglutinamento de equipamentos de produção, de transportes e de distribuição da produção no Brasil, notadamente na área da petroquímica, fez uma trajetória avassaladora, tal como um *tsunami* econômico e industrial, nessa década de sua hegemonia. Essa realidade não deixou de produzir impactos e deslocamentos em todas as áreas de atuação produtiva, com suas repercussões culturais, sociais, ideológicas e políticas.

Se tais impactos são reais, como notadamente são, as percepções desses deslocamentos, seja na vida social de maior amplitude, seja na categoria de trabalhadores, seja ainda na própria dinâmica do sindicato e de sua auto-representação é sempre uma tarefa de deciframento. Pois não são todos os processos compreendidos a partir de um fulcro científico ou político comum, há a diversidade própria da leitura política, do entrelaçamento dos interesses corporativos e políticos com os projetos pessoais, há deserções, dissensões, mobilidades e recuos nas trajetórias das categorias e de suas lideranças históricas, o que faz desse processo um momento de necessária avaliação e escrutínio, seja através de categorias gerais, seja através de aproximações conjunturais mais ordenadas ou esclarecidas.

Constatamos que o capitalismo globalizante desenvolveu-se prioritariamente na região de Campinas-SP, alterou a ordem da produção e da distribuição das riquezas

produzidas, remodelou a malha viária urbana, exigiu novos investimentos na estrutura de transportes, ampliou a grade de empresas associadas no refinamento de produtos petroquímicos, encontrou mercados e amplitudes de consumo. Isso alteraria a qualidade de vida, a base salarial, o índice de emprego, as representações dos empregados e dos trabalhadores na sociedade e no sindicato, abrindo espaços para as nuances e mobilidades entre os próprios trabalhadores na REPLAN, para o novo sentido da luta sindical e de suas peculiaridades. Houve ainda a articulação de grandes lutas e inserções de debates e enfrentamento, no campo da petroquímica, da causa ambiental, da questão da sustentabilidade, da nova linha de produção e de hierarquização dos processos de produção e de conhecimento, através de novas tecnologias, do cabedal de domínio técnico e tecnológico do processo de produção e de identificação dos trabalhadores, o que alteraria a própria imagem de si, a representação de sua importância e de sua identidade laboral e social. As entrevistas demonstram essas variações de sentido, ao mesmo tempo que consagram algumas premissas de identidade política sólida.

A consideração dos indicadores sociais e econômicos da região metropolitana também nos impressionou, seja pela articulada condição de ostentar um posto estratégico no desenvolvimento do capitalismo nesta fase, seja ainda pela consonante realidade de recuperar, em períodos tão curtos, os espaços democráticos normais de vivência e representação da liberdade e da vida política plena. A cidade de Campinas-SP realiza igualmente a superação das formas de ordenamento político de exceção, própria da ditadura militar, e entabula uma luta de apropriação da vida democrática, das formas de representação do estado de direito e, neste mesmo processo, reordena sua força de produção de alternativas políticas para o país. Os governos institucionais que marcaram o período em questão refletem essa sensibilidade, com a implantação de elementos

regulatórios próprios da nova ordem constitucional, determinados a partir de 1988 e das exigentes regulamentações dessa nova ordem jurídica na dinâmica da região, a ordenação da vida política, a recuperação dos espaços públicos, a ressonância das bandeiras sociais e, ao mesmo tempo, a implementação das forças do capitalismo global.

Isso define a conjuntura dialética, polifônica e plurívoca dessa conjuntura, amiúde analisada. Nesse cenário movediço buscamos conhecer como as lideranças sindicais, de um sindicato forte e vanguardista, tanto na legitimação das forças e formas de produção do processo basilar de industrialização quanto na estratégica posição da indústria petroquímica nessa fase de rearranjo do capital, como tais lideranças e suas instituições perceberam, articularam ou apropriaram dessas mudanças, de seu sentido e leitura vivencial, social e política.

O conceito de *representação*, que manejamos para lograr interpretar o material coletado pelas entrevistas merece ser melhor esclarecido. As representações sociais são construções de sentido, de amplas margens ou constituintes, sobre determinadas ações, identidades ou processos. Trata-se de um conceito de inspiração filosófica e antropológica, propriamente dito, com amplo uso ou manejo no campo da Sociologia. Tomamos o conceito de representação aqui no sentido de construção de identidade, de compreensão de sua ação, de auto-consciência social ou institucional, quer políticas, quer como sujeitos sociais propriamente assumidos. A forma pela qual compreendemos nossa identidade na sociedade é uma representação social, isto é, como o sindicalista se vê, como compreende o papel de seu sindicato no conjunto de forças que compõem a sociedade, como se assume como agente político, como sujeito social, entre outras dinâmicas da sociedade.

Todavia, o que erigimos como base de nossa pesquisa, como fulcro motivacional de pesquisa, nessa parte, foi a busca de elucidação da percepção dos sindicalistas sobre esses

fenômenos e seus processos, sobre suas causas e deslocamentos, a consciência dessa dinâmica e de seu alcance ou de suas dimensões. Trata-se de um segundo recorte, a percepção subjetiva e vivencial dos interlocutores, expressas em suas entrevistas, sobre o movimento da economia, da sociedade e do sindicato nesses tempos de intensas e vertiginosas novidades. A percepção pode ser buscada pela recuperação das representações desses sujeitos, através das questões, mas estas coletas não se expressam de maneira tão objetiva ou neutra, elas aparecem de maneira vivencial, carregadas de notas subjetivantes, de juízos de valores, de abordagens avaliativas, nos sujeitos investigados que foram, igualmente, sujeitos históricos do processo analisado. Para algumas tradições epistemológicas essas considerações seriam consideradas equivocadas, para outras consubstanciam propriamente o magma da investigação proposta.

O sindicato dos petroleiros mudou. Mudou sua identidade de ação, de representação social, de seu discurso e de sua articulação com a sociedade brasileira, no cenário da Região Metropolitana de Campinas-SP. Os tempos que vivemos são outros. Uma economia em ritmo e com dimensões vertiginosas e grandiosas, mundialmente reconhecida e integrada, na qual a produção, distribuição, captação e refinamento do petróleo e de suas derivações têm notável importância e não deixaria imunes os sujeitos operativos e laborais dessa estratégica área de atuação e de trabalho. Numa conjuntura de reincidentes e intermitentes lutas sociais, de ausência do estado de direito, de estruturas legais coercitivas e repressivas, tal como ocorreu na etapa inicial da implementação do capitalismo no Brasil, ou ainda, na rigidez do desenvolvimento industrial sob a batuta da ditadura civil-militar que integrou, *a fórceps*, a economia brasileira ao mercado mundial nos anos 1970-1990 o sindicato construiu sobre si uma identidade reivindicativa, de enfrentamento, de espaço de defesa dos interesses corporativos de sua categoria. Agora, na vigência de uma larga

economia de mercado, com marcas e cadências de competição e de aceleração de processos produtivos e de gestão do capital, o sindicato não poderia ser o mesmo, nem representar-se como tal, numa continuidade sem critérios. Mas, nas questões estruturais de identidade sindical os sujeitos pesquisados parecem reconhecer as silhuetas de luta de seu sindicato e órgão de representação. Terão os sindicalizados, os seus trabalhadores, da base de produção e de diferentes esferas laborais, percebido tais mudanças? Eram nossas perguntas iniciais. Se perceberam, em que grau as perceberam, com que sentido, ou ainda, quais foram os sentidos impressos pelas mudanças em suas atividades e identidades? Ou não teriam os trabalhadores assimilado essas transformações? Menos ainda os seus líderes e agentes de mobilização. Haveria uma consciência petrificada da ação e da representação do sindicato, como um quadro na parede, na mente ou consciência, no discurso ou na lembrança dos trabalhadores? Teriam os sindicalistas assumido uma representação de capitulação do sindicato no reconhecimento dessa nova “ordem” mundial? Essas foram as perguntas que guiaram nossos passos investigativos e ordenaram as considerações desse relatório de pesquisa.

Esperamos ter apresentado no presente estudo as possibilidades do entendimento dessas percepções, de seus matizes e deslizamentos, semiológicos e políticos, através do esforço de empreender um criterioso balizamento histórico, contextual, econômico e político, seguido de uma proposta de esmiuçamento hermenêutico de nossas fontes e das coletas produzidas nos laboriosos processos investigativos.

Ao fim desse processo somos tomados pelo reconhecimento de que o sindicato é uma instituição social. Trata-se de uma instituição social com identidades históricas, isto é, temporais, dispostas no tempo, com características e funcionalidades decorrentes das necessidades sociais de cada período ou de cada época histórica e suas forças. Desse modo

se pode reconhecer uma dimensão estrutural dessa instituição sindical, bem como se podem compreender as dimensões conjunturais que se apresentam para cenários e desafios de maneira igualmente conjuntural. Tais dimensões se entrelaçam, se sobrepõem e na maioria das vezes se complementam. Essa premissa dialética aproxima a possibilidade de uma leitura dinâmica da identidade sindical: há singularidades que permanecem, há dimensões que se alteram, que se transformam. Isso foi possível perceber nas coerentes coletas e respostas dos entrevistados. Parecem ter consciência das matriciais forças e dinâmicas de produção do capital em sua etapa globalizante, mas logram manifestar a crença na identidade de luta, histórica, de seu sindicato e de seus direitos.

Há consciência no discurso dos trabalhadores do sindicato de que a economia brasileira vive um peculiar momento de expansão do mercado interno, com claros sinais de vitalidade mercantil e relativa solidez em seu desempenho produtivo. Mas essa compreensão supõe uma leitura política, na qual os mesmos trabalhadores se assumem como sujeitos. Dessa consciência deriva a proposição de novos ordenamentos nos direitos sociais. A sociedade brasileira gerou e desenvolveu, nos últimos 25 anos, uma nova grade de direitos sociais, materializados em alguns de seus marcos regulatórios fundamentais, a saber: o Estatuto da Criança e Adolescente, a “nova” Constituição Federal, o novo Código Civil, a nova legislação Ambiental, o estatuto do Idoso, o Estatuto da Igualdade Racial, um novo Código de Trânsito, as novas disposições sobre a Educação, as políticas de reparação (cotas nas universidades públicas, demarcação de terras quilombolas e indígenas) para lembrar alguns marcos regulatórios. As perspectivas para o novo momento do sindicalismo parecem estar imbricadas na marcha dos sujeitos e vanguardas sociais emancipatórias. O novo trabalhador é chamado hoje a superar as práticas históricas de dependência do Estado

ou ainda a questionar a objetiva intencionalidade de reproduzir a matriz estreita do capitalismo atual, tomado aqui como sistema de produção e não como conceito ideológico.

Enfim, essas questões emergiram desse processo de pesquisa com um vigor inesperado. Não se trata aqui de produzir um apoteótico fechamento idealista, mas de reconhecer que a percepção dos sujeitos pesquisados, sobre a dinâmica dessas forças econômicas e sociais, sobre seu papel como representantes sindicais, não se apresenta alquebrada ou superada, como querem muitas das ideologias hegemônicas nessas décadas recentes. Reconhece-se a urdidura dos interesses do capital, mas não se descarta da consciência de classe, de identidade política, como premissa para a resistência e avanço dos interesses dos trabalhadores.

Resta-nos entender que as condições objetivas estão postas. Esperamos que essas questões possam estimular novas leituras e compreensões desse movimento histórico, ora em curso, e de seus desdobramentos estruturais. A função das ciências sociais, em última instância, consiste em buscar entender tais dimensões e fornecer elementos para a superação de todas as formas de dominação e desumanização. Nisto, nos parece, os sujeitos entrevistados e as forças sociais a que se vinculam, estão articulados, unidos e esclarecidos!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alves, Giovanni (2011), “Trabalho, subjetividade e capitalismo manipulatório: O novo metabolismo social do trabalho e a precarização do homem-que-trabalha”, in *Revista Eletrônica da RET – Rede de Estudos do Trabalho*. Ano V, Número 8. Disponível em: <http://www.estudosdotrabalho.org/RevistaRET08.html>. Acessado em julho de 2012.

Antunes, Ricardo (2000), “*Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do Mundo do Trabalho*”. São Paulo: Cortez.

Antunes, Ricardo (2005), “*A Desertificação Neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)*”, 2ª. Edição. Campinas-SP: Autores Associados.

Antunes, Ricardo (2007), “*Adeus ao Trabalho*”, 12ª. Edição. Campinas-SP: Editora Cortez.

Beck Ulrich (2000), “*Un nuevo mundo feliz – La precariedad del trabajo en la era de la globalización*”. Barcelona: Editora Paidós.

Becker, Howard (2007), “The Epistemology of Qualitative Research”, in Jessor (2007) *et al* (eds.) “*Essays on Ethnography and Human Development*”. Chicago: University of Chicago Press.

Boito, Armando; Marcelino (2010), “O sindicalismo deixou a crise para trás? um novo ciclo de greves na década de 2000”, *Cad. CRH*, vol.23 no.59, Salvador-BA: May/Aug. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792010000200008>. Acessado em agosto de 2012.

Bomfim, João Bosco Bezerra (S/D), “*Palavra de Presidente: os discursos presidenciais de posse, de Deodoro a Lula*”, disponível em: <http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/91988>. Acessado em julho de 2012.

Carvalho Jr., Celso (2008), “‘O Petróleo é Nosso’: atuação e interesse dos grupos envolvidos na campanha que resultou na fundação da Petrobras”. Disponível em: <http://www.historiahistoria.com.br/materia.cfm?tb=professores&id=55>. Acessado em julho de 2012.

Costa, Hermes (2005), “Sindicalismo Global ou Metáfora Adiada? Os discursos e as práticas transnacionais da CGTP e da CUT”. *Tese de Doutoramento em Sociologia*. Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Delgado, Maurício Godinho (2008), “*Curso de Direito do Trabalho*”. 7ª. Edição. São Paulo: Editora Ltr.

DIEESE/CUT Nacional (2011), “*Terceirização e Desenvolvimento – uma conta que não fecha*”. Secretaria de Relações do Trabalho da CUT; Secretaria de Saúde da CUT. Disponível em: <http://iurbanas.hospedagemdesites.ws/wordpress/wp-content/uploads/2012/01/terceirizacao.pdf>. Acessado em março de 2012.

Engels, Friedrich (1876), “*Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem*”, Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/marx/1876/mes/macaco.htm>. Acessado em julho de 2012.

Estanque, Elísio (1999), “Classe e Comunidade num Contexto em Mudança: práticas e subjectividades de uma classe em recomposição - o caso do operariado do calçado em S. João da Madeira”. *Tese de doutoramento em Sociologia*. Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Estanque, Elísio (2006), “A questão social e a democracia no início do século XXI – participação cívica, desigualdades sociais e sindicalismo”, in *Revista Finisterra*, vol. 55-56-57. Lisboa, p. 77-99.

Estanque, Elísio (2012), “O Estado Social em causa: Instituições, políticas sociais e movimentos sociolaborais no contexto europeu”, *In* Silva, Felipe Carreira (2012), “*Atitudes perante o Estado e as Políticas Sociais*”. Lisboa: ICS.

Fernandes, Florestan (1995), “*Florestan Fernandes - Em busca do socialismo: últimos escritos & outros textos*”, 1ª. Edição. São Paulo: Xamã Editora.

Ferreira, Antonio Casemiro (2002), “Para uma Concepção Decente e Democrática do Trabalho e dos seus Direitos: (Re)pensar o direito das relações laborais”, *in* Santos, Boaventura de Sousa (org), “*A Globalização e as Ciências Sociais*”. São Paulo: Editora Cortez.

Ferreira, Antonio Casemiro (2005), “*Trabalho Procura Justiça: Os tribunais de trabalho na sociedade portuguesa*”. Coimbra: Editora Almedina.

Filho, João Roberto Martins (2002), “Globalização e Forças Armadas no Brasil”, *in* *Crítica Marxista* n.º. 15, 1ª. Edição. São Paulo: Boitempo Editorial.

Galvão, Andréia; Boito, Armando e Marcelino, Paula (2011), “Brasil: o movimento sindical e popular na década de dois mil”, *in* Modonesi, Massimo; Rebón, Julián (Rog.) “*Uma Década en Movimiento – Luchas populares em América Latina em el amanecer del siglo XXI*”, Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO: Prometeo Libros.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2011), “*Carta de Conjuntura* n.º. 12 – *Março 2011*”, Brasília: Governo Federal/Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

Kovács, Llona (2008), “Flexibilidade e precariedade do emprego”. *Revista Janus: O que está a mudar no trabalho humano*, n.º 11, jan/dez 2008, Lisboa: UAL.

Lucena, Carlos Alberto (1997), *“Aprendendo na Luta – A história do Sindicato dos Petroleiros de Campinas e Paulínia”*. São Paulo: Publisher Brasil.

Maior, Jorge Luis Souto (2008), *“Curso de direito do trabalho: a relação de emprego”*. Volume II. São Paulo: Editora Ltr.

Marcelino, Paula Regina Pereira (2008), *“Terceirização e Ação Sindical: a singularidade da reestruturação do capital no Brasil”*. *Tese de doutoramento em Ciências Sociais*. Campinas-SP: Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas-SP.

Marx, Karl (1990), *“Textos Econômicos”*. São Paulo: Editora Mandacaru Ltda.

Marx, Karl (1996), *“O Capital”*, São Paulo: Editora Nova Cultura Ltda.

Moraes, Livia de Cássia Godoi, *“Mundialização do capital e as novas formas de imbricação entre as dimensões financeira e produtiva”*, in Batista, Eraldo Leme; Novaes, Henrique, *“Trabalho, Educação e Reprodução Social – As contradições do capital no século XX”*, Bauro-SP: Canal 6 Editora.

Nascimento, Amauri Mascaro (2004), *“Curso de Direito do Trabalho: história e teoria geral do direito do trabalho”*. 19ª Edição. São Paulo: Editora Saraiva.

Neri, Marcelo Cortes (2008), *“A Nova Classe Média”*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas - FGV/IBRE.

Neto, Benedito de Moraes (2003), *“Século XX e Trabalho Industrial – Taylorismo/fordismo, ohnoísmo e automação em debate”*. São Paulo: Editora Xamã.

OIT/Comissão Mundial Sobre a Dimensão Social da Globalização (2005), *“A Globalização: natureza e impacto”*, in OIT (Org). *“Por uma globalização justa: criar oportunidades para todos”*. Oeiras: Celta.

OIT/International Labour Office (2010), “*Global employment trends: January 2010*”. Geneva, International Labour Office.

Oliveira, Francisco (1988), “*A Economia Brasileira: crítica à razão dualista*”. Petrópolis-RJ: Editora Vozes Ltda.

Petta, Nicolina Lui de; Ojeda, Eduardo Aparício Baez (2003), “*História: Uma Abordagem Integrada*”, 2ª. Edição. São Paulo: Editora Moderna.

Pinto, Geral Augusto (2007), “*A Organização do Trabalho no Século 20: taylorismo, fordismo e toyotismo*”, São Paulo: Expressão Popular.

Pochmann, Márcio (2007), “O Novo Mundo do Trabalho. O Trabalho no Novo Mundo”, *Jornal da Unicamp, Edição 354 de 09 a 15 de abril de 2007*. Campinas-SP. Disponível em: <http://www.unicamp.br/unicamp/noticias/o-novo-mundo-do-trabalho-o-trabalho-no-novo-mundo>. Acessado em agosto de 2012.

Rupert, Mark (2007), “Alienação, capitalismo e o sistema interestados: rumo a uma crítica marxista/gramsciana”, in Gill, Stephen (Org.), “*Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais*”. Rio de Janeiro: Editora URFJ.

Sader, Emir; Garcia, Marco Aurélio (2010), “*Brasil, entre o Passado e o Futuro*”, 1ª. Edição. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

Santos, Arioaldo de Oliveira (2006), “A Nova crise do sindicalismo internacional”, in Antunes, Ricardo (Org.), “*Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*”. São Paulo-SP: Boitempo, 447-459.

Santos, Boaventura de Sousa (2002). “Os processos da globalização”, in Santos, Boaventura de Sousa (Org.). “*Globalização: Fatalidade ou Utopia*”. Porto: Editora Afrontamento.

Santos, Boaventura de Sousa (2003), “Poderá o Direito ser emancipatório?”, *Revista Crítica de Ciências Sociais* n.º. 65 - Maio de 2003. Disponível em: http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/podera_o_direito_ser_emancipatorio_RCCS65. Acessado em fevereiro de 2011.

Saviani, Demerval (2007), “Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos”, *Revista Brasileira de Educação*. Vol. 12, n.º. 34. Rio de Janeiro: Jan./Abr.

Schaff, Adam (1992), “*A sociedade informática*”, 3.ª Edição. São Paulo: Editora Brasiliense.

Segatto, Norian (Org) (2008), “*Petroleir@s – Seleção de textos publicados no jornal Petroleir@s em 2007*”, São Paulo: Editora Limiar.

Vasconcellos, Ana Maria (2004), “Reflexões acerca do Regime de 12x36”. *Suplementos Trabalhistas 151/04*. São Paulo: Editora Ltr.

ANEXO I

GUIÃO DE ENTREVISTAS AOS ADVOGADOS DO SINDIPETRO/CAMPINAS

Parte Um: Referenciais analíticos e interpretativos dos entrevistados sobre as mudanças e/ou transformações políticas, econômicas e empresariais e suas repercussões no mundo laboral.

- Nos últimos 10 a 15 anos, você acredita que mudou alguma coisa em relação ao mundo do trabalho e ao Direito do Trabalho?

- E nas condições de trabalho dos trabalhadores da REPLAN? Mudou alguma coisa quanto à saúde e higiene no trabalho, quanto às carreiras e promoções, ou ainda quanto à existência de formação profissional dentro ou fora da empresa?

- Quanto ao salário? Nesse período houve alguma mudança no valor recebido pelos trabalhadores?

- As mudanças ocorridas na REPLAN são chamadas por alguns como modernização da empresa e por outros como precarização das condições de trabalho: para você, o que as mudanças representam?

Parte Dois: Articulações entre mudanças econômicas e transformações na dinâmica sindical.

- Se há mudanças no mundo do trabalho, também há mudanças na organização dos trabalhadores, como o sindicato, por exemplo. Você acredita que exista uma diferença na atuação do sindicato nos últimos 10 a 15 anos?

Parte Três: Relações de trabalho e Direitos.

- Atualmente, em sua opinião, na relação dos trabalhadores com a empresa você sente que existe um espírito de cooperação e diálogo ou um clima de conflito? Na existência de conflitos, como eles se resolvem?
- O sindicato é, em geral, envolvido e ajuda a resolver? Como? Há conciliação?
- Qual a importância da Justiça do trabalho para a resolução dos conflitos entre trabalhadores e empregadores?

Parte Quatro: Questões subjetivas.

- Você se sente realizado pessoalmente e profissionalmente com o seu trabalho?
- Além da atividade jurídica, você realiza alguma outra atividade? Se sim, qual?
- A renda que recebe pelo seu trabalho é suficiente para você e sua família?
- Este seu trabalho interfere de alguma forma na sua vida e na relação com sua família?
- O que seria diferente na sua vida se você não trabalhasse nessa atividade?
- Gostaria de acrescentar mais alguma informação?

Parte Cinco: Dados Gerais para contextualização.

- Qual a sua idade?
- Qual a atividade que exerce/exerceu na empresa?
- Em que ano você começou a trabalhar nessa empresa?

Muito obrigado!

ANEXO II

GUIÃO DE ENTREVISTAS AOS DIRETORES DO SINDIPETRO/CAMPINAS

Parte Um: Referenciais analíticos e interpretativos dos entrevistados sobre as mudanças e/ou transformações políticas, econômicas e empresariais e suas repercussões no mundo laboral.

- Nos últimos 10 a 15 anos, você acredita que mudou alguma coisa em relação ao mundo do trabalho?

- E nas condições de trabalho dos trabalhadores da REPLAN? Mudou alguma coisa quanto à saúde e higiene no trabalho, quanto às carreiras e promoções, ou ainda quanto à existência de formação profissional dentro ou fora da empresa?

- Quanto ao salário? Nesse período houve alguma mudança no valor recebido pelos trabalhadores?

- As mudanças ocorridas na REPLAN são chamadas por alguns como modernização da empresa e por outros como precarização das condições de trabalho: para você, o que as mudanças representam?

Parte Dois: Articulações entre mudanças econômicas e transformações na dinâmica sindical.

- Se há mudanças no mundo do trabalho, também há mudanças na organização dos trabalhadores, como o sindicato, por exemplo. Você acredita que exista uma diferença na atuação do sindicato nos últimos 10 a 15 anos?

Parte Três: Relações de trabalho e Direitos.

- Atualmente, em sua opinião, na relação dos trabalhadores com a empresa você sente que existe um espírito de cooperação e diálogo ou um clima de conflito? Na existência de conflitos, como eles se resolvem?

- O sindicato é, em geral, envolvido e ajuda a resolver? Como? Há conciliação? Há processos na justiça trabalhista?

Parte Quatro: Questões subjetivas.

- Você se sente realizado pessoalmente e profissionalmente com o seu trabalho?

- Fora da empresa, você realiza alguma outra atividade? Se sim, qual?

- O dinheiro que você recebe com o seu trabalho é suficiente para você e sua família?

- Este seu trabalho interfere de alguma forma na sua vida e na relação com sua família?

- O que seria diferente na sua vida se você não trabalhasse nessa atividade?

- Gostaria de acrescentar mais alguma informação?

Parte Cinco: Dados Gerais para contextualização.

- Qual a sua idade?

- Qual a atividade que exerce/exerceu na empresa?

- Em que ano você começou a trabalhar nessa empresa?

- Você é sindicalizado? Se sim, desde quando?

Muito obrigado!